



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS  
POVOS INDÍGENAS E CULTURA NEGRA – PPGEAFIN

MARIA HELOÍSA LIMA DOS SANTOS

“O QUENTE”: CONSTRUÇÃO, PERFIL E LUTAS DO  
SINDOMÉSTICO - BAHIA PARA A CONQUISTA DE DIREITOS  
TRABALHISTAS (1990 - 2013)

Salvador/BA  
2021

MARIA HELOÍSA LIMA DOS SANTOS

“O QUENTE”: CONSTRUÇÃO, PERFIL E LUTAS DO  
SINDOMÉSTICO BAHIA PARA A CONQUISTA DE DIREITOS  
TRABALHISTAS (1990- 2013)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos Povos Indígenas e Cultura Negra da Universidade do Estado da Bahia como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestra em Estudos Africanos Povos Indígenas e Cultura Negra.

Orientadora: Profª Drª Joceneide Cunha dos Santos

Salvador/BA  
2021

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237q

Santos, Maria Heloísa Lima dos

O Quente : construção, perfil e lutas do Sindoméstico Bahia para a conquista de direitos trabalhistas (1990-2013) / Maria Heloísa Lima dos Santos. - Salvador, 2021.

164 fls : il.

Orientador(a): Profª Drª Joceneide Cunha dos Santos.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras - PPGEAFIN, Campus I. 2021.

1.Sindicato - Bahia - História - Política. 2.Sindicato - Empregada doméstica -Bahia. 3.Empregada doméstica - Condições sociais.

CDD: 901

MARIA HELOÍSA LIMA DOS SANTOS

“O QUENTE”: CONSTRUÇÃO, PERFIL E LUTAS DO  
SINDOMÉSTICO - BAHIA PARA A CONQUISTA DE DIREITOS  
TRABALHISTAS (1990 - 2013)

Banca examinadora



---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Joceneide Cunha dos Santos (UNEB)



---

Avaliadora Externa: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Cláudia Cardoso Ferreira (UNILAB)



---

Avaliador Interno: Prof. Dr. José Jorge Andrade Damasceno (UNEB)

Salvador/BA  
2021

Dedico este trabalho à minha mãe e  
todas as trabalhadoras domésticas do Brasil  
que não desejam serem domésticas,  
mas, honram a profissão.

## AGRADECIMENTOS

Os caminhos percorridos até aqui fazem parte de uma pequena, mas significativa parte da minha trajetória de vida. A decisão e escolha do tema da dissertação estão imersas na história da minha mãe, Maria da Conceição Lima, principal responsável por essa travessia. Obrigada, mainha!

À minha família e, principalmente à minha irmã, Maria que sempre acreditou e perseverou em favor da minha trajetória de estudos, orientando-me a focar naquilo que acredito e a seguir a minha intuição. Além de tudo, ajudou-me com as “razões” da matemática e os cálculos estatísticos para que pudesse complementar os meus conhecimentos. Foi também a responsável por me inscrever pela primeira vez no vestibular. Obrigada, irmã!

Agradeço a Deus e as energias do Axé dos meus protetores ancestrais, que me guiaram e abriram os caminhos para que mal algum impedisse o meu caminhar, pois, foram muitas as dificuldades, mas sem fé não seria possível continuar.

Aos meus professores da UNILAB, Cristiane Souza (orientadora na graduação), Maria Cláudia Cardoso e, especialmente ao professor Márcio André que, além dos conhecimentos acadêmicos, me orientou, me incentivou e permitiu que eu seguisse de cabeça erguida e orgulhosa da minha trajetória acadêmica até aqui, a ele devo um profundo carinho e respeito por ser, também, um amigo com quem pude contar e vou carregar para a vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos Povos Indígenas e Cultura Negra - PPGEAFIN, em especial ao professor Raphael Rodrigues pela sensibilidade com os estudantes de mestrado e pelas ótimas aulas lecionadas.

À professora Joceneide Cunha pela orientação e leituras necessárias para o meu amadurecimento enquanto uma mestranda, ajustando a minha escrita e direcionando para uma leitura crítica da sociedade nos textos acadêmicos.

Aos meus amigos e colegas de curso de mestrado Dandara Pinho, Carla Pinheiro e Daiane Félix pela parceria e apoio nos momentos de dúvida e

dificuldades com a burocracia da academia, como também pelas dicas e incentivo.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia - SINDOMÉSTICO/BA por permitir que eu pudesse desenvolver a pesquisa documental para a construção desta dissertação de mestrado, além de ter a oportunidade de conhecer as fundadoras e militantes do movimento das trabalhadoras doméstica na Bahia como Creuza Maria Oliveira, Marinalva Barbosa, Milca Evangelista, Maria do Carmo, Valdirene Boaventura e Francisco Xavier, com quem tive boas conversas e pude trocar experiências de vida. Muito obrigada!

*Reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já!*

*(Lélia Gonzalez)*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a trajetória de constituição e luta do Sindoméstico/BA para compreender como se configurou a luta política sindical na Bahia, bem como, traçar o perfil das trabalhadoras domésticas sindicalizadas, aferindo sobre o envolvimento do sindicato com os movimentos sociais (negros e de mulheres), políticos e sindicais na luta pelo reconhecimento profissional, mediante conquista de direitos trabalhistas. Esta análise está situada na história da perspectiva do sujeito histórico: Sindoméstico/BA e sua principal liderança, Creuza Maria Oliveira. Quanto à sua abordagem, está situado no campo da história política sindical e utiliza-se da pesquisa documental e pesquisa bibliográfica enquanto método de pesquisa qualitativa. Partimos aqui das fontes dos jornais impressos do acervo do Sindoméstico/BA; dos boletins informativos de produção da própria instituição e das fichas de filiação desde o momento inicial de constituição em 1990 a 2013, ano da promulgação da Emenda Constitucional Nº 72 de 2 de abril de 2013, conhecida como *PEC Das Domésticas*.

**Palavras-chave:** Sindoméstico Bahia. Trabalho doméstico. Sindicalismo. Estrutura sindical. Gênero. Conjuntura. História política.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the trajectory of the constitution and struggle of Sindoméstico/BA to understand how the political union struggle in Bahia was configured, as well as to trace the profile of unionized domestic workers, assessing the union's involvement with social movements ( blacks and women), politicians and unions in the struggle for professional recognition, through the achievement of labor rights. This analysis is situated in history from the perspective of the historical subject: Sindoméstico / Ba and its main leader, Creuza Maria Oliveira. As for its approach, it is situated in the field of union political history and uses documental research and bibliographic research as a qualitative research method. We start here from the sources of the printed newspapers in the Sindoméstico/BA collection; of the institution's own production newsletters and affiliation forms from the initial moment of the establishment in 1990 to 2013, the year of enactment Constitutional Amendment N° 72, of April 2, 2013, known as *PEC Das Domésticas*.

**Key words:** Sindoméstico Bahia. Housework. Union workers. Fight for rights. union structure

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Fotografia da 1ª reunião da Associação das Trabalhadoras Domésticas na Bahia no Colégio Antônio Vieira em 1985.	22
Imagem 2	Recorte de jornal da primeira Sede do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia em 1991.	25
Imagem 3	Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadores Domésticos em 1995.	34
Mapa 1	Origem/Destino: Do interior da Bahia para Salvador	78
Gráfico 1	Trabalhadores/as domésticos/as sindicalizados na Bahia por sexo	55
Gráfico 2	Função das trabalhadoras sindicalizadas por sexo 1990-2013	57
Gráfico 3	Faixa etária de Trabalhadoras sindicalizadas por ano	72

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População ocupada em trabalho doméstico, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil e Nordeste, 1995 a 2015	50
Tabela 2	Trabalhadoras domésticas associadas a sindicato - Grandes Regiões	52
Tabela 3	Trabalhadoras/es domésticas/os sindicalizadas/os segundo sexo e cor/raça	62
Tabela 4	Escolaridade das/os Trabalhadoras/es Sindicalizada/os por cor/raça	65
Tabela 5	Estados e municípios de origem das (os) Trab. Sind.	75
Tabela 6	Municípios e Território de Identidade de origem	77

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO I</b>	28
A continuação da luta das trabalhadoras domésticas no Brasil com a construção do Sindoméstico/BA (1990 - 2013)	28
1.1 Fundação e luta inicial do Sindoméstico/BA	28
1.2 Abrindo os caminhos da formalização: A criação da Associação	29
1.3 O pilar que sustenta a luta: A sindicalização e a conquista da sede	32
1.4 A participação das trabalhadoras domésticas da Bahia na Constituição Federal de 1988	36
1.5 O boletim <i>O Quente</i> : porta-voz que informa e produz conhecimento	38
1.6 O Sindoméstico/BA e a conjuntura das lutas nacionais	39
1.7 A repercussão da “PEC das Domésticas” e a atuação do Sindoméstico/BA	48
1.8 Atuação do Sindoméstico/BA e a “PEC das Domésticas”	52
<b>CAPÍTULO II</b>	57
Um perfil das/os trabalhadoras/es domésticas/o sindicalizadas na Bahia	57
2.1 Um retrato das trabalhadoras domésticas sindicalizadas da Bahia	58
2.2 Ocupação do trabalho doméstico remunerado no Brasil	58
2.3 Trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia	62
2.4 Migração campo-cidade e os deslocamentos internos das trabalhadoras sindicalizadas na Bahia	83
2.4.1 Os municípios de origem e seus deslocamentos campo-cidade	83
<b>CAPÍTULO III</b>	90
Estrutura sindical, estratégias de resistência e alianças políticas do Sindoméstico/BA para a conquista de direitos trabalhistas	90
3.1 Estrutura sindical do Sindoméstico/BA e o contexto do sindicalismo do Brasil no século XX	90
3.1.1 Breve histórico do Sindicalismo no Brasil	91
3.2 Estrutura Sindical Brasileira	93

3.3 Estrutura sindical do Sindoméstico/BA no contexto dos anos 1990	97
3.4 Quem são os/as dirigentes do Sindoméstico/BA?	101
3.5 Formação política e as principais bandeiras de luta	105
3.6 As estratégias de resistência do Sindoméstico/BA para a conquista de direitos	118
4. Sindoméstico/BA e os movimentos sociais e políticos	122
4.1 A relação com o movimento negro e as questões raciais	125
4.2 A relação com o movimento de mulheres e as discussões de gênero	132
4.3 A relação com os partidos políticos e a política partidária	134
4.4 O Sindoméstico/BA e as entidades sindicais nacionais	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

O problema é que desde sempre nos tiraram a nobreza  
 Duvidaram das nossas ciências,  
 E quem antes atendia pelo pronome alteza  
 Hoje, pra sobreviver, lhe sobra o cargo de empregada da casa  
 É preciso lembrar da nossa raiz  
 Semente negra de força matriz que brota em riste!  
 Mãos calejadas, corpos marcados sim  
 Mas de quem ainda resiste.  
 E não desiste, negra, não desiste!<sup>1</sup>

“Mãos calejadas, corpos marcados sim. Mas de quem ainda resiste”, trecho do poema que insere o tema aqui proposto da trajetória de resistência do sindicato das trabalhadoras domésticas na Bahia, construído por mulheres que transformaram suas dores em luta por direitos trabalhistas. Ademais, as escolhas em torno do tema da pesquisa surgiram quando ingressei na Universidade Federal da Bahia - UFBA no ano de 2010 no curso noturno de História, através das cotas por critério sócio racial, ação implementada no final de 2004<sup>2</sup> que inaugurou a política de ações afirmativas na instituição. Sendo a primeira pessoa da família a acessar o ensino superior e, filha de uma trabalhadora doméstica, busquei durante a minha graduação na UFBA aprofundar as questões teóricas pertinentes ao mundo do trabalho doméstico. Porém, não foi possível dar continuidade aos estudos nesta instituição e só obtive o primeiro diploma de graduação em 2018, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, no curso de Bacharelado em Humanidades, com formação multidisciplinar e de integração com colegas das principais nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tais como: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

---

<sup>1</sup> "Não desiste, negra, não desiste!" Por Mel Duarte (1988) poeta brasileira, e uma das organizadoras do *Slam das Minas*, em São Paulo. Sua poesia é marcada por um forte componente social que transita por temas como machismo e racismo.

<sup>2</sup> Em julho de 2004, a política de ações afirmativas foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e publicada na resolução nº01/04. O vestibular de 2005, foi o primeiro que trouxe a opção de reserva de vagas para alunos pretos e pardos que estudaram em escola pública. Ver mais sobre as cotas na UFBA em [https://www.ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/acoes-afirmativas-15-anos-das-cotas-ao-sucesso-profissionais-contam-suas-historias](https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/acoes-afirmativas-15-anos-das-cotas-ao-sucesso-profissionais-contam-suas-historias). Acesso em 05 de julho de 2021.

Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Durante o período de formação acadêmica também tive contato com os movimentos sociais: negros, de mulheres e estudantil que possibilitaram complementar a minha formação com um leque de conhecimentos que ampliaram os horizontes acadêmicos, adicionando uma leitura crítica da sociedade sobre as questões raciais, de gênero e de classe. Durante esse período, participei ativamente de congressos universitários dos cursos de História e logo me filiei ao Partido dos Trabalhadores - PT no ano de 2010, em seguida comecei a participar das reuniões do Movimento Negro na Bahia através da Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN/BA.

Diante disso, através da minha experiência de vida como filha de trabalhadora doméstica e com as leituras possibilitadas pela formação acadêmica e dos movimentos sociais, percebi que a trajetória de vida da minha mãe se assemelhava a realidade de mais de 6,2 milhões de pessoas que atuam no serviço doméstico no Brasil, sendo esse quantitativo representado por 92% de mulheres e, entre elas, 68% de mulheres negras<sup>3</sup>.

Em 1972, aos 11 anos de idade, minha mãe saiu de sua terra natal, Baixa Grande/BA, localizada no território de identidade da Bacia do Rio Jacuípe, e foi enviada para Salvador para trabalhar na casa de uma família de classe média. A esperança era de estudar e tentar uma vida mais digna do que aquela que tinha sido submetida no interior. Diferente da realidade de muitas meninas e meninos minha mãe, de fato, conseguiu ter acesso à escola e um ano após chegar a Salvador iniciou os estudos no Complexo Escolar Artur Ferreira Machado, localizado no bairro de Nazaré em Salvador/BA a poucos metros de distância do local onde trabalhava, vindo a concluir o segundo grau no ano de 1985, aos 22 anos de idade, no Colégio Central da Bahia. Apesar de ter recebido incentivo para estudar por parte dos seus patrões, minha mãe não foi isenta da exploração do trabalho doméstico infantil <sup>4</sup>, pois, ainda criança

---

<sup>3</sup> De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>4</sup> O trabalho doméstico infantil só foi proibido em 1999 por força da Convenção 168 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178/1999 e promulgada pelo Decreto Presidencial nº 3.597/2000, junto ao Decreto nº 6.481/2008. Ainda assim, essa prática perdurou por muitos anos no Brasil e principalmente na Bahia.

concluiu todo o estudo no turno da noite, para poder dar conta das tarefas domésticas durante o dia e, só veio a ter sua carteira de trabalho assinada em 2003 aos 42 anos de idade. Percebendo desde cedo a importância dos estudos para o rompimento das lógicas de exploração, minha mãe dedicou boa parte de sua vida para que suas filhas pudessem estudar em boas escolas e tivessem boas notas.

Na década de 1970, período em que minha mãe chega a Salvador, o Brasil ainda se encontrava sob o domínio da Ditadura Militar<sup>5</sup>, presidida na ocasião por Emílio Garrastazu Médici como terceiro governo do período ditatorial. A situação de vida da população negra e pobre do interior da Bahia naquele momento refletia a ausência de políticas públicas efetivas que garantissem condições dignas de existência. A maioria da população do campo se encontrava em situação extrema de vulnerabilidade, o que obrigou muitas pessoas, sobretudo mulheres, a migrarem<sup>6</sup> para os centros urbanos das principais capitais do Brasil, em busca de mais oportunidades. Assim, sem expectativa de vida, muitas mulheres encontraram no trabalho doméstico uma das poucas formas para sua subsistência, trocando sua força de trabalho por moradia e alimentação, prática bastante conhecida do trabalho doméstico exercido no Brasil.

Perante o exposto, o objetivo que norteia esse trabalho é analisar a trajetória de constituição e luta do Sindoméstico/BA para compreender como se configurou a luta política sindical na Bahia, bem como, traçar o perfil das trabalhadoras domésticas sindicalizadas, cotejando sobre o envolvimento do sindicato com os movimentos sociais (negros e de mulheres), políticos e sindicais na luta pelo reconhecimento profissional, mediante conquista de direitos trabalhistas.

Este trabalho está situado na história da perspectiva do sujeito histórico: Sindoméstico/BA e sua principal liderança, Creuza Maria Oliveira. Quanto a sua abordagem, está situado no campo da história política sindical e utiliza-se

---

<sup>5</sup> Que compreendeu o período de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985.

<sup>6</sup> Souza, Cristiane Santos. **Trajetórias de migrantes e seus descendentes**: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana. Campinas, 2013.

da pesquisa documental e pesquisa bibliográfica enquanto método de pesquisa qualitativa para a interpretação dos fenômenos e atribuição de significados, acompanhando o entendimento de Prodanov e Freitas (2013)<sup>7</sup>. As fontes escolhidas foram os jornais populares da Bahia (encontrados no acervo do sindicato), os boletins informativos de produção da própria instituição e das fichas de filiação desde o momento inicial de constituição do Sindoméstico/BA em 1990 a 2013, ano da promulgação Emenda Constitucional Nº 72, de 2 de abril de 2013, conhecida como *PEC Das Domésticas*.

### Fontes e metodologia

Quanto às fontes históricas, nos arquivos do Sindoméstico - Bahia pude realizar a pesquisa documental e eleger os documentos utilizados neste trabalho, a saber: jornais impressos, boletins informativos e fichas de filiação das associadas no sindicato. O recorte temporal compreendeu o momento inicial de constituição do sindicato em 1990 até 2013, ano da promulgação da Emenda Constitucional Nº 72, de 2 de abril de 2013, conhecida como *PEC Das Domésticas*. Neste sentido, procurei trazer à tona nesta dissertação de mestrado o protagonismo das histórias de luta das trabalhadoras domésticas organizadas em sindicatos, por meio dos discursos trazidos na documentação, de forma articulada com as leituras bibliográficas. A escolha do marco temporal, justifica-se, pelo momento da história em que houveram mudanças significativas na legislação brasileira quanto aos direitos trabalhistas da categoria, abarcando o final do século XX e início do XXI com suas transformações no cenário político.

De acordo com Gil (*apud* Prodanov e Freitas, 2013, p.):

A pesquisa documental, devido a suas características [...], baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Assim como a maioria das tipologias, a pesquisa documental pode integrar o rol de

---

<sup>7</sup> PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 70.

pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou se caracterizar como o único delineamento utilizado para tal.

Dessa forma, esses documentos serviram como fontes históricas e deram base para a investigação empreendida nesta pesquisa, permitindo organizar as informações trazidas, que se encontravam de forma aleatória e dispersa, conferindo-lhe uma organização de ideias, a fim de aferir discussões acerca dos objetivos apresentados.

Foram localizados nos arquivos do Sindoméstico/BA fragmentos de jornais locais em que o tema do trabalho doméstico ganhou destaque, sendo possível observar, entre outras coisas, matérias sobre o momento em que o sindicato se constituiu e outros assuntos pertinentes à temática. A disposição dos jornais fazia parte de uma seleção feita pelo próprio sindicato e traziam matérias específicas que refletiam, sobretudo, os interesses da luta sindical da trabalhadora doméstica por direitos trabalhistas e reconhecimento social e, por vezes, traziam denúncias de casos de exploração e violências.

No entanto, não se deixou de perceber as contradições inerentes à organização sindical e do movimento das trabalhadoras domésticas em si, além de revelar nos conteúdos, o pensamento social predominante em contextos sociais diversos. Outrossim, as matérias e entrevistas encontradas majoritariamente traziam a figura de Creuza Maria Oliveira como principal porta-voz do sindicato, mesmo que o papel de outras lideranças tenha contribuído de forma essencial para o movimento da Bahia, tais como as presidentas Cleuza Ferreira, Marinalva Barbosa e diretor Francisco Xavier. Ademais, esses periódicos também permitiram tecer reflexões quanto ao conteúdo exposto na imprensa baiana sobre o trabalho doméstico e sobre a luta sindical a partir do ponto de vista do sindicato.

O boletim informativo produzido pelo Sindoméstico/BA foi um dos documentos utilizados como fonte histórica, que surgiu em 1991 intitulado como *O Doméstico* e a partir de 1994 passou a chamar-se *O Quente*. A edição do seu texto sucedeu com periodicidade bimestral e/ou trimestral, constituindo-se como um instrumento de comunicação entre a entidade sindical

e sua base de representação. Nesse sentido, o periódico passou a relatar as diversas atividades de atuação política da organização, nos níveis nacional, estadual e municipal; além da sua inserção na esfera pública; as relações com os movimentos sociais, negro, de mulheres, políticos e sindical, os embates com o mundo patronal e a luta por igualdade de direitos. Desse modo, permitindo revelar contextos históricos diversos da Bahia e do Brasil com os quais o sindicato não deixou de imprimir seu posicionamento.

O boletim teve, ao longo de sua constituição, apoio da gráfica da CUT e do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (SINDAE), além de contar com contratação de terceirizados para sua diagramação. A seleção dos textos ocorria da seguinte forma: a diretoria do sindicato se reunia e decidia quais temas, assuntos e imagens deveriam ser abordados no boletim. Após essa seleção, o diretor responsável, geralmente o diretor de imprensa, redigia o texto para ser enviado à gráfica da entidade apoiadora para a diagramação. No cabeçalho do boletim sempre é exposto os logotipos das entidades ao qual é filiado, a saber: da Central Única dos Trabalhadores (CUT); da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD); *Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar* (CONLACTRAHO) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS).

Assim, a riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem se mostraram fecundas neste trabalho. Foi possível verificar nas publicações encontradas a difusão de valores sociais estabelecidos socialmente no universo simbólico brasileiro, as representações construídas sobre o trabalho doméstico e as perspectivas do movimento sindical das trabalhadoras domésticas.

Ademais, foram analisadas 1.933 fichas de filiação de trabalhadoras domésticas filiadas ao Sindoméstico/BA, entre os anos de 1990 a 2013. Desse total, encontramos 1.893 fichas de mulheres sindicalizadas e apenas 40 fichas

de homens, revelando desde já a predominância feminina filiada ao sindicato das trabalhadoras domésticas na Bahia<sup>8</sup>.

De 1990 a 2002 as fichas traziam as seguintes informações: Nome do trabalhadora; Endereço de residência; Telefone; Data de nascimento; Naturalidade; Estado civil; Instrução; N<sup>o</sup> carteira de identidade com data de emissão e filiação; N<sup>o</sup> da carteira profissional com a série; Título de eleitor; Endereço do trabalho; a Função e data de admissão no trabalho; o N<sup>o</sup> da matrícula no sindicato com a data da filiação; os nomes dos Dependentes e o local para assinatura ou impressão digital, se não alfabetizada, e por fim na maioria das vezes vinha anexada uma foto 3X4 da trabalhadora. As fichas eram preenchidas pelo próprio sindicato de forma datilografada ou manuscrita, e assinada pela trabalhadora, que recebia no ato da filiação um *Carnê de Quitação Social* com os recibos das mensalidades a serem pagos por elas. A partir de 2003 o sindicato atualizou a estrutura das fichas e passou-se a adotar o quesito cor/raça, mas acabou suprimindo os campos para o preenchimento das *Funções, Dependentes e Endereço de trabalho*.

Essas informações foram fundamentais para traçar o perfil das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia neste trabalho, onde, pôde-se fazer reflexões interseccionadas sobre as questões de gênero, raça e classe, que submetem a classe trabalhadora a vulnerabilidades diversas. Ademais, a partir da análise das fichas, inferimos sobre as mudanças e continuidades na categoria ocorridas em diferentes contextos sócio-históricos na Bahia e no Brasil percorridos por mais de duas décadas.

Durante a pesquisa documental, as conversas que tive com as fundadoras do sindicato, possibilitaram, entre muitas coisas, entender melhor as fontes analisadas e fazer ligações pertinentes quanto a cronologia dos acontecimentos.

---

<sup>8</sup> Durante a pesquisa documental, foram encontradas nos arquivos do Sindoméstico/BA 2.140 fichas de filiação, mas, nelas existiam duplicadas e essas não foram consideradas por trazerem as mesmas informações. A disposição das fichas no arquivo estava organizada por ano de filiação.

Para analisar as fontes documentais foram utilizadas a análise de conteúdo<sup>9</sup>, bem como, uso do método estatístico, que produziu dados sobre o perfil das trabalhadoras domésticas e; de forma articulada, foram realizadas também revisões bibliográficas de obras e trabalhos acadêmicos (livro, teses, dissertações e artigos acadêmicos), de autores e autoras que trouxeram discussões relevantes sobre o trabalho doméstico e a história dos sindicatos das/os trabalhadoras/es domésticos na Bahia e no Brasil.

Tais conteúdos foram encontrados nos arquivos dos repositórios *online* das instituições de ensino superior e textos disponíveis na internet. Essas leituras serviram como base na forma de assimilação e de confronto das discussões propostas, procurando fazer um levantamento das principais questões que norteiam o tema do trabalho doméstico e temas correlatos. E dadas as lacunas ainda existentes nesses trabalhos, a análise do perfil das trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados na Bahia torna-se relevante para o entendimento do tema estudado. Percebeu-se ainda a ausência de análises mais aprofundadas quanto à construção política do sindicato na Bahia, uma vez que, este se constituiu como um espaço de referência na luta das trabalhadoras domésticas internacionalmente. Assim, esta pesquisa debruça-se a fazer inferências relevantes sobre o tema do trabalho doméstico por uma perspectiva ainda não abordada, ampliando novas possibilidades de abordagens e dando pistas para novas pesquisas.

As informações contidas nos documentos analisados, não foram tomadas como uma verdade em si, tais registros, muitas vezes, serviram como pistas e indícios que apontaram alguns caminhos possíveis. A validade de seguir tais pistas e vestígios é debatida por Carlo Ginzburg (1992) e a proposição do seu método do paradigma indiciário, o qual “resgata a figura do caçador que ‘lê’ nas pistas pelo caminho [...] criando uma narrativa coerente a partir de tais rastros” (*Ibidem*, p. 169).

---

<sup>9</sup> PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Estabelecendo relação com a figura do detetive, do caçador e do médico, figuras que utilizam dos efeitos para inferir as causas, Ginzburg (1992) propõe o paradigma indiciário, um método interpretativo no qual os detalhes tidos como secundários ou mesmo negligenciáveis podem guardar a chave para a interpretação de um contexto social. Este método trabalha descobrindo nas fontes e nos documentos dados além daqueles que estes pretendiam revelar, informações que, para a sociedade que produziu o documento, pode ser tido apenas como um fato posto, mas, quando analisada é desconstruída pelo pesquisador, podendo revelar a conjuntura política e social vigente em uma época. Portanto, levamos em consideração tal método para analisar os documentos, que por sua vez, não revelam uma verdade em si.

A importância do método indiciário para a observação proposta nesta pesquisa se explica pela forma como foi utilizado em diversas ciências e de sua capacidade de gerar novas descobertas. Desse modo, é importante descrever como o método vem sendo utilizado. “Ele foi criado pelo médico italiano Giovanni Morelli, que, com o pseudônimo de Ivan Lermolieff, escreveu, entre 1874 e 1876, uma série de artigos sobre a pintura italiana” (COSTA; DORNELLES, 2011, p.2). Nos textos, Morelli propunha a utilização de um novo método para a atribuição de autoria dos quadros antigos.

Na década de setenta, o número de trabalhos historiográficos que se valiam de periódicos era relativamente reduzido. Apesar de que a difusão da imprensa já estava estabelecida com uma vasta bibliografia, com periódicos, diários e revistas circulando por diferentes partes da região brasileira. “Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas, relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”<sup>10</sup>.

Não se pode negar, contudo, que os fatores que levaram a essa reduzida produção se devam a tradições difundidas em finais do século XIX e

---

<sup>10</sup> LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas**: história dos, nos e por meio dos periódicos. Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (org.) 2.ed., reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-112.

início do XX, onde se buscou a verdade dos fatos por meio dos documentos cuja natureza estava longe de ser irrelevante.

Para trazer à luz o acontecido o historiador, livre de qualquer envolvimento com o seu objeto de estudo e senhor de métodos e crítica textual, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade além de suficientemente distanciada de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2008, p. 112).

Com a terceira geração da Escola dos Annales, em finais do século XX na França, o cenário mudou. Quebrando paradigmas, essa nova geração de historiadores e pensadores intelectuais propuseram “novos objetos, problemas e abordagens”. Segundo Tânia Regina de Luca (2008) em “História dos, nos e por meio dos periódicos” para os historiadores Jacques Le Goff e Pierre Nora na introdução da obra “História: novos problemas” (1978):

Obra coletiva e diversificada pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim aparecem no campo epistemológico da história (LE GOFF; NORA, 1978 *apud* LUCA, 2008, p. 113).

Ainda na década de 1970 os jornais tornaram-se objeto de pesquisa em História em teses e dissertações que levaram à cabo as discussões sobre a abordagem que destaca a importância dos jornais para a compreensão de circunstâncias sócio-políticas específicas. Exemplificando uma das diversas abordagens elencadas no texto sobre a pesquisa em periódicos, a autora destaca:

A riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem também são atestadas pelo exemplo da revista *Seleções*, lançada no Brasil em 1942, no contexto da política de boa vizinhança arquitetada por Roosevelt. Ao lado de outros veículos como o rádio e o cinema, a publicação cumpria função estratégica na difusão dos valores e modo de vida norte americano e, apesar de não ser uma iniciativa oficial, ajustava-se às demandas do poder, como bem mostrou Antônio Pedro Tota. A mesma publicação foi abordada por Mary Junqueira com o objetivo de discernir, a partir do universo simbólico norte-americano, as representações construídas acerca da América Latina, encarada como um novo oeste a ser dominado e civilizado (LUCA, 2008, p.129).

Portanto, as possibilidades e variedades do uso da pesquisa em jornais nos mostraram fecundas, ressaltando, todavia, que nem sempre os exemplares estão organizados e com séries completas ou em boas condições de conservação à espera do pesquisador, em muitos casos, os boletins e jornais se encontravam dispersos e sem paginação, alguns sem condições de leitura, sendo necessário um trabalho sistemático de organização.

Apesar de existir um considerável arsenal de documentos no Sindoméstico/BA a organização dos seus arquivos foi outra questão levantada durante a pesquisa documental, havendo a necessidade de um olhar mais atento às questões de estrutura e manutenção da entidade que, por falta de recursos necessários contou ao longo dos anos com parcerias em assessoria de arquivamento por terceiros, porém, sem regularidade.

Diante disso, os conteúdos trazidos nos boletins informativos e nos jornais se articularam a perspectivas sociopolíticas, tornando-se centrais para compreender a questão racial, de classe e de gênero que envolve o trabalho doméstico e a luta sindical das trabalhadoras na Bahia e no Brasil, confrontando leituras pertinentes da articulação política no país.

### **Conceitos e categorias de análise**

Diante das fontes, métodos e bibliografia analisadas, o conceito de *classe* foi indispensável para compreender os processos de luta da classe trabalhadora doméstica. Desse modo, adota-se aqui a linha seguida por

Thompson (1987), que definiu o termo no prefácio à sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”, publicada na Língua-Portuguesa no ano de 1987.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens (os empregadores) cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, I, 1987, p.10)

As classes, portanto, desempenham um papel social relevante do ponto de vista das relações de poder, pois, ocorre quando o indivíduo ocupa uma posição em uma organização social. Assim, as experiências de resistência compartilhadas das trabalhadoras domésticas produziram a consciência necessária para a luta.

Vale ressaltar também, que o paralelo que se faz da situação inglesa trazida pelas leituras de Thompson (1987) da virada do século XVIII para o XIX só poderia ser válido para as principais cidades brasileiras no início do século XX<sup>11</sup>, período em que o movimento das trabalhadoras domésticas já tinha se consolidado no Brasil. Thompson entende *classe* como um fenômeno social, não como uma categoria analítica ou estrutura, logo é dinâmica e sempre está em construção. Assim, sua obra torna-se relevante para este trabalho, pois entendemos que a agência da classe trabalhadora implica na ação humana e não em mero produto das forças produtivas. As trabalhadoras domésticas constituem-se, assim, como “sujeitas de sua própria história” e produtoras de conhecimentos.

No início do século XX, momento de fundação do sindicato das domésticas na Bahia, o Brasil encontrava-se inserido no contexto de

---

<sup>11</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **A Formação da Classe Operária Inglesa: História e Intervenção**. 2014. p. 22-23.

emergência das lutas sindicais, com o “novo sindicalismo”<sup>12</sup> mobilizando a classe trabalhadora contra as estruturas vigentes nos tempos da Ditadura e com o processo de reestruturação produtiva<sup>13</sup> em voga da década de 1990, com reformas que inseriram o país nas lógicas da política econômica subordinada à globalização, marcando a introdução de um projeto neoliberal no Brasil.

Seguindo essa linha as trabalhadoras domésticas, na busca por reconhecimento e na luta por direitos trabalhistas, constroem, a partir das experiências compartilhadas, consciência de si e da sociedade ao redor, através das relações construídas nesse processo.

Desse modo, o sindicato das trabalhadoras domésticas, enquanto um objeto de estudo, é visto, neste trabalho, a partir de uma perspectiva da dimensão dialética, dada sua emergência no interior do conjunto de contradições da própria dinâmica social de uma sociedade capitalista como a brasileira.

Essa característica faz com que as entidades sindicais operárias possam ser vistas não como dotadas de "maleabilidade sem limites", mas "como espaços criados estrutural e institucionalmente, capazes de encaminhar quer as reivindicações concretas da classe trabalhadora, quer a implementação de relações entre capital e trabalho necessárias ao desenvolvimento da ordem urbano-industrial capitalista". [...] Assim, a análise das formas de "organização do trabalho e de gestão da mão de obra que vêm sendo adotadas pelas empresas, bem como as práticas de resistência que elas vêm alimentando" aparece na coletânea como parte do processo de modernização tecnológica que atinge uns poucos setores da indústria brasileira, provocando mudanças que evidenciam uma vez mais o caráter contraditório assumido pela própria sociedade (BOITO JÚNIOR, 1991).

Ademais, elejo aqui para as discussões teóricas conceituais a filósofa Helena Hirata e a socióloga Danièle Kergoat (2007), em “Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho” que trazem o conceito, já bastante trabalhado, da divisão sexual do trabalho, analisando as suas novas modalidades e os

---

<sup>12</sup> FERREIRA; DELGADO. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). RJ. Civilização Brasileira, 2018, p. 34-35.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 101.

modelos que organizam as relações entre a esfera doméstica e profissional, que pode ajudar a compreender as questões trazidas na temática do trabalho doméstico. No caso do Brasil, o trabalho doméstico é exercido em sua maioria por mulheres e negras e, portanto, essa divisão está interseccionada por uma tríplice discriminação (social, racial e sexual)<sup>14</sup>.

Nesta perspectiva, a interseccionalidade auxilia-nos como categoria de análise teórico-metodológico, nos termos da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (2016)<sup>15</sup> que designou a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, pretendendo atender uma demanda em lidar com o fato de que muitos dos problemas sociais sofridos por mulheres negras, como racismo e sexismo se sobrepõem, criando múltiplos níveis de injustiça social. O termo foi elaborado na década de 1980 para atender uma demanda das especificidades das mulheres negras que não estavam sendo consideradas na sociedade norte americana – e que podemos trazer para a realidade brasileira, apesar de ter sofrido algumas críticas por parte de intelectuais negras brasileiras. A interseccionalidade lida com a interconexão das estruturas que atingem as mulheres negras, verifica a identidade produzida pelo racismo, pela exploração de classe, patriarcado e homofobia, atravessadas pelas experiências coletivas dessas mulheres, mas que não se prende “às geografias do saber estadunidenses”<sup>16</sup>.

Considera-se que as mulheres negras precisavam de uma resposta metodológica que abarcasse múltiplos sistemas de opressão em uma proposta teórica engajada. Logo, a concepção política da interseccionalidade, adotada neste trabalho, procura estabelecer “relações entre identidade individual e identidade coletiva”<sup>17</sup>, manter o foco nas estruturas sociais e teorizar as experiências focadas nas mulheres negras.

---

<sup>14</sup> GONZALEZ, Lélia. **Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro. 2020, p.217.

<sup>15</sup> CRENSHAW, Kimberlé. **A Urgência da Interseccionalidade**. TEDWomen 2016. Traduzido por Renan Pereira, revisados por Cláudia Sander. 2016. 18 min.

<sup>16</sup> Para saber mais sobre essas críticas no Brasil ver AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, 2019. P. 76-103.

<sup>17</sup> *Idem*.

## **Bibliografia analisada**

Existe volumosa literatura sobre a luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil e, Laudelina de Campos Mello é uma das figuras mais citadas, seja por sua importância histórica, sendo a primeira trabalhadora doméstica a fundar um sindicato da categoria, seja por sua atuação política, como militante ativa durante a vida inteira dedicada à luta, em favor da causa das trabalhadoras domésticas. De certo, sua trajetória se confunde com o primeiro movimento das lutas políticas do trabalho doméstico no Brasil, e serviu de base tanto para a mobilização e conquista de direitos trabalhistas, como para o surgimento de outras associações e sindicatos pelo país. Elisabete Aparecida Pinto (2015) em sua dissertação, que posteriormente virou livro “Etnicidade, Gênero e Educação: Trajetória de Laudelina de Campos Mello” reuniu, através da trajetória de Laudelina, um arsenal de depoimentos históricos sobre sua atuação política e militante envolvendo momentos históricos marcantes do movimento inicial da luta em favor das trabalhadoras domésticas. Seu recorte temporal compreende mais de 80 anos de atuação do movimento (1904 a 1991), o que nos ajudou a entender o percurso histórico da luta das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Antes mesmo de poderem fundar os sindicatos, as trabalhadoras domésticas se organizavam em Associações, a primeira delas foi criada em 1936 por Laudelina de Campos Mello em Santos, São Paulo. Nascida em Poços de Caldas - Minas Gerais, em 1904, Laudelina de Campos Mello filha de empregada doméstica, começou cedo a trabalhar no serviço doméstico, porém, sem remuneração, não muito diferente da trajetória de vida de uma parcela significativa de mulheres negras no Brasil, chegando a receber pelos serviços prestados apenas com 16 e 17 anos de idade. Segundo Elisabete Aparecida Pinto (2015) “naquele momento (aos 17 anos), Dona Laudelina começou a trabalhar com a família de Juscelino Kubitschek, ficando com eles até 1922”<sup>18</sup>. Laudelina, semialfabetizada, influenciou gerações de militantes negros e de

---

<sup>18</sup> *Idem*, p. 376.

empregadas domésticas e lutou mudando o rumo dessa história de trabalho impregnada de injustiças e subordinação.

As associações das trabalhadoras domésticas no Brasil foram de fundamental importância para a luta política da categoria, e estão atreladas a um conjunto de acontecimentos históricos no Brasil. Em março de 1931 foi criado o Decreto Nº 19.770 que não a reconheceu como categoria de trabalhadores, e foi para superar esses entraves legais que Laudelina e outras trabalhadoras deram início a um movimento que se espalhou pelo Brasil, e seus reflexos são sentidos até hoje com a atuação dos mais de 40 sindicatos espalhado por todo o país, como mostrou seu depoimento.

Com a história do sindicato, nós aproveitamos, a Associação foi fundada dia 8 de julho de 1936, no dia 5 de setembro (...) ia haver um Congresso de trabalhadores na capital que era Rio de Janeiro, então o professor Geraldo Campos aconselhou que se fizesse um apanhado sobre as Leis das empregadas domésticas e o professor Lobato tirou das Leis Trabalhistas os parágrafos e os itens para montar a pauta do Congresso. O Getúlio já tinha instituído as Leis Sindicais e ia haver o primeiro Congresso, aliás, era dirigido pelo avô de Fernando Collor. Naquela época ele era o 1º Ministro do Trabalho do PTB. As empregadas domésticas foram destituídas das Leis Trabalhistas, nós estávamos criando um movimento, para ver se conseguia o registro do Sindicato [...] mas, quando nós chegamos ao Rio tinha sido suspenso o Congresso, o ministro do Trabalho que, aliás, era o avô de Fernando Collor. Naquela época falava-se muito em comunismo, os capitalistas e os banqueiros, eles tinham pavor. Então os capitalistas, os banqueiros, os milionários começaram a criticar contra o encontro dos trabalhadores, que o encontro iria fomentar uma greve contra os patrões, então foi suspenso. O professor Geraldo veio embora para São Paulo, e eu fiquei no Rio para ver se entrava em contato com alguém, para ver o que ia resolver. Eu fiquei no Rio uns três a quatro dias, no terceiro dia eu consegui com o secretário do ministro para que ele me deixasse falar com o ministro (Laudelina de Campos Melo: entrevista de Elisabete Pinto, 2015, p. 388).

Como se vê, Laudelina não só funda a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas em Santos, como também tem uma participação ativa no diálogo direto com o poder público vigente, sendo porta-voz do movimento ao tentar sozinha uma conversa com o Ministro do Trabalho à época. Seu depoimento também revela as dificuldades enfrentadas por ela ao tentar reivindicar a inclusão da categoria nas leis trabalhistas, mostrando

também uma conjuntura nacional que não era favorável à organização política da classe trabalhadora.

Complementarmente, os estudos de Bernardino-Costa (2007)<sup>19</sup>, em sua tese de doutorado intitulada “Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos”, possibilitou situar o tema da luta sindical das trabalhadoras domésticas na Bahia e em outras regiões do Brasil, por meio dos “depoimentos de resistência” das sindicalistas e suas principais lideranças. Afirmou-se, desde a primeira organização política em 1936, iniciada por Laudelina de Campos Mello, a existência de aproximadamente 40 sindicatos de trabalhadoras domésticas espalhados por diferentes regiões brasileiras. A partir desse instrumento de luta, os sindicatos passaram a se mobilizar por meio de congressos e reuniões nacionais, ganhando proporções internacionais, e construindo um “movimento de resistência e reexistência”, tal como foi observado pela construção da trajetória do Sindoméstico/Bahia.

A partir dessas leituras, refletimos sobre a luta inicial do movimento das trabalhadoras domésticas no Brasil, observando os avanços e retrocessos na conquista de direitos trabalhistas, desde 1972, em que foi promulgada a Lei 5.859/72<sup>20</sup> que estabeleceu pela primeira vez a regulamentação do trabalho doméstico e posteriormente como a Constituição Federal de 1988, que formalizou a sindicalização da categoria.

Já na pesquisa desenvolvida por Bianca Muniz Leite (2017), “AUDÁCIA: A Emenda Constitucional 72/2013 a partir das Narrativas Sobre as Condições de Trabalho de Mulheres do Sindoméstico-Bahia” foi possível analisar o contexto histórico do movimento das trabalhadoras domésticas na Bahia e no Brasil desde a década de 1980, revelando, entre outras coisas, que este ainda se encontrava centralizado no eixo Sul-Sudeste, com exceção de Recife em

---

<sup>19</sup> BERNARDINO-COSTA. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. Brasília. Ed. 2007, p. 16.

<sup>20</sup> BRASIL. **Lei nº 5.859**, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 dez. 1972. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 22 jun. de 2020.

que, paralelamente, o movimento começava a aproximar-se do movimento negro e feminista, trazendo questões indispensáveis para compreender as relações políticas do Sindoméstico/BA com esses movimentos trazendo a perspectiva das trabalhadoras domésticas sobre a Emenda Constitucional Nº 72/2013.

Outro trabalho indispensável para a análise do tema foi o da pesquisadora Lyziê Inácio Almeida (2019) “Eu Empregada Doméstica: narrativas, sentidos e significados na luta pela efetivação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil”, que observou a partir do panorama dos direitos das trabalhadoras domésticas do Brasil. Com este trabalho, complementamos as leituras sobre as leis direcionadas ao trabalho doméstico e suas implicações na vida prática das trabalhadoras, também elegendo relatos, que explicitam, sobretudo, a exploração e violações desses direitos.

Ademais, a tese de Luísa Maria Dantas (2016), “As Domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA” ajudou a pensar sobre a repercussão da *PEC das Domésticas* nos meios de comunicação, verificando matérias, reportagens e imagens atreladas aos discursos trazidos por esses veículos de comunicação e os impactos na sociedade.

De forma complementar a este trabalho, na presente dissertação nos propomos não apenas analisar a repercussão da PEC das Domésticas nos meios de comunicação, mas também os discursos levantados pelo próprio movimento sindical sobre sua participação e articulação na conquista desta emenda constitucional.

### **Divisão dos capítulos**

Diante do que foi apresentado, a presente dissertação de mestrado está dividida em três capítulos. O primeiro perpassa por, inicialmente, situar a luta das trabalhadoras domésticas da Bahia nos seus primeiros anos de constituição, destacando o contexto histórico que possibilitou a fundação da

Associação e sua transformação em sindicato, oficialmente. Expondo, ao mesmo tempo, o cenário político brasileiro e os processos históricos dele originados. Em seguida, apresentam-se as conquistas da categoria advindas com a virada do século XX para o XXI, em que o protagonismo do movimento sindical das trabalhadoras da Bahia cumpriu um papel fundamental, a atuação do Sindoméstico/BA na tramitação e constituição da PEC das Domésticas.

No segundo capítulo é feita uma cuidadosa análise das fichas de filiação, que originou os dados estatísticos sobre o perfil das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia ao longo dos anos de construção do Sindoméstico/BA de 1990 a 2013. Para confrontar e corroborar com esses dados, trouxemos os números dos institutos nacionais de pesquisas sobre as características do trabalho doméstico na Bahia e no Brasil. Dessa forma, pôde-se compreender como a categoria do trabalho doméstico se configurou ao longo de duas décadas; podendo revelar as mudanças e continuidades no perfil das trabalhadoras ocupadas nessa profissão e refletir sobre o quadro de desigualdades de raça, gênero e classe revelados por esses dados.

Por fim, o terceiro e último capítulo evidencia a relação do Sindoméstico/BA com os movimentos sociais: movimento negro, de mulheres, políticos partidário e sindical, enunciando as entidades que se destacaram na construção do movimento na Bahia, revelando as principais demandas e conquistas apresentadas pela categoria. Previamente, tratou-se de analisar a estrutura sindical do Sindoméstico/BA, suas concepções ideológicas e políticas, bem como, as estratégias de resistência desenvolvidas. Concluindo que as alianças com os movimentos citados se deram por meio de estratégias e apoio mútuo, construídas sob uma relação consciente da ação coletiva das trabalhadoras domésticas na Bahia ao longo de mais de duas décadas.

## **CAPÍTULO I**

### **A continuação da luta das trabalhadoras domésticas no Brasil com a construção do Sindoméstico/BA (1990 - 2013)**

Através da luta e organização sindical das trabalhadoras domésticas, os legisladores foram obrigados a reconhecer o trabalho doméstico como profissão. A luta pela valorização do trabalho doméstico nos concede a credibilidade necessária para continuarmos a combater todo tipo de exploração e preconceito que existe contra a nossa profissão (Boletim informativo O Quente - Sindoméstico/BA, 2013).

A trajetória de luta sindical das trabalhadoras domésticas na Bahia foi fundamental para o processo de mudanças na legislação brasileira. Nesse sentido, este capítulo busca contar a história de resistência do Sindicato dos Trabalhadores Doméstico do Estado da Bahia - Sindoméstico/BA na luta por direitos trabalhistas e o reconhecimento social da profissão, desde a sua constituição como Associação até a formalização do Sindicato; bem como, buscou trazer as principais conquistas da categoria na legislação local, estadual e nacional, em finais do século XX e início do século XXI; de forma articulada, apresenta o contexto histórico que culminou na promulgação da Emenda Constitucional Nº 72/2013 conhecida como “PEC das Domésticas”, através do boletim informativo do sindicato e de periódicos locais.

### **1.1 Fundação e luta inicial do Sindoméstico/BA**

Estima-se que as primeiras movimentações das trabalhadoras domésticas em Salvador tiveram início no final da década de 1960 e que após a chegada de Creuza Maria Oliveira ao movimento, na década de 1980, o grupo começou a ganhar força, vindo a se tornar uma das principais portavozes do movimento nacionalmente.

Aqui em Salvador começou junto ao supletivo do Colégio Vieira durante o dia era particular e a noite era pra os trabalhadores e trabalhadoras. E a noite a grande maioria dos que estudava eram mulheres, e das mulheres a grande maioria era trabalhadora doméstica (...) E as mulheres não se identificavam como domésticas, diziam que moravam com a tia. Pouquíssimas diziam que trabalhavam em casa de família. Então, começou a fazer uma pesquisa, o pessoal do Serviço Social, pra descobrir porque a

trabalhadora doméstica tinha vergonha de dizer que era trabalhadora doméstica. E aí começou a se formar um grupo pra discutir isso. O grupo surgiu com essa finalidade. Mas eu tenho informações também que já nos anos sessenta, em 1969, já tinha um grupo de domésticas aqui em Salvador. Eu não conheço ninguém dessa época (...) esse grupo que teve em 1969, a gente não sabe se foi com o Vieira ou fora do Vieira. O grupo começou a se consolidar de 1980 pra cá, porque quando eu cheguei o grupo já tava (Creuza Oliveira: entrevista de Bernardino-Costa, 2007, p. 170).

Mesmo não havendo sido encontrado registro desse período inicial de 1969, referido por Creuza Oliveira, é possível perceber que o movimento das trabalhadoras domésticas na Bahia se destacou após a sua chegada ao grupo, quando ainda se reuniam nas dependências do Colégio Antônio Vieira<sup>21</sup>. Posteriormente a isso, uma série de mudanças viriam a acontecer, como a formalização da associação e a consolidação do sindicato na Bahia.

## **1.2 Abrindo os caminhos da formalização: A criação da Associação**

O período em que Creuza Oliveira chegou ao grupo, entre 1983 e 1985, a trabalhadora doméstica que exercia a liderança na organização era Cláudia Pacheco, porém, não deu continuidade na organização por ter mudado de cidade para estudar licenciatura quando aprovada em vestibular no município de Juazeiro-BA para ser professora de adultos. Esse espaço de liderança foi deixado em aberto e nesse período ainda não tinha sido criado o estatuto que fundaria a Associação. Com a saída de Cláudia Pacheco, essa tarefa acabou sendo deixada para outras pessoas concluírem e, foi nesse momento que Creuza Oliveira iniciou sua trajetória no movimento, dando continuidade na construção desse estatuto, para que finalmente a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas fosse fundada, tornando-se sua primeira presidenta.

---

<sup>21</sup> O Colégio Antônio Vieira é uma instituição educacional fundada pela Companhia de Jesus em 1911, que se localiza em uma região central da cidade de Salvador/BA.

Em oitenta e seis a gente fundou a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia. E isso eu entrei no grupo em oitenta e quatro. Aí em oitenta e seis a gente fundou a associação, **que a gente não podia ser sindicato**, então fundamos a Associação, e eu fui a primeira presidenta da Associação, né. Aí ficou como Associação até... até noventa. Aí quando foi em noventa a gente transformou a associação em Sindicato, né. Que agora esse ano vai fazer vinte e sete anos, né. E aí a gente tá aqui nessa batalha. (Creuza Maria Oliveira: Entrevista de Bianca Muniz Leite, 2017, p.52, *grifos da autora*)<sup>22</sup>

Após a criação da primeira Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, uma série de mudanças estruturais e políticas começaram a ser sentidas no interior da organização. Segundo Creuza Oliveira, naquele momento ainda não existia uma legislação específica que dava direito à categoria de se organizar em sindicatos, que só veio a ocorrer quatro anos depois. As movimentações iniciais do grupo eram realizadas nas dependências do Colégio Antônio Vieira, de matriz católica localizado em um bairro central de Salvador, onde as trabalhadoras estudavam à noite, sendo sua primeira reunião realizada em 1985 (Imagem 1). O grupo aproveitava os intervalos das aulas para se reunir enquanto categoria profissional, já que era difícil se encontrarem em outros períodos por estarem em diferentes locais de trabalho.

Imagem 1 – Reportagem sobre a 1ª reunião da Associação das Trabalhadoras Domésticas da Bahia no Colégio Antônio Vieira em 1985

---

<sup>22</sup> LEITE, Bianca Muniz. “**Audácia**”: a emenda constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do SINDOMÉSTICO Bahia. Salvador, p. 52. 2017



Fonte: Boletim *O Quente* do Sindoméstico/BA, 2010.

Como pode-se ver na imagem acima, a primeira reunião da Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia em 1985 ocorreu com auditório cheio, revelando notória mobilização prévia do movimento para esse momento. Ademais, percebe-se um quantitativo maior de pessoas negras, entre homens e mulheres, e jovens em sua maioria, algumas inclusive apresentando aspectos de cansaço, possivelmente advindo dos serviços realizados com o trabalho doméstico, traços determinantes para perceber o perfil da categoria na Bahia, a qual será objeto de análise no próximo capítulo.

A Associação continuou se reunindo aos 2º e 4º domingos de cada mês no colégio Antônio Vieira. A partir desse momento, surgiu a necessidade de sair das dependências do colégio, a fim de obter maior autonomia para o grupo, já que tinham que solicitar autorização para a realização das palestras e debates, cujos temas tocavam em tabus da Igreja Católica como sexualidade, uso de preservativos, etc.

Entretanto, esse período em que o movimento se reunia no colégio foi fundamental para o processo organizacional das trabalhadoras domésticas na cidade de Salvador, vez que podiam estar em um lugar comum, visto que pela própria dinâmica do trabalho doméstico, tornava difícil reunir a categoria. Além

disso, o apoio dado pela Igreja e pelos professores do colégio possibilitou o fortalecimento do movimento antes de conquistarem sua primeira sede. A esse respeito, no terceiro capítulo, abordaremos brevemente a relação do movimento com a Igreja católica. Ademais, a Associação somente conseguiu a sua primeira sede em 1989, um ano antes de tornar-se Sindicato oficial.

### **1.3 O pilar que sustenta a luta: A sindicalização e a conquista da sede**

Antes mesmo da conquista da primeira sede, o movimento encontrava dificuldades para se articular, e em muitos casos, tinha que criar estratégias para poder gerir a recém-criada Associação. Como as reuniões ainda ocorriam no Colégio Antônio Vieira, por exemplo, as correspondências destinadas à Associação tinham que ser endereçadas às próprias trabalhadoras em seu local de trabalho. O relato de Creuza Oliveira evidenciou as relações conflituosas que enfrentavam com seus patrões/patroas, antes de poderem se organizar em uma sede própria.

A gente não tinha espaço para receber nossas correspondências, a gente não tinha telefone para a coisa... e eu dava o telefone do trabalho. (...) E isso aí foi um conflito terrível, né. Porque quando alguém ligava pra mim... eu dava o telefone pras menina, dava pra... eu ia participar de alguma reunião e pegava e passava o telefone. E eu dizia que era do meu trabalho. Mas quando as pessoas ligava, não ligava dizendo “quero falar com Creuza”. Ligava dizendo “é da Associação das doméstica... das empregada doméstica? Creuza tá aí?”. Aí o patrão me dava bronca. Muitas vezes ele dizia “aqui não é da Associação das Empregadas Domésticas não” e batia o telefone, né.<sup>23</sup>

Como assinalou Creuza Oliveira, a geração dos conflitos com os patrões provocados pelas dificuldades em se articularem mostraram, inclusive, as estratégias que as trabalhadoras domésticas tinham que lidar para se organizarem enquanto categoria.

---

<sup>23</sup> *Ibid*, p. 73-74.

A conquista da primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia foi adquirida em 1989, um ano depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 e um ano antes da Associação tornar-se sindicato oficialmente em 1990. No *Jornal da Bahia* de 1991<sup>24</sup>, verificou-se uma fotografia do período em que o sindicato já tinha se estabelecido na sua primeira sede, que se localizava na Rua Monte Belém do Meio, nº 20, no bairro do Engenho Velho de Brotas, Salvador/BA (Imagem 2). A sede era um local pequeno com apenas dois cômodos onde, muitas vezes, não suportava todos dentro da casa e as pessoas ficavam do lado de fora esperando a vez do seu atendimento, visto que, nesse momento, a procura pelo atendimento do sindicato aumentou.

Após a conquista da primeira sede, impulsionou-se a procura das pessoas pelos serviços do sindicato, que já promovia palestras e discussões sobre o trabalho doméstico, além de oferecer serviços jurídicos com atendimento ao público.

Como o espaço era reduzido para o seu funcionamento, o Sindoméstico/BA logo sentiu a necessidade de mudar-se para um novo local, onde pudesse atender um número maior de trabalhadoras, vindo a precisar contar com apoio financeiro de outras organizações. E como a entidade já estava estabelecida oficialmente, apresentou um projeto a uma instituição internacional<sup>25</sup> para adquirir um valor que pudesse contribuir com as despesas da sede, sendo contemplado e utilizando o valor para a compra de um novo imóvel, que foi a sua segunda sede em 1996 localizada no Edifício Juremeiro, na AV. Vasco da Gama, no bairro da Federação em Salvador/BA<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> *Jornal da Bahia*, s/paginação, 1991. Arquivo do Sindoméstico/Ba.

<sup>25</sup> A referida instituição trata-se da *Oxfam Committee for Famine Relief*, fundada na Grã-Bretanha em 1942. Oxfam Internacional disponível em < <https://www.oxfam.org/en>> Acesso em 10 de junho de 2021

<sup>26</sup> LEITE, Bianca Muniz. “**Audácia**”: a emenda constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do SINDOMÉSTICO Bahia. Salvador, p. 76.

**Imagem 2: Recorte de jornal da primeira Sede do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia em 1991**



Fonte: Jornal da Bahia, 1991. Foto: Angela Decânio/Arquivo.

Como mostra a fotografia, o imóvel tinha um aspecto simples e foi a primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia no ano de 1991. Nela é possível aferir informações pertinentes no que tange ao perfil das pessoas que frequentavam o sindicato naquele período, evidenciando a presença de mulheres negras e homens negros. Ademais, pela simplicidade da estrutura da sede, como mostra a arte do nome da entidade na lateral direita do imóvel e as roupas estendidas no varal ao fundo, nota-se os poucos recursos que dispunham naquele momento inicial da luta sindical.

No dia 13 de maio de 1990, após quatro anos funcionando como Associação a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no

Estado da Bahia - Sindoméstico/BA é oficializada, e o jornal *Tribuna da Bahia*<sup>27</sup>, registrou a repercussão da fundação naquele período.

Os patrões que se preparem para a nova investida das empregadas domésticas. Depois de 4 anos reunidas em associação, que só foi registrada há quatro anos, elas decidem que chegou o momento de criar o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia. Faltando apenas o registro no cartório, a mais nova entidade de classe está disposta a fazer valer os direitos conquistados a partir da promulgação da Constituição do Brasil. Para isso pretendem conscientizar as companheiras que são trabalhadores como qualquer outro, não sendo necessário o vínculo “paternalista” e “explorador” com os patrões. Criado no dia **13 de abril** deste ano, o sindicato dos domésticos conta no momento com apenas 50 filiados. Como pauta inicial da ação da entidade, segundo a presidente, Creuza Maria Oliveira, serão ministrados cursos de formação sindical, profissionalização, cidadania e saúde da mulher, todos através da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Considerando difícil a conscientização das empregadas domésticas, Creuza pretende fazer um trabalho de base, para ampliar as filiações. Os panfletos continuarão a serem distribuídos nas principais áreas de concentração da categoria, ou seja, Campo Grande e escolas públicas noturnas. Segundo ela, a mobilização é muito importante diante das domésticas representarem o maior contingente da mão de obra feminina na Bahia<sup>28</sup>.

Apesar da data que é mencionada no jornal estar como 13 de abril, nas fontes do sindicato e na bibliografia analisada a data de fundação do sindicato de fato é 13 de maio de 1990. Interessante observar que a escolha dessa data faz menção a Lei Áurea, que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil, assinada em 13 de maio de 1888. Esta lei de fato marcou uma nova fase social no Brasil e teve sua importância política naquele contexto histórico, que desencadeou momentos de intensas comemorações, mas também de tensões, conflitos e questões em torno das práticas que se sucederiam.

Sob animação festiva, tanto abolicionistas, libertos e boa parte da população se regozijavam em comemoração a Lei Áurea que mudou a ordem social no Brasil oitocentista, mas também foi marcado pela tensões, já existentes no Império, e que foram intensificadas naquele momento, pois “As

---

<sup>27</sup> Jornal *Tribuna da Bahia*. **Doméstica já tem sindicato próprio**. Maio de 1990. Arquivo do Sindoméstico/BA.

<sup>28</sup> Jornal **Tribuna da Bahia**, 21 de maio de 1990.

reações de libertos, abolicionistas e escravocratas expunham tensões próprias à ordem escravista ainda mais latentes naquele momento de crise social”(WLAMYRA, 2010, p.93). Além disso, estavam em jogo as disputas em torno daqueles que queriam ser lembrados como referência ao momento que marcou a “nova fase nacional”, pois segundo a historiadora Wlamyra Albuquerque (2010):

Colocar-se à frente do movimento, patrocinar e organizar comemorações foram tarefas que os abolicionistas de diferentes matizes assumiram com empenho. Concordemos em parte com eles: a tamanha vitória, há tanto almejada, deveria mesmo corresponder muita celebração. Mas, se escaparmos da comoção geral expressa publicamente sob confetes, bandas de música e estandartes, podemos nos ocupar da importância política que a construção das memórias do processo emancipacionista e da abolição tinha naquele contexto, mais ainda dos projetos gestados para o pós-abolição. No afã de constituir panteões e consagrar heróis e princesa, ficavam à mostra os lugares sociais reservados aos emancipados e as condições de cidadania previstas para o pós-abolição<sup>29</sup>.

Deste modo, podemos considerar que a importância política que fazia jus às comemorações ao treze de maio podia corresponder tanto às expectativas que se criou para o pós-abolição como pela própria compreensão que os negros tinham sobre o processo abolicionista, já que a “consciência que os negros tinham era de que o fim da escravidão não foi um presente dado pelas mãos brancas da Princesa Isabel, mas conquistado por mãos pretas”<sup>30</sup>. Este é outro elemento que a historiadora investiga em documentos sobre a perspectiva dos “libertos” naquele contexto de disputa pelos louros da conquista, pleiteados por abolicionistas e regentes.

Por outro lado, o pós-abolição também representou um ambiente de incertezas e mudanças sociais profundas, onde as expectativas e projetos não atenderam às demandas colocadas pela população recém liberta. De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995), após o fim da escravidão

<sup>29</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. “**A vala comum da ‘raça emancipada’**”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. História Social, n. 19, segundo semestre de 2010.

<sup>30</sup> RODRIGUES, Paula. 13 de Maio não foi “presente dos brancos”, diz Wlamyra Albuquerque. **Vermelho**. Publicado 13 maio de 2021 10:09h.

as classes dominantes não contribuíram para a inserção dos emancipados no novo formato de trabalho e também não foram colocados em práticas projetos que garantissem a estes melhores condições de existência. Pelo contrário, “Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho”<sup>31</sup>.

Ainda assim, a importância política da construção das memórias em torno do treze de maio na contemporaneidade se expressa pela escolha desta data para a fundação do sindicato das trabalhadoras domésticas na Bahia na década de noventa. E um século depois, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, as trabalhadoras domésticas conquistaram o direito à sindicalização e fundaram o sindicato da categoria, dando continuidade às atividades para sua organização. A repercussão na imprensa local à época, mostrou as preocupações da elite patronal, que viu a notícia como uma ameaça à manutenção dos seus privilégios de manterem empregadas domésticas submetidas a condições degradantes e sem proteção trabalhista.

Contudo, a luta só estava começando, pois, pouco mais da metade das trabalhadoras conseguiram com que sua carteira de trabalho fosse assinada, e como também mostrou o jornal, reunir a categoria era um desafio, uma vez que elas se encontram em locais de trabalho diferentes, e para o trabalho de base, as escolas públicas noturnas acabaram sendo um dos pontos de encontro estratégico para sua mobilização.

Os anos 1980 no Brasil foram marcados por acontecimentos históricos de grande relevância para o cenário político e social do país, diferentemente do que pensavam ser uma “década perdida”. Entre muitos acontecimentos, tem-se simultaneamente o fim do regime militar no Brasil (1964-1985), que durou mais de 20 anos. Foi neste momento que aflorou-se os debates sobre a redemocratização do Brasil, que mais tarde ganharia fôlego para a convocação

---

<sup>31</sup>GELEDÉS. **Por que os negros não comemoram o 13 de maio dia da abolição da escravidão.** Disponível em <https://www.geledes.org.br/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura/> Acesso em 29 de agosto de 2021.

da Assembleia Nacional Constituinte, desembocando na promulgação da Constituição Federal de 1988, que possibilitou, entre muitas coisas “uma Assembleia Legislativa mais aberta às demandas populares; como também foi o período considerado o ponto alto das mobilizações populares em favor da emenda das Diretas Já<sup>32</sup>, que levou milhares de pessoas às ruas em protesto; que registrou também a primeira eleição direta para Presidência da República, em 1989, sendo eleito presidente o jovem Fernando Collor de Mello (PRN).”<sup>33</sup>

#### **1.4 A participação das trabalhadoras domésticas da Bahia na Constituição Federal de 1988**

Além do mais, a década de 1980 foi uma década histórica, por ter sido um período marcado por transformações políticas e sociais, principalmente para categoria do trabalho doméstico, devido a este ter sido o momento de reorganização sindical de diversas categorias. Paralelo a isso, a efervescência das greves e paralisações espalhadas por todo o Brasil, impulsionaram o movimento das trabalhadoras domésticas a se organizarem nacionalmente para o processo de mobilizações para a Constituição Federal de 1988.

Fruto disso, em 1987 o movimento organizou o seu V Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, na cidade de Olinda/PE, sob responsabilidade da Associação de Recife, lembrado na ocasião como um congresso histórico para a categoria. Este evento teve importância por terem sido elaboradas, pela primeira vez, as reivindicações trabalhistas para a futura participação na Constituição Federal de 1988. Dentre as ações desenvolvidas nesse evento, tem-se a construção de um relatório de atividades, que mostrou a ativa atuação da categoria naquele momento da luta política:

---

<sup>32</sup> O Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizaria com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Ver mais sobre esse movimento em: DUARTE, Lidiane. Diretas Já. Infoescola. Consultado em 01 de abril de 2021.

<sup>33</sup> GOMES, Adriana. **Anos 80: década perdida?** Revista do Legislativo, 2009. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/42/adriana\\_gomes.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/42/adriana_gomes.pdf)>. Acesso em 25 de março de 2021

Foram atendidas 994 domésticas cujos problemas foram: carteira profissional irregular, dúvidas sobre os direitos trabalhistas, procura de emprego, irregularidades nos carnês, etc. Também foram atendidos 96 empregadores que pediram orientação para efetuarem contratações ou demissões. Naquela ocasião a Associação realizava o trabalho de hospedagem, tendo abrigado uma média de 14 domésticas por semana, nos seus dias de folga, por não terem para onde ir. Também acolheu e ajudou, através do serviço de colocação, 15 domésticas a conseguirem emprego. **Quanto ao aspecto da mobilização, integraram a caravana de 250 trabalhadoras domésticas a Brasília a fim de entregar uma proposta aos constituintes de direitos iguais aos outros trabalhadores**<sup>34</sup>.

Conforme o que apresenta o relatório, além da amplitude do evento, os trabalhos realizados já mostravam as preocupações da categoria em se articular para apresentarem propostas de equiparação de direitos para as mudanças que estavam por vir com a Constituição Federal de 1988. A criação da caravana à Brasília, com 250 trabalhadoras domésticas, é significativa do ponto de vista das mobilizações nacionais em que se encontrava o movimento, com a elaboração de um documento construído pela própria categoria, reivindicando a igualdade nos direitos trabalhistas para as domésticas.

Após a Constituição Federal de 1988, a categoria das trabalhadoras domésticas passou a ter os seguintes direitos reconhecidos: Salário-mínimo; 13º salário; Férias de trinta dias; Aviso prévio; Aposentadoria; Licença gestante de 120 dias; Licença paternidade; Repouso semanal remunerado; Acidente de trabalho; Vale-transporte e todos os benefícios da previdência, exceto o salário família<sup>35</sup>. Os direitos ainda não foram igualados, mas, já se percebe um avanço nas conquistas dos direitos trabalhistas.

O período era de efervescência para o movimento das trabalhadoras domésticas nacionalmente. E no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 ocorreram o 6º e o 7º Congressos Nacionais das Trabalhadoras Domésticas. O primeiro em Campinas, em 1989 cujo tema foi: “União, Organização e Luta”, com forte atuação dos sindicatos de Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ e Bahia/BA, e o segundo ocorreu no Rio de Janeiro, em 1993 com o tema: “O novo perfil da

---

<sup>34</sup> Bernardino-Costa. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil**: teorias da descolonização e saberes subalternos. Brasília. 2007, p. 119-134.

<sup>35</sup> Boletim: **O Doméstico**, nº1, janeiro/1991.

trabalhadora doméstica no Brasil hoje”, baseado nas novas conquistas trabalhistas com a Constituição Federal.<sup>36</sup> Ademais, foi também após a promulgação da C.F. de 1988, que diversos sindicatos foram fundados, como o caso do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Região Metropolitana de Recife, em 13 de novembro daquele mesmo ano, tendo como primeira presidenta, Lenira de Carvalho, e dois anos depois a fundação do Sindoméstico Bahia, em 1990 como já mencionado anteriormente.

### **1.5 O boletim *O Quente*: porta-voz que informa e produz conhecimento**

Após sua fundação, o Sindoméstico/BA passou a produzir com certa periodicidade o seu boletim informativo, principal veículo de comunicação entre a entidade e as trabalhadoras domésticas. O primeiro boletim informativo intitulava-se “O Doméstico”, e é datado no mês de janeiro de 1991. Seu texto era datilografado e trazia a xilogravura de uma figura feminina de lenço na cabeça segurando uma vassoura na mão direita, fazendo referência ao serviço do trabalho doméstico como logomarca do Sindicato.

A partir de 1994, foi possível encontrar novos registros dos boletins informativos com formato diferente da primeira edição, passando a denominar-se de “O Quente”. Segundo as fundadoras do sindicato, o termo “O Quente” refere-se a um aspecto específico do trabalho doméstico, quando no momento de servir o café da manhã na casa dos patrões, era exigido que estivesse bem quente. Como um trocadilho, as próprias trabalhadoras utilizaram a expressão para dar nome ao boletim informativo que traria notícias “quentes, frescas” à categoria, resignificando assim o uso do termo.

O referido periódico passou a ser produzido com certa periodicidade ao longo dos anos de forma mensal, bimestral ou trimestral, servindo-se como porta-voz entre o sindicato e a categoria das trabalhadoras domésticas.

---

<sup>36</sup> DANTAS, Luísa Maria Silva. **As Domésticas Vão Acabar?** Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA Porto Alegre – RS. 2016, p. 96.

Ademais, foi possível perceber que tal estrutura sofreu diversas alterações ao longo dos anos, acompanhando, paralelamente, o processo de construção do sindicato e da conjuntura política local e nacional que, através das informações “quentes”, emitem opiniões ligadas a diversos temas sobre o trabalho doméstico, produzindo um conhecimento reivindicador.

Em praticamente todos os boletins foram encontradas seções com quadros informativos de temas pertinentes ao universo do trabalho doméstico, a saber: a seção “Olho Vivo” que apresentava os direitos já conquistados em lei; na “Agenda de lutas” da categoria, atualizavam-se as principais atividades do sindicato e dos eventos dos movimentos sociais em que o sindicato participou, além de notícias sobre a participação do Sindoméstico nas lutas e mobilizações estaduais e nacionais; o “Quadro de Salários”, trazia uma descrição detalhada dos valores do salário mínimo vigente com as datas e descontos legais, férias, e alguma observação sobre o salário, modelo de tabela para registro de carga horária e cálculo de horas extras; e também elegia informações e orientações sobre homologação e rescisão trabalhista; a “Seção Saúde”, informava sobre as principais doenças que atingiam à saúde das mulheres, dando orientações sobre prevenção e cuidados com o corpo.

### **1.6 O Sindoméstico/BA e a conjuntura das lutas nacionais**

O salário-mínimo é uma das pautas mais caras para a luta das trabalhadoras domésticas, nem sempre era pago integralmente por seus patrões (a grande maioria ganhava bem abaixo do mínimo). No ano de 1991, o Congresso Nacional aprovou um reajuste salarial que “inquietou patroas e empregadas” na Bahia, pois, deixou de fora as empregadas domésticas<sup>37</sup> baianas, agravando ainda mais a já debilitada relação de trabalho.

---

<sup>37</sup>O termo empregado doméstico utilizado aqui, respeita a forma como foi escrita no boletim. No decorrer do capítulo opto pelo termo trabalhadoras domésticas. Ver mais sobre marcação de gênero feminino e masculino numa interessante discussão no trabalho de Guilherme Ribeiro Colaço Mader. **Masculino Genérico e Sexismo Gramatical**, 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158447/336814.pdf;sequence=1>>

A grande massa dos empregados domésticos baianos não será beneficiada com o novo salário-mínimo, cogitado em CR\$5.600,00 (cinco mil e seiscentos cruzeiros). Ao contrário, o reajuste que passou a vigorar desde o dia primeiro pode provocar ainda mais “arranhões” nas já combalidas relações patrões/empregados e tornar ainda mais distante o sonho acalentado pelos domésticos de receber ao menos a remuneração mínima estabelecida por lei. A presidente do sindicato da categoria, Creuza Maria Oliveira lembrou que o **país tem tradição de discriminar e desvalorizar o serviço doméstico e de assumir sem pudores a conveniente versão de que o trabalho de lavar, passar, cozinhar e limpar o chão não é digno de receber salário** (Jornal da Bahia, seção Cidade, 1991, *grifos da autora*).

Para o Sindoméstico/BA a exclusão das trabalhadoras baianas do reajuste salarial faz parte de uma tradição de discriminação e desvalorização do trabalho doméstico praticado no Brasil. Contudo, ao trazer algumas reflexões sobre o cenário econômico da década de 1990 referido pela presidenta Creuza Maria de Oliveira, percebemos que o país passava por um desequilíbrio na sua economia. As taxas de inflação naquele momento chegavam a 278%, e o desemprego se encontrava na faixa de 5,7% (contra 5,4% na década de 80). Além disso, o congelamento de preços e do salários, trouxe impactos diretos na vida econômica do país naquele período<sup>38</sup>.

No entanto, a não inclusão das trabalhadoras domésticas no novo salário-mínimo não deve ser vista meramente por uma restrição de uma economia em crise, mas, também, considerar a histórica desvalorização do trabalho doméstico em relação às outras categorias. Em razão disto, o “desrespeito aos direitos conquistados pela categoria é regra comum” como mostrou o Jornal da Bahia de 1991:

O desrespeito aos direitos conquistados pela classe e impresso na Constituição é regra comum. “Até mesmo as pessoas que podem pagar o salário-mínimo não pagam”, denunciou Creuza Maria e acrescentou que o direito à carteira assinada, vale-transporte para as que moram fora do serviço, férias, INSS, décimo terceiro salário e licença gestante são ignorados abertamente. “Essa postura não é apenas sequela da escravidão, mas também fruto de uma sociedade machista que

---

<sup>38</sup> Ver mais sobre os dados levantados nesse artigo em: CAMARGO, Marcos Antônio de. **Reflexões Sobre o Cenário Econômico Brasileiro na Década de 90**. Disponível em <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002\\_TR30\\_0918.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR30_0918.pdf)> Acesso em 07 de junho de 2021.

tem por hábito não valorizar o trabalho doméstico, feito geralmente por mulheres” disparou<sup>39</sup>.

A luta pelo pagamento do salário-mínimo ainda se encontrava na ordem do dia para o movimento das trabalhadoras domésticas na década de noventa. Em paralelo, reivindicavam a regulamentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; horas extras e o salário família, que não foram incluídas nas C.F. de 1988.

Até 1994, a moeda corrente no Brasil era o Cruzeiro e o patrão deveria efetuar o pagamento do salário transformando a Unidade real de valor (URV<sup>40</sup>) em Cruzeiros reais (em espécie) no dia do pagamento<sup>41</sup>. O sindicato, por sua vez, trazia em seu boletim os cálculos dos pagamentos a cada valor reajustado, para que a trabalhadora pudesse ter ciência do pagamento a ser recebido pelo patrão. No final do mesmo ano, o Brasil transitou do Cruzeiro para o Real, durante o governo de Itamar Franco (1992-1995) e, nesse momento, o país se encontrava em uma crise inflacionária que refletiu, principalmente, no dia a dia dos trabalhadores.

A economia da Bahia na década de 1990 retratava fortemente uma realidade de desigualdade social no quesito distribuição de renda. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>42</sup> se apresentava da seguinte forma: 72,6% da população ganhava até 2 salários-mínimos, enquanto 3,7% percebia mais de 10 salários-mínimos, revelando, desse modo, grande concentração de renda nesse período. A taxa de desemprego na capital baiana, por sua vez, superava os números nacionais, e a conjuntura política nessa década estava sob o domínio dos governos de:

Antônio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges, que aprofundou a desigualdade na distribuição de renda, mais trabalhadores foram colocados na informalidade e o crescimento

---

<sup>39</sup> Jornal da Bahia, seção Cidade, 1991.

<sup>40</sup>URV era uma espécie de moeda escritural, que não existia fisicamente, que circulava no Brasil por volta de 1994 e serviu apenas como unidade de conta e referência de valores no período.

<sup>41</sup> Boletim O Quente, s/n, 1994

<sup>42</sup> ALCOFORADO, Fernando. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia**. Barcelona. 2003. p. 242-244.

econômico do Estado sofreu considerável atraso. De 1992 a 1999, o décimo mais pobre da população baiana ficou ainda mais pobre. Em 1992, 244 dividia 1,7% da renda apurada no Estado. Em 1999, passou a repartir menos ainda, 1,5%. Já os ricos ficaram ainda mais ricos. O décimo mais abastado da população elevou sua participação na renda de 46,7% para 47,1%, durante o mesmo período. Os dados foram divulgados em 2000 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Estado e integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE. Assim como no resto do país, as condições de emprego do trabalhador na Bahia se deterioraram entre 1992 e 1999. O número de empregados com carteira (que têm direitos trabalhistas assegurados) foi reduzido em 10%, o equivalente a 9.758 postos. O número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 16%, passando de 1,085 milhão para 1,262 milhão. Obter emprego está mais difícil na Bahia do que em outros Estados: o PIB baiano vem crescendo mais devagar que o brasileiro. Entre 1990 e 2000, o Produto Interno Bruto do país registrou variação de 30,1%. Nesse mesmo período, a economia da Bahia cresceu apenas 26,6% (ALCOFORADO, 2003, p.243-244).

Diante da conjuntura apresentada por esses dados, compreende-se o cenário de instabilidade econômica desfavorável para as trabalhadoras domésticas, agravando ainda mais as desigualdades sociais. Por essa razão, podemos compreender o panorama em que se encontrava a Bahia, quando as trabalhadoras domésticas ficaram de fora do reajuste salarial no início da década.

Nessa época, o movimento das trabalhadoras domésticas ganhava força estadual e nacionalmente e, em 1994 foram criados o Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos e no dia 25 de maio de 1997 a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD. Essas entidades foram fundamentais para a ampliação das pautas em âmbito nacional e contribuíram para a articulação entre os sindicatos em diversas regiões brasileiras.

No rol desses acontecimentos, em abril de 1995, a Bahia realizou o I Encontro Estadual de Trabalhadores Domésticos, iniciativa da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), através da Coordenação de Relações do Trabalho (CRT) em parceria com o Sindoméstico/BA. O jornal A Tarde registrou o evento (Imagem 3).

Nos cânticos que antecederam a abertura dos trabalhos, feita pelo secretário do Trabalho e Ação Social, Heraldo Rocha, houve espaço também para a música “**Maria, Maria**”, de **Milton Nascimento**. Os participantes foram unânimes em destacar a importância do evento para o fortalecimento da categoria. E como bem sintetizou a representante do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Recife, Lenira de Carvalho, 60 anos, já aposentada como doméstica, “precisamos deixar de ter vergonha da profissão. Somos trabalhadores, temos os nossos direitos e essa consciência é que nos levará a novas conquistas”<sup>43</sup>.

### **Imagem 3 – 1º Encontro Estadual de Trabalhadores Domésticos em 1995**

---

<sup>43</sup> A TARDE, jornal impresso, 1995.



Fonte: Recorte do jornal A Tarde. Arquivos Sindoméstico/BA, 1995 .

Interessante ressaltar que a canção temática do evento faz referência a música “Maria, Maria” gravada originalmente em 1978 por Milton Nascimento e Fernando Brant. “Maria, Maria” foi composta em homenagem à mãe de Milton, que se chama Maria, trabalhadora doméstica que morreu quando o cantor tinha apenas quatro anos de idade. A letra traz a figura da mulher forte e de personalidade firme de “Quem traz no corpo a marca” da resistência e da luta que pode ser interpretada aqui pelas trabalhadoras domésticas<sup>44</sup>.

Como mostra a fotografia, a presença dos representantes do governo na mesa de abertura do evento denota a proximidade do movimento das Trabalhadoras Domésticas na Bahia com os órgãos do poder público. Esse envolvimento se dava, na maioria das vezes, via articulação política do movimento com os setores do governo, o que pode revelar que nessa época existia certa abertura com a gestão vigente.

<sup>44</sup> GUIMARÃES, Silvia Adélia Henrique. “**Maria Maria**”: o percurso contextual de uma recategorização pela via ressignificada da teoria. 2019, p. 1039.

Outro evento que marcou as mobilizações do movimento na Bahia foi a realização do 8º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas de 1997, na cidade de Salvador, no Bairro de Brotas, em sua convocatória é possível perceber as impressões do Sindoméstico/BA quanto à conjuntura nacional.

O congresso acontece quando estamos vivendo um momento delicado, onde se aprofundam desigualdades sociais em nosso país, quando os ricos (brancos) acumulam cada vez mais riquezas as custas do trabalho de milhões de trabalhadores e os pobres (em sua grande maioria negros) mergulham cada vez mais na miséria absoluta, sem emprego, moradia, educação, saúde, etc. O governo de Fernando Henrique Cardoso, legítimo representante da burguesia branca desse país, intensifica suas ações que tem como um de seus objetivos exterminar a população negra, através do chamado “projeto neoliberal”. Inspirada no exemplo da luta e coragem de militantes como Luiza Mahim, Dandara, Zumbi dos Palmares, Lélia Gonzalez e tantos outros que enriquecem a história política do Brasil, é que estará sendo realizado o 8º Congresso na certeza de estarmos dando mais um passo na luta pela libertação de todos os oprimidos. A nossa luta é por justiça. A nossa luta é em defesa da vida. Axé!<sup>45</sup>

Esta convocatória traz uma reflexão pertinente quanto à consciência de classe e de raça exprimida pelo Sindicato naquele momento em que se aprofundaram as desigualdades sociais no país. Tal consciência se revela na condição de exploração da mão de obra negra que vivia a classe trabalhadora no contexto de uma sociedade multirracial, em que as relações de produção são dominantes. Para dialogar com essas reflexões trago Lélia González (2020) que discute sobre o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais em uma sociedade de classes como a brasileira.

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas – ou outras relações de produção, no caso – são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se

---

<sup>45</sup> Boletim O QUENTE, ano 05 - nº 42, 1997.

verá que o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial do (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceitos e elementos subjetivos (GONZÁLEZ, 2020, p.56)

Assim, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil entender a condição de exploração que viviam as trabalhadoras negras, atingidas pelas opressões de raça, classe e gênero, no contexto da sociedade capitalista de molde neoliberal no Brasil dos anos 1990.

A formação da classe trabalhadora no Brasil é complexa e deve ser lida dentro do processo da relação entre classe e raça. Segundo a perspectiva marxista a composição dessa classe, parte da ideia de que:

são demarcadas a partir do modo de produção capitalista e pressupõe a apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe dominante — a burguesia —, a partir da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, que vende por meio de seu corpo a capacidade laborativa. Todo esse processo constituinte do capitalismo, produtor da exploração do homem pelo homem, marca essa sociedade pela divisão dessas duas classes — a dominante e a trabalhadora —, e é essa divisão que produz as infandas desigualdades, pois tudo o que o trabalhador produz é apropriado por uma minoria, os donos dos meios de produção, a burguesia.<sup>46</sup>

Podemos considerar, dessa forma, que a formação da classe trabalhadora no Brasil deve ser entendida levando em conta, fundamentalmente, as condicionantes de raça e classe, na medida em que a economia do trabalho no pós-abolição se organizou sobre um patamar colonial e pré-capitalista. Desse modo, seria um equívoco ignorar que as determinações raciais se inseriram e afetaram as determinações de classes.

De acordo com Octavio Ianni (1978) *apud* Pereira e Sampaio (2018), a relação da escravidão como um dos pilares do capitalismo se evidencia na:

relação entre escravidão e capitalismo demonstrando como esses aspectos se constituem simultaneamente, ao mencionar

---

<sup>46</sup> PEREIRA; SAMPAIO. **A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira**. 2018, p. 433

que “o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravatura, aberta ou disfarçada”. O autor trata do tema a partir da discussão acerca da acumulação primitiva do capital, compreendida por ele como o “processo social, político e econômico mais característico de transição do feudalismo para o capitalismo” (IANNI, 1978, p. 4 apud PEREIRA;SAMPAIO, 2018, p. 434).

Clóvis Moura (1992)<sup>47</sup>, por sua vez, afirma que, antes mesmo do fim da escravidão, se criou no país “o mito da superioridade do trabalhador branco”, em que a mão de obra negra fora descartada antes da abolição, e com a mão de obra branca se criou o argumento de que traria, consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil.

Lélia Gonzalez (1982) apontou um duplo fenômeno das questões raciais e sexistas da cultura brasileira, afirmando que estes produzem efeitos violentos sobre as mulheres negras em particular. Por essa razão, a autora sintetiza a formação da cultura brasileira a partir do lugar em que a mulher negra ocupa no imaginário social pelas noções de “mulata”, “doméstica” e de “mãe preta”, desbancando o mito da democracia racial encenado no Brasil, que tentou apagar as mazelas do passado escravocrata do período colonial e minimizar as violências que delas decorreram.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas<sup>48</sup>.

O mito da democracia racial tenta, sem sucesso, esconder aquilo que as trabalhadoras domésticas negras vêm sofrendo dentro e fora do ambiente de

---

<sup>47</sup> MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**, 1992.

<sup>48</sup> GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. 1982, p. 80.

trabalho. Uma vez que, ainda são exploradas racial e sexualmente, tanto na sua força de trabalho quanto na objetificação dos seus corpos.

A virada do século XX para o XXI trouxe consigo uma nova fase da luta para as trabalhadoras domésticas na Bahia, e sua projeção nacional acompanhou as recentes conquistas trabalhistas da virada do século.

Em 2001, o movimento contou com a realização do seu I Congresso Latino-Americano, ocorrido no México e, no mesmo ano da realização do 8º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas<sup>49</sup>. A partir desses eventos a direção da FENATRAD passou a ser assumida por Creuza de Oliveira, Presidenta do Sindicato na Bahia, o que possibilitou o aprofundamento das discussões de gênero e raça na organização. “Através da gestão de Creuza de Oliveira, militante do MNU<sup>50</sup>/Bahia, as interpretações raciais e de gênero - principalmente das feministas negras – são fortalecidas dentro do movimento das trabalhadoras domésticas”<sup>51</sup>.

Ao assumir a direção da FENATRAD, o Sindoméstico/BA marcou uma nova fase da luta no cenário nacional. A partir daí o movimento passou a ter um alcance maior no diálogo com outras entidades sindicais contando com mais um instrumento de regularização do trabalho e de âmbito internacional, o que possibilitou a legitimação das reivindicações dos seus direitos legais.

O Sindoméstico-Bahia vem atuando desde o momento inicial de sua fundação em prol das reivindicações para a conquista de direitos e reconhecimento social da profissão. E, a partir de sua construção, é possível acompanhar diversos processos históricos que envolvem o mundo das relações do trabalho doméstico e trazer reflexões quanto às questões estruturais que fazem parte da formação da cultura do Brasil. Outrossim, através das mobilizações nacionais provocaram fissuras na legislação brasileira, que historicamente excluiu a população negra.

---

<sup>49</sup> Boletim O Quente, 2000 Nº72.

<sup>50</sup> Fundado em 18 de junho de 1978, o MNU é uma entidade de âmbito nacional, sem fins lucrativos, democrática e autônoma. Tem por objetivo combater o racismo, o preconceito de cor e as práticas de discriminação racial. Ver mais em GONZALEZ, Lélia. **O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra**. 1985.

<sup>51</sup> BERNARDINO-COSTA. **Sindicato Das Trabalhadoras Domésticas No Brasil**. 2007, p. 89-90.

### 1.7 A repercussão da “PEC das Domésticas” e a atuação do Sindoméstico/BA

A famosa “PEC das Domésticas” é uma Proposta de Emenda à Constituição Federal de 1988, como a própria sigla já sugere, que ampliou os direitos trabalhistas para a categoria das trabalhadoras domésticas. E como toda emenda, passa por um longo caminho até a aprovação final de seu texto, que pode, ao longo desse percurso, ser alterado ou não. Durante a sua tramitação no Congresso, a opinião pública teve papel fundamental, em que as partes interessadas – poder público e sociedade civil, passaram a discutir de forma mais intensa seus pontos. No caso da PEC das Domésticas, foi bastante noticiada nos meios de comunicação como jornais, revistas e boletins de sindicatos.

A proposta chegou à Câmara Federal como PEC 478/2010 e quando chegou ao Senado passou a ser PEC 66/2012, ou “PEC das Domésticas” como ficou conhecida, após receber um parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJC na Câmara dos Deputados, foi conduzida à Comissão Especial, criada temporariamente para analisá-la, e tinha como relatora a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ). Durante essa fase foram realizadas audiências públicas para discussão da temática com a população, com as Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), através das ministras à época, Iriny Lopes e Luiza Bairros, com o ministro do Trabalho e do Emprego Carlos Lupi e com a FENATRAD<sup>52</sup>.

O texto inicial da PEC das Domésticas visava garantir os direitos às trabalhadoras: jornada de 44 horas semanais; recolhimento (obrigatório) do FGTS; seguro-desemprego; hora extra; adicional por trabalho noturno;

---

<sup>52</sup> LEITE, Bianca Muniz. “**AUDÁCIA**”: A Emenda Constitucional 72/2013 a partir das Narrativas Sobre as Condições de Trabalho de Mulheres do Sindoméstico Bahia. 2017, p. 61.

salário-família; auxílio-creche; seguro contra acidente de trabalho e a proibição de discriminação em relação à pessoa com deficiência<sup>53</sup>.

No dia 2 de abril de 2013, a Presidenta da República Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidente no Brasil, aprovou e promulgou a Emenda Constitucional nº 72/2013, consolidando a luta. No entanto, o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 224/2013, que foi aprovado pela CCJ, apresentou em um de seus itens, o fundo de contribuição de 3,2% ao mês, que substitui a multa de 40% do FGTS, que antes era paga pelo empregador, em caso de desligamento da trabalhadora por justa causa, ou por pedido de demissão. Tal ajuste causou preocupação para a categoria, sendo considerado pela FENATRAD como um grave retrocesso à luta, pois:

Além de não garantir tratamento igualitário em relação aos demais trabalhadores, as propostas favorecem o aumento da precarização do trabalho, contribuindo para a manutenção da lógica de discriminação e ainda abre precedente para a alteração de direitos já consagrados.

<sup>54</sup>

É importante destacar também que a *PEC das Domésticas*, apresentada em 2012 só foi transformada em Projeto de Lei Complementar (PLC 150) em 1º de junho de 2015, ainda na gestão da presidenta Dilma Rousseff. O processo foi resultado de uma longa luta política travada pelo movimento das trabalhadoras domésticas organizadas pelo Brasil que teve o apoio de algumas parlamentares e por diversas instituições nacionais e internacionais como a CONLACTRAHO - *Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar*, a UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; e dos movimentos sociais (Movimento Negro e de Mulheres). Além do apoio da OIT – Organização Internacional do Trabalho - que através da sua 100ª Conferência Internacional do Trabalho em 2011, aprovou a criação da Convenção nº189 que buscou a equiparação de direitos das trabalhadoras

---

<sup>53</sup> O QUENTE, nº 111, 2013.

<sup>54</sup> *Idem*.

domésticas com os demais trabalhadores; além da Recomendação nº 201 que visa promover o Trabalho Decente no âmbito do trabalho doméstico<sup>55</sup>.

Na década de 2000, principalmente após o surgimento da PEC, intensificaram-se as reportagens e matérias veiculadas pela grande mídia, assim como, o debate público a respeito do trabalho doméstico ganhou força na sociedade. Houve, também, lançamentos de filmes e documentários que registravam o dia a dia das trabalhadoras e seus dilemas, com intuito de visibilizar a pauta do trabalho doméstico naquele período<sup>56</sup>.

Verificou-se que a repercussão da PEC nos meios de comunicação trouxe à tona o debate sobre as mudanças nas leis trabalhistas e seus impactos na sociedade. Tais reportagens traziam as seguintes imagens e vertentes: 1) A ênfase é dada ao protagonismo das trabalhadoras, com a ampliação dos direitos; 2) Imagens de mulheres realizando afazeres domésticos, predominantemente manuais, em que a raça/cor se coloca como um componente muito relevante, devido à maioria das domésticas serem negras, porém não problematizando as questões de gênero ou raciais. Também houve reportagens chamando atenção para a diminuição do número de trabalhadoras domésticas desde o ano de 2009, devido ao ingresso de muitas mulheres em outras atividades profissionais, além, do aumento do nível educacional e da remuneração, ainda que a média de pagamento das trabalhadoras domésticas continue sendo menor que o salário-mínimo<sup>57</sup>.

Um exemplo que segue nessa linha é de uma série de reportagens no *site* da revista *VEJA*, publicada em 24 de março de 2013, quando a PEC ainda tramitava no Congresso. O título da matéria dizia: *A legislação que vai mudar a vida da família brasileira*, ressaltando que com a aprovação da referida emenda apenas “traria consequências para o dia a dia da classe média brasileira”. Salientou-se que haveria aumento nas despesas e supostamente o aumento do desemprego. Além do mais, argumentou que a lei poderia alterar a maneira

---

<sup>55</sup> DANTAS, Luísa Maria Silva. **As Domésticas Vão Acabar?** Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA Porto Alegre – RS. 2016. p. 29.

<sup>56</sup> *Idem* p. 119.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

como os “brasileiros de classes sociais diferentes enxergam uns aos outros, e a si mesma”<sup>58</sup>.

Nota-se nessa matéria ênfase nos pontos negativos que a mudança na lei traria a população, a partir da perspectiva da classe média. É evidente o medo propagado nesses textos que representa uma resistência em abandonar velhos resquícios escravocratas de exploração da mão de obra negra presente no período colonial do Brasil. A mentalidade expressa nessa matéria aponta para uma tendência em continuar mantendo velhos hábitos de abusos e exploração, presentes ainda hoje no ambiente de trabalho doméstico.<sup>59</sup>

Em vista disso, essas reportagens não problematizaram as questões de raça, gênero e classe que permeiam profundamente as relações do trabalho doméstico e acabam por reforçar o antagonismo de classes.

Ao contrário do que supôs essas matérias e discursos, com a proposta da aprovação da PEC é possível equilibrar as já debilitadas relações entre empregadores e trabalhadores domésticos com a equiparação de direitos trabalhistas, tal qual a outras categorias profissionais regidas pela CLT. A aprovação da PEC tenta sanar injustiças sociais históricas profundas na sociedade, que atingem a categoria das trabalhadoras domésticas. Vale ressaltar ainda, que ela chega de forma tardia se levarmos em conta os mais de 80 anos de reivindicações do movimento sindical do Brasil.

As imagens das trabalhadoras domésticas nas reportagens foram construídas com tendências, ora para o agenciamento da organização das trabalhadoras, ora retratadas quase que naturalizando seu lugar limitado ao ambiente doméstico, realizando tarefas domésticas e de cuidados trajando uniformes, frequentemente brancos, para marcar sua diferença e desigualdade em relação a seus patrões. Dificilmente essas mulheres são retratadas em suas casas, com suas famílias, em ambientes de lazer ou mesmo de movimento político, “reproduzindo as narrativas e formas de significação que os patrões constroem, mesmo quando são reportagens voltadas à aquisição dos

---

<sup>58</sup> Revista VEJA. **A legislação que vai mudar a vida da família brasileira**. 24 de março de 2013.

<sup>59</sup> Idem.

direitos e protagonismo de luta e enfrentamento da condição do trabalho doméstico”<sup>60</sup>.

O caso do filme *Domésticas* (2001), de Nando Olival e Fernando Meirelles, que originou de uma peça teatral e outro de mesmo nome em 2012, em que adolescentes registravam o dia a dia de suas trabalhadoras domésticas, são exemplos de produções cinematográficas que circularam nesse período. Nesses longas, a ideia seria retratar as mudanças ocorridas no Brasil a respeito do trabalho doméstico, como a ampliação de programas sociais e políticas públicas voltados para a educação superior, como foi retratado no filme *Que horas ela volta?* de Anna Muylaert<sup>61</sup>.

Foi possível perceber nas realidades retratadas nas produções cinematográficas e documentários, um panorama cruel da realidade que as trabalhadoras domésticas ainda vivenciam nas relações de trabalho, um dos exemplos mais destacado, foi o fenômeno bem comum e conhecido das relações afetivas no ambiente do trabalho doméstico, que é a perigosa lógica do “é quase da família”. Tal lógica, entende-se, cria laços de dependência emocional que, se não ponderada, gera ambiguidades e injustiças sociais. Acima de tudo, produz violências emocionais irreparáveis nas trabalhadoras domésticas, que se veem envolvidas emocionalmente com essas famílias, que muitas vezes, se abstém de denunciar abusos e explorações no ambiente do trabalho e procurarem conhecer melhor seus direitos nos espaços públicos, já que as violações ocorrem dentro do espaço doméstico.

Comumente, muitas mulheres iniciam ainda criança no trabalho doméstico e passam a vida inteira dedicada às famílias para qual trabalham, criando laços tão fortes com estas que acabam por serem tomadas pelo medo e insegurança de sair desse ambiente e construir suas vidas, de forma independente.

---

<sup>60</sup> DANTAS, Luísa Maria Silva. **As Domésticas Vão Acabar?** Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA Porto Alegre – RS. 2016. p. 127-128.

<sup>61</sup> *Idem*, p. 131.

### 1.8 Atuação do Sindoméstico/BA e a “PEC das Domésticas”

O Sindoméstico/BA esteve presente no processo de construção da PEC das Domésticas desde a sua formulação até a tramitação no Congresso. O momento era de tensão, e o movimento encontrava dificuldades para se fazer presente nos espaços de votação em Brasília. Segundo uma das sindicalistas, para se deslocarem tinham que:

Fazer ofício, ir de porta em porta de sindicato que era ligado ao PT pra a gente tá pedindo passagem de ida e volta, pedia duas passagens, pedia uma... Então às vezes as pessoas não podiam dar duas, dava uma... Às vezes não podia dar uma, dava a volta ou dava a ida, outro dava um lanche. Eu me lembro que a gente fazia farofa, todo mundo descia do ônibus pra entrar naquele restaurante chique pra almoçar e a gente ficava ali comendo uma farofinha de carne do sertão com um copo de café (risos) e enfrentava. **De noite, às vezes não tinha dinheiro pra comer, a gente tomava um copo de sopa, às vezes tinha pra comprar sopa e pão, às vezes só era sopa, às vezes só era pão. Mas a gente ia pra Brasília, pra São Paulo, pro Rio... e batalhando aí, no campo de batalha** (Depoimento de sindicalista entrevistada por Leite, 2017).<sup>62</sup>

Diante das dificuldades apresentadas no relato da sindicalista, as trabalhadoras domésticas que acompanharam as viagens, muitas vezes, “não tinham dinheiro para comer”. A agência das trabalhadoras domésticas é reconhecida pela importância dada para participar dos espaços de decisão, que decidiriam sobre o rumo de suas próprias vidas.

A deputada Benedita da Silva (PT), relatora do projeto na Câmara de Deputados e membro da bancada feminina, foi uma das parlamentares responsáveis pela aprovação da PEC no Congresso. Em momento simbólico, proferiu o discurso do projeto trajando um uniforme de trabalhadora doméstica, para saudar a profissão, provocando os demais presentes no plenário em referência ao Dia da Empregada Doméstica - 27 de Abril - reforçando o longo

---

<sup>62</sup> LEITE, Bianca Muniz. “**AUDÁCIA**”: A Emenda Constitucional 72/2013 a partir das Narrativas Sobre as Condições de Trabalho de Mulheres do Sindoméstico Bahia. 2017, p.61.

período de atraso com que os direitos das trabalhadoras domésticas estavam sob análise e aprovação nas casas legislativas.

Para o Sindoméstico/BA o projeto inicial sofreu algumas alterações e acabou por prejudicar a categoria, a exemplo da multa rescisória e do banco de horas que não contemplam os profissionais domésticos e foram considerados inconstitucionais. Para o sindicato:

Se em alguns pontos houve avanços, esses dois (multa e banco de horas) geraram mais insatisfações. A multa rescisória será realizada através de um depósito mensal correspondente a 3,2% do valor do salário em um fundo para que seja coberto o valor total da multa de 40% em caso de demissão. Porém, centrais sindicais e lideranças da categoria consideram que a medida é um estímulo a demissões por justa causa, principalmente com formas fraudulentas de gerar o impasse. “Não podemos generalizar, mas pode ter empregador que irá forjar a justa causa. Isso prejudica a Trabalhadora”, disse Creuza. Com relação ao banco de horas, a precarização é considerada ainda maior. As jornadas que ultrapassarem as 44 horas semanais deverão ser compensadas com folgas. As primeiras 40 horas remuneradas e o restante com compensação em até um ano. Ou seja, o texto da câmara dos deputados previa três meses para a compensação, mas prejudicando as trabalhadoras domésticas, o prazo foi estendido para 12 meses.<sup>63</sup>

À vista disso, o sistema político brasileiro parece carregar um legado de proteção, por meio das leis, às classes dominantes do país. É aí que se esbarram as promessas de governos de transformações sociais, ao criarem meios para a não efetivação de leis que alterem de forma integral a realidade das trabalhadoras domésticas. Não é por acaso, portanto, que quando começaram os processos de mudanças estruturais com a eleição dos governos de esquerda na presidência, foram integrados setores conservadores ao poder político. Essa acomodação com as classes dominantes, como condição de se chegar ao poder para realizar as mudanças almejadas, manteve seus piores aspectos, apesar de ter como objetivo gerar a inclusão social, ainda que de

---

<sup>63</sup> Boletim *O Quente*, nº 117, 2015.

forma lenta. No entanto, de fato os governos de esquerda “impulsionaram parte da agenda das mudanças sociais, apesar dos seus sócios conservadores”<sup>64</sup>.

Nos jornais populares da Bahia, que traziam as discussões sobre a PEC polarizavam-se os debates entre os trabalhadores e empregadores. E por mais que expusessem os pontos positivos e negativos do projeto, em verdade, esses veículos tendiam a enfatizar projeções negativas sobre as mudanças nas relações de trabalho no dia a dia da população.

Já a matéria do jornal *A Tarde* de 2013<sup>65</sup>, expôs a perspectiva da categoria e da participação do Sindoméstico na PEC das domésticas. Nela, é publicada uma entrevista de uma das principais porta-vozes do movimento, Creuza Oliveira, que na ocasião estava como presidenta da FENATRAD, que falou sobre a trajetória de luta política do movimento até a conquista da PEC enfatizando a participação ativa dos movimentos na aprovação da Emenda:

Estamos envolvidas nesse projeto desde 1985, quando entregamos uma proposta de emenda constitucional. Na Constituição de 1988, a gente já conseguiu alguma coisa. Foi um processo de negociação como agora. Fomos para Brasília muitas vezes. **Em 1988, tivemos que abrir mão e deixar o adicional noturno e as horas extras para um outro momento.** Só conseguimos garantir salário-mínimo e folgas. E ficou todo o resto engavetado. Mas nunca perdemos a esperança. O avanço foi maior a partir do governo Lula. Eu já tinha tomado posse como presidenta da FENATRAD. Fizemos várias audiências públicas, pedimos audiências com todo mundo. Cobramos da Organização Internacional do Trabalho, desde 1995, a proibição do trabalho infantil. Com o governo Dilma, os avanços continuaram. Foi um longo processo. Foi muita luta, de muitos anos.<sup>66</sup>

Como se vê, a participação do sindicato da Bahia na mobilização, formulação e aprovação da PEC das Domésticas se deu de forma direta e por meio de negociações para que fosse aprovado o máximo de pontos do projeto inicialmente proposto. Ainda que seja evidenciado o cenário político favorável para a aprovação da PEC, alguns pontos foram engavetados.

---

<sup>64</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 219.

<sup>65</sup> *A Tarde*. **Se a PEC das Domésticas existisse, não teria sofrido tanto**. Junho de 2013.

<sup>66</sup> *A Tarde* - Jornal *online*, junho de 2013.

Ademais, nota-se que as experiências vivenciadas pelas trabalhadoras contribuíram para pressionar o Estado Brasileiro a reconhecer na legislação a equidade de direitos. Atestando, sobretudo, a atuação de resistência do movimento das trabalhadoras domésticas da Bahia pelo esforço coletivo empreendido até o êxito de suas reivindicações.

Neste sentido, é pertinente refletir que quando o Estado brasileiro exclui os direitos trabalhistas de uma categoria profissional de maioria feminina negra e pobre, é sinal de que temos um problema de raça, gênero e classe envolvido e que, urgentemente, precisam ser enfrentadas pela sociedade brasileira. Os dados estatísticos que serão apresentados no próximo capítulo podem servir para trazer à tona tais problemáticas.

Desde 1990, o Sindoméstico/BA vem exercendo politicamente a luta nacional das trabalhadoras domésticas no Brasil por direitos trabalhistas e reconhecimento da profissão. Transformou-se, portanto, em potente instrumento de mediação entre a classe trabalhadora doméstica de maioria feminina e negra. E mesmo que entendamos que o Estado é responsável por proporcionar, através da legislação, condições dignas de trabalho a todas as pessoas, a continuação da luta sindical das trabalhadoras domésticas da Bahia possibilitou pressionar as estruturas políticas, a nível local, estadual e nacional a cumprirem com leis e normas estabelecidas, como foi o caso da sua participação ativa na Constituição de 1988 e na PEC das Domésticas em 2013.

## CAPÍTULO II

### Um perfil das/os trabalhadoras/es domésticas/o sindicalizadas na Bahia

Marinalva [...] foi se alfabetizar já adulta. Veio do interior para a capital da Bahia em busca de um trabalho e melhores condições de vida, sem saber ler nem escrever, pegava os ônibus guiando-se pela cor. Trabalhou por 2 anos em Salvador sem sequer ter registro de nascimento. [...] quando juntou ela mesma o dinheiro para o seu registro de nascimento e documentos pessoais. [...] Coursou o ensino fundamental, médio e apesar de todas as dificuldades, 13 anos depois de concluir os seus estudos, conseguiu ingressar num curso superior: Bacharelado em Direito. (Depoimento de Marinalva de Deus Barbosa, 2018)<sup>67</sup>.

A trajetória de Marinalva Barbosa, mulher negra, trabalhadora doméstica sindicalizada e oriunda do interior, sintetiza um quadro de resistência, mas, também, da desigualdade estrutural que conformou o trabalho doméstico exercido no Brasil. Nesse sentido, este capítulo apresenta um perfil das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia utilizando, sobretudo, dados quantitativos; com isso, também abordaremos, as origens das trabalhadoras domésticas e seus percursos migratórios no estado da Bahia, a partir das

---

<sup>67</sup> MÍDIA NINJA. **Marinalva é doméstica e precisa de ajuda para conquistar diploma de direito**. Salvador, 2 de fevereiro de 2018. Disponível em: [Marinalva é doméstica e precisa de ajuda para conquistar diploma de direito \(midianinja.org\)](http://midianinja.org). Acesso em: 18 de agosto de 2021

fichas de inscrição do Sindoméstico/BA, do ano inicial de sua constituição em 1990 até 2013. De forma articulada buscamos cruzar esses dados com os indicadores oficiais dos institutos nacionais de pesquisa sobre as características do trabalho doméstico na Bahia e no Brasil. Procurou-se, neste sentido, propor uma reflexão sobre as principais transformações urbanas e sociais neste período, que possibilitaram as mudanças e continuidades no perfil do trabalho doméstico na Bahia. Ademais, explora-se os caminhos percorridos pelas trabalhadoras domésticas com as migrações campo-cidade, para compreender de que forma as desigualdades de raça, gênero e classe estão imbricadas na trajetória dessas trabalhadoras domésticas.

Para tanto, foram analisadas 1.932 fichas de filiação de trabalhadoras domésticas que se associaram ao sindicato nesse período, que cobre duas décadas. O capítulo está dividido em duas seções e seus respectivos subtópicos. Na primeira, são apresentados os dados das pesquisas nacionais sobre a ocupação do trabalho doméstico, quanto à participação em sindicato, segundo cor/raça, sexo, função, escolaridade e faixa etária. Na segunda, trata dos deslocamentos campo-cidade das trabalhadoras domésticas na Bahia, revelando os principais municípios de origem.

## **2.1 Um retrato das trabalhadoras domésticas sindicalizadas da Bahia**

Ao longo de quase duas décadas, diversas pesquisas nacionais permitiram apresentar dados do retrato atual da situação de brasileiros e brasileiras sob a perspectiva das desigualdades de gênero e raça no Brasil. O recorte do trabalho doméstico remunerado mostrou alguns avanços e desafios ainda a serem superados no século XX da realidade de milhares de trabalhadoras convivendo em situação de vulnerabilidade<sup>68</sup>. É nesse contexto, a partir da década de 1990, que o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

---

<sup>68</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995 - 2015**. Brasília. 2017. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html> > Acesso em 22 set. 2020.

– IPEA passou a produzir e divulgar informações e reflexões sobre as desigualdades de gênero e raça no país, desenvolvendo pesquisas que demonstraram a insuficiência das políticas públicas no país.

## 2.2 Ocupação do trabalho doméstico remunerado no Brasil

O trabalho doméstico remunerado está entre as ocupações mais precárias, com níveis de remuneração muito baixos e frequentemente com más condições de trabalho e altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras. O trabalho doméstico também apresenta problemas para a organização sindical das trabalhadoras, devido ao não reconhecimento da categoria enquanto tal, e dos baixos salários que dificultam a sindicalização. Embora apresente crescimento constante desde os anos 1990, a porcentagem de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada ainda estava atingindo os 30% para as mulheres brancas e, para as negras, se situava em 25,2%, em 2007. Esta situação, aliada à baixa contribuição previdenciária das domésticas que trabalhavam como autônomas, reforça a situação de desproteção social e previdenciária que vivem estas trabalhadoras<sup>69</sup>.

Para compreender o perfil das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia, decidimos utilizar os dados da IPEA-2015, que trouxeram informações sobre a situação de desigualdades sociais em que se encontravam os brasileiros e brasileiras por sexo, segundo cor/raça em diferentes regiões do Brasil de 1995 a 2015. Para o nosso estudo, interessou o eixo do Trabalho Doméstico Remunerado da região Nordeste, apresentado na tabela abaixo com os números da população por ocupação.

Tabela 1 – População ocupada em trabalho doméstico, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil e Nordeste, 1995 a 2015

Cor/Raça	Brasil e região Nordeste	Total		Homem		Mulher	
		1995	2015	1995	2015	1995	2015

<sup>69</sup> IPEA. **Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Org. Alinne Bonetti e Maria Aparecida Abreu. 2011, p. 98.

<b>Branca</b>	Brasil	2.275.838	2.215.723	171.541	207.434	2.104.297	2.008.289
	Nordeste	243.782	275.276	20.143	14.483	223.639	260.793
<b>Negra</b>	Brasil	2.838.212	4.059.869	177.669	312.558	2.660.543	3.747.311
	Nordeste	942.906	1.226.549	74.186	81.230	868.720	1.145.319

Fonte: IPEA, Retrato 1995 a 2015/ 2015.

Utilizando os dados da tabela percebemos que em 1995 as pessoas brancas que ocupavam o trabalho doméstico no Nordeste eram de apenas 243.782, comparado a 942.906 de pessoas negras na mesma ocupação. Em 2015, enquanto 275.276 das pessoas brancas estavam na ocupação do trabalho doméstico no Nordeste, as negras eram de 1.226.549. Logo, esses dados expressam as assimetrias entre a população negra e branca, em que a primeira continuava a se concentrar no trabalho doméstico.

Os estudos de Maria Aparecida Silva Bento (1995)<sup>70</sup> revelaram que nas funções para as quais são exigidos determinados atributos estéticos como de vendedora, recepcionista e secretária, as mulheres brancas e amarelas lideram quatro a cinco vezes mais do que as mulheres negras que são respectivamente 89%, 11% e 22%. Essa desigualdade racial também pode ser traduzida pelo fato de que o grupo de mulheres negras apresenta as menores taxas de participação tanto em ocupações técnicas, científicas, artísticas e atividades semelhantes (53%) como nas administrativas (47%).

Estas ocupações cujos salários são mais elevados e que implicam atividades consideradas de prestígio social acabam sendo destinadas preferencialmente aos homens brancos e mesmo quando preenchidas por mulheres estão reservadas as brancas e amarelas. O lugar da mulher negra no trabalho está demarcado no imaginário de chefias e profissionais de recursos humanos E o gueto da subalternização e da realização de atividades manuais. Nos serviços domésticos, por exemplo, as negras estão representadas quase três vezes mais do que as brancas (325% contra 127%) e em atividades tais como serventes cozinheiras e lavadeiras/passadeiras o percentual para negras e o dobro do das brancas (16% contra 7%)<sup>71</sup>.

<sup>70</sup> BENTO, Maria Aparecida Silva. **A Mulher Negra No Mercado De Trabalho**. 1995, p.448.

<sup>71</sup> Idem.

Se observarmos onde se situam as mulheres negras no mercado de trabalho, a partir destes dados de posição na ocupação do trabalho doméstico, fica evidente que estas se concentram em atividades mais precárias do que a população branca.

A análise desses dados cruzados por sexo e cor/raça revelou que entre homens brancos e mulheres negras existe uma diferença ainda mais expressiva na ocupação do trabalho doméstico. Em 1995, enquanto para os homens brancos esse valor era de 12% do total no Nordeste, para as mulheres negras era 33% do total no Nordeste. Esta pode ser uma evidente manifestação da dupla discriminação, racial e de gênero a que as mulheres negras estão submetidas, pois, é o grupo populacional que mais está concentrado no trabalho doméstico, sendo esta uma das principais possibilidades de inserção das mulheres pobres, negras, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional, no mercado de trabalho.

De outro modo, os estudos de Sueli Carneiro (2013) mostraram que em relação a proporção da distribuição ocupacional no mercado de trabalho “a distância que separa negros e brancos é evidente, e o movimento de mulheres negras vem destacando essa discrepância, que assume proporções ainda maiores quando o tópico de gênero e raça é levado em consideração”<sup>72</sup>.

Diante do contexto histórico apresentado, nos séculos seguintes ao pós-abolição, a mulher negra trabalhadora vem sendo apontada como aquela que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, os estudos que aprofundaram a perspectiva de gênero raramente levam em consideração a variável cor/raça. Frequentemente, tais estudos homogeneizam a força de trabalho, tratando-a como “se o fator racial inexistente enquanto diferencial de direitos ou como se as especificidades que afetam a mulher negra pudessem ser esgotadas no quadro dos problemas gerais concernentes às mulheres”<sup>73</sup>.

Quanto à sindicalização dessas trabalhadoras, no ano de 2005, o número de trabalhadoras domésticas filiadas a sindicatos era expressivamente

---

<sup>72</sup> CARNEIRO, Sueli. **Estudos Avançados**, p.120, 2003.

<sup>73</sup> BENTO, Maria Aparecida Silva. **A Mulher Negra No Mercado De Trabalho**. 1995.

baixo. Somente 1,64% das trabalhadoras de todo o país - o que equivaleria em números absolutos a 101.701 pessoas filiadas a algum sindicato<sup>74</sup>.

Tabela 2 – Trabalhadoras domésticas associadas a sindicatos - Grandes Regiões.

	<b>Brasil</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
<b>Nº TOTAL</b>	101.701	4.982	40.157	6.195	32.139	18.221
<b>%</b>	100	4,91	39,49	6,09	31,60	17,92

Fonte: Pnad/2005, elaborado por Bernardino-Costa (2007).

Como mostra a tabela, percebe-se que as regiões Nordeste e Sudeste possuem a maior proporção de trabalhadoras domésticas associadas ao sindicato. No entanto, quando observado o peso das regiões brasileiras entre as trabalhadoras sindicalizadas, percebemos que a maior parte delas são da região nordeste (39%) e sudeste (31%), respectivamente. Segundo Bernardino-Costa (2007)<sup>75</sup>, isto se deve ao fato de uma maior participação política dos sindicatos destas duas regiões ao longo da história, afirmando também, que a maioria das trabalhadoras sindicalizadas são mulheres negras (61%) – um índice maior do que a proporção destas mulheres (59%) entre as trabalhadoras domésticas do Brasil.

Dez anos depois, com os dados apresentados pela Pnad de 2015, apenas 4% das trabalhadoras domésticas eram sindicalizadas – a menor taxa de sindicalização entre as categorias pesquisadas<sup>76</sup>.

Como já foi mostrado, no capítulo I o direito à sindicalização foi adquirido pela categoria do trabalho doméstico em 1988 e, embora a maioria dos sindicatos compartilhem características semelhantes quanto às funções e obrigações, pesa ressaltar que, para os sindicatos de trabalhadoras domésticas, o desafio de seguir as diretrizes é ainda maior, devido às suas especificidades.

<sup>74</sup> BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007, p. 38.

<sup>75</sup> *Idem*, p. 41.

<sup>76</sup> OIT. **Fortalecendo os sindicatos de trabalhadoras domésticas**. Primeira impressão 2019, p, 14.

### 2.3 Trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia

Fundado na década de 1990, o Sindoméstico/BA é a principal entidade sindical que representa as demandas das trabalhadoras domésticas por todo o estado da Bahia. No entanto, segundo o jornal Correio da Bahia de 2019, só na Região Metropolitana de Salvador 15,9% das mulheres são trabalhadoras domésticas e esse número teve maior crescimento desde 1997<sup>77</sup>. Não há como mensurar um número total de trabalhadoras domésticas por toda a Bahia, pela própria dinâmica de informalidade que ainda são submetidas, mas, podemos estimar que o número das que procuram os serviços do sindicato é desproporcional a esse quantitativo total das que exercem a função. Além disso, o desconhecimento sobre os seus direitos também contribui para que muitas trabalhadoras não procurem o serviço do sindicato.

Ademais, para o Sindoméstico/BA a sindicalização das trabalhadoras tornou-se um elemento essencial para a manutenção do seu funcionamento, que variou ao longo dos anos, de acordo com o contexto sócio histórico apresentado.

Segundo o balanço de filiados em 1993, o sindicato recebeu 433 filiações de trabalhadoras domésticas. Em outro levantamento realizado em 1998 o número total de trabalhadoras chegou a 1.435. De acordo com a análise dessas fichas, contabilizamos os seguintes dados: no quesito sexo, as mulheres filiadas lideraram com 98% contra 2% de homens filiados; no quesito raça 99% das filiadas eram de pessoas negras e 1% de brancas no sindicato.

Como dito no capítulo anterior, antes mesmo do Sindoméstico/BA constituir-se enquanto sindicato oficial, as demandas apresentadas pelas trabalhadoras eram grandes e logo após a sua oficialização elas aumentaram, havendo, inclusive, a necessidade de mudança de sua sede. Em 1998, o

---

<sup>77</sup> 15,9% das mulheres da Região Metropolitana de Salvador são empregadas domésticas. Jornal **Correio da Bahia**. 24.04.2019, 11:42:00. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/159-das-mulheres-da-regiao-metropolitana-de-salvador-sao-empregadas-domesticas/>> Acesso em 07 de setembro de 2021.

sindicato contabilizou um total de 1.697 cálculos trabalhistas realizados entre janeiro e dezembro, e esse número era superior ao quantitativo de associadas naquele ano (os cálculos<sup>78</sup> eram realizados com trabalhadoras sindicalizadas ou não). No ano seguinte, 1999, só nos primeiros meses, janeiro e fevereiro, o sindicato realizou 357 cálculos trabalhistas, sendo 249 de mulheres e 22 de homens.

Nesse sentido, não é difícil compreender que as campanhas de filiação, tão presentes nos boletins informativos, tenham se tornado uma das principais lutas do Sindoméstico/BA para sua manutenção ao longo dos anos.

Embora a organização das trabalhadoras domésticas seja de longa data, e bastante atuante na luta para a ampliação de direitos, o número de trabalhadoras sindicalizadas no Brasil manteve-se baixa segundo a Pnad 2012. No entanto, no caso de Salvador e São Paulo, esse número teve crescimento, sendo a cidade de Salvador umas das localidades que mais sindicalizou trabalhadoras domésticas, onde contava com 4 mil associadas no ano de 2012

<sup>79</sup>.

### **- Trabalhadoras sindicalizadas por sexo**

Das 1.932 fichas de filiação analisadas de trabalhadoras domésticas sindicalizadas no Sindoméstico/BA, entre os anos de 1990 a 2013, identificamos 1.893 fichas de mulheres e apenas 40 de homens, representado no gráfico abaixo (Gráfico 1), o que revela a predominância feminina na ocupação do trabalho doméstico na Bahia.

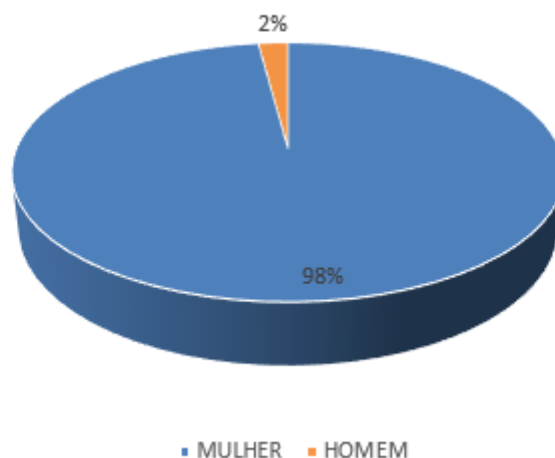
Gráfico 1 – Trabalhadores/as domésticos/as sindicalizados na Bahia por sexo

---

<sup>78</sup> Quanto aos valores dos cálculos trabalhistas, o sindicato cobra de cada associado o percentual de 1% em cima do valor do salário recebido pelas trabalhadoras e para quem não é associado ao sindicato o valor é de R \$40,00 reais.

<sup>79</sup> DANTAS, Luísa Maria Silva. **AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR?** Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. 2016, p. 177-178.

### TRAB. DOMÉSTICOS/AS POR SEXO %



Fonte: Fichas de filiação do Sindoméstico/BA 1990-2013. Elaborado pela autora.

Historicamente a divisão sexual do trabalho<sup>80</sup> em moldes capitalistas atribuiu papéis sociais de gênero e conferiu aos homens atividade produtiva e às mulheres atividades reprodutivas e ligadas ao cuidado (*care*). Para Nadya Araújo Guimarães<sup>81</sup> o exercício do cuidado está associado ao trabalho tido como reprodutivo, sendo o cuidado naturalizado como inerente ao “feminino”, como atribuição das mulheres, exercido sem remuneração, sob uma relação compulsória no “lar”, um domínio regido pelo sentimento, onde não haveria lugar para o interesse, ao passo que o trabalho entendido como produtivo seria de atribuição masculina, exercida pelos homens.

Segundo o sindicato, tanto homens quanto mulheres exercem atividades consideradas como produtivas e/ou reprodutivas, no entanto, o trabalho doméstico acabou tornando-se a principal forma do trabalho reprodutivo, conferindo às mulheres maior responsabilidade, dissociado do ponto de vista de interesses econômicos e, conseqüentemente, dando-lhes pouco valor de mercado. Em que pese a significativa quantidade de pessoas que exercem o

<sup>80</sup> Ver mais sobre a divisão sexual do trabalho em HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 600. 2007.

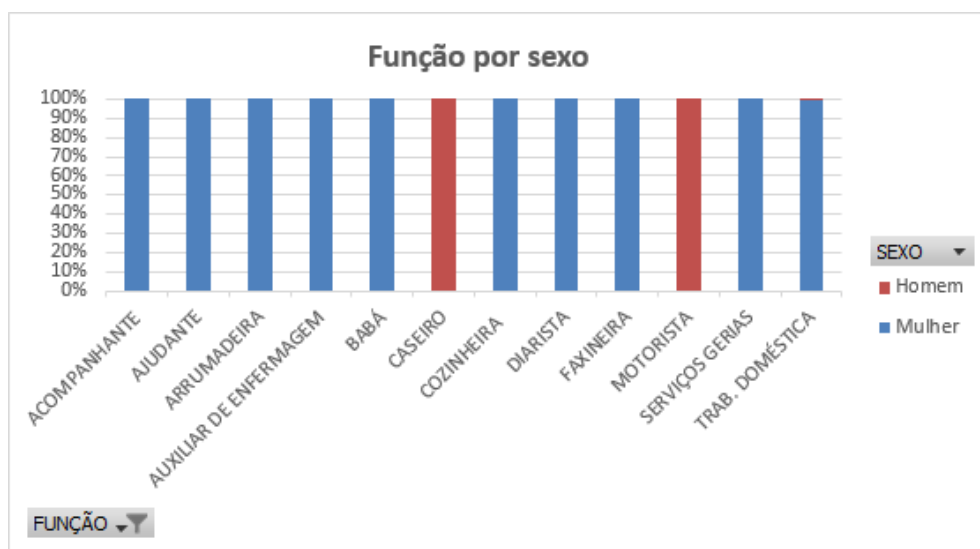
<sup>81</sup> GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Casa mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado**. Cadernos Pagu (46), janeiro-abril de 2016, p. 75.

trabalho doméstico no Brasil, como mostraram os dados das pesquisas nacionais, o fato é que se trata também de um trabalho não qualificado, mal remunerado e não reconhecido socialmente, devido a ter sido exercido em sua maioria por mulheres e negras, majoritariamente. Outro elemento que as fichas permitem observar se refere às funções das trabalhadoras domésticas.

### - Funções exercidas pelas trabalhadoras domésticas

Entre outros fatores, não é surpresa que o quantitativo de trabalhadoras mulheres sindicalizadas na Bahia tenha sido superior à de seus colegas homens, além disso, as atividades/funções exercidas por elas também refletem a divisão sexual do trabalho doméstico quando observadas as principais funções exercidas pelas trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia ao longo dos anos.

Gráfico 2: Função das trabalhadoras sindicalizadas por sexo 1990-2013



Fonte: Fichas de filiação do Sindoméstico/BA 1990-2013. Elaborado pela autora.

Como exposto no gráfico, os tipos de funções exercidas pelas trabalhadoras sindicalizadas na Bahia entre 1990 a 2013 variaram entre: acompanhante; ajudante de serviços gerais; arrumadeira; auxiliar de

enfermagem; babá; caseiro; cozinheira; diarista; faxineira; motorista e serviços gerais. No entanto, 532 fichas estavam preenchidas no campo função apenas como “trabalhadora doméstica” de forma genérica, sem contar com a quantidade de fichas que não foram informadas a função das trabalhadoras, somando um total de 1.330. Se levarmos em conta que o próprio sindicato preenchia as fichas e as trabalhadoras ao se filiarem apenas assinavam, podemos considerar que em muitos casos os critérios de preenchimento tenham sido escolhidos pela própria entidade.

Mesmo diante dessa estimativa, o interessante a se observar é que, no rol das funções encontradas nas fichas de filiação, as de *caseiro* e *motorista* foram exclusivamente exercidas por homens e as demais exercidas exclusivamente por mulheres.

Assim, se a presença majoritária de mulheres filiadas, refletiu as questões impostas a esse grupo, segundo as atribuições de gênero, a ausência de mais homens filiados ao sindicato também foi objeto de reflexão do Sindoméstico/BA, como ressaltado no depoimento da sindicalista Tereza a respeito das motivações de ser reduzido o número de trabalhadoras que procuram os serviços do sindicato e se filiarem a este.

É assim... Porque **os homens tão sempre achando que... Principalmente os motoristas, tão sempre achando que são rodoviários, que não é trabalho doméstico** o que eles fazem. Só porque eles são motoristas, dirigem o carro pra a família, eles acham que não é trabalho doméstico. (...) Então quando ele sai, se depara que tem que vir no sindicato homologar, que não é rodoviário, que é trabalhador doméstico. Isso aí pra ele é um choque. E o trabalho doméstico é bem discriminado... Então muitas mulheres tem dificuldade de dizer “Eu sou trabalhadora doméstica” pra as amigas, pra a família do marido, no colégio, no curso que faz. Tem dificuldade de dizer “eu sou trabalhadora doméstica”. **E o homem tem mais dificuldade ainda de dizer “eu sou trabalhador doméstico”** (TEREZA, entrevista concedida a LEITE, 2017, p. 17, grifos da autora).

Com efeito, o não reconhecimento do trabalhador homem enquanto um trabalhador doméstico reforça as atribuições dos papéis sociais construídos e atribuídos aos homens e mulheres de forma diferenciada na sociedade

capitalista, bem como, as dificuldades do autorreconhecimento por parte dos trabalhadores homens que reflete os estigmas e preconceitos quanto à questão do gênero que carrega a categoria, ligadas diretamente a atividades do cuidado. Segundo o Sindoméstico/BA:

Apesar de muita gente achar que o trabalho doméstico é desenvolvido apenas por mulheres, a categoria do trabalho doméstico é formada por profissionais de ambos os sexos que desempenham funções diferenciadas como: madame, jardineiro/a, cozinheiro/a, babá, arrumadeira, caseiro, faxineiro/a, lavadeira, passadeira, vigia, acompanhante, mordomo e governanta. Estes profissionais prestam serviços sem fins lucrativos à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, independentes de serem mensalistas ou diaristas.

82

O trabalho do “cuidado” exercido pelos homens historicamente no Brasil esteve direcionado a atividades exercidas em espaços públicos, sobretudo, no cuidado com animais e, a partir da década de 1990 ocorreu uma reconfiguração desse tipo de trabalho, fruto da sua mercantilização<sup>83</sup>, diversificando-o e fazendo surgir o trabalho do cuidado de forma profissional e massificada.

Danièle Kergoat (2009)<sup>84</sup> traz uma pertinente reflexão acerca da divisão sexual do trabalho ao propor uma compreensão a partir do “princípio de separação e princípio de hierarquização”. Significa dizer que se convencionou que existem “trabalho de homens” e “trabalho de mulheres” e que estes se desenvolvem de forma hierarquizada, atribuindo as atividades produtivas e exercidas em ambiente público como superiores àquelas exercidas no ambiente privado (doméstico) – alimentada pelo capitalismo –, produzindo a:

Supervalorização da produção de bens, especialmente os tecnológicos, associada à invisibilização das tarefas de reprodução e cuidado constrói um falso entendimento de que apenas o trabalho

<sup>82</sup> Boletim QUENTE, 2006, Nº 92.

<sup>83</sup> Ver mais sobre essa discussão em GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Casa mercado, amor e trabalho, natureza e profissão**: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. Cadernos Pagu (46), janeiro-abril de 2016, p. 64-67.

<sup>84</sup> KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

produtivo gera dinheiro e, portanto, dentro da lógica capitalista de acúmulo de riquezas, o trabalho reprodutivo não gera “valor”, logo é inferior<sup>85</sup>.

No Brasil, o trabalho doméstico remunerado, desempenhado majoritariamente pelas mulheres e de maioria negra – no bojo das tarefas de reprodução – foi paulatinamente desvalorizado e mesmo que a categoria tenha conquistado avanços significativos, a realidade é que a desvalorização social gerou invisibilização, baixa remuneração e tardio reconhecimento de direitos trabalhistas, construído sob um falso pretexto de que não geram lucro.

Angela Davis (1982) em “Mulheres, Raça e Classe” traz alguns questionamentos acerca da “real” possibilidade da industrialização do trabalho doméstico no contexto das sociedades capitalistas avançadas, que transformaria radicalmente a natureza das tarefas domésticas. A saber, “por que se colocou um manto de silêncio sobre essa possibilidade?” (DAVIS, 1982, p.) E responde que “a economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas” (*Ibid*, p.) que por não gerar lucro (diretamente) é excluída do bojo das iniciativas que recebem incentivos pela economia.

Embora o lento processo de industrialização brasileira e a pressão de uma sociedade capitalista e moderna mundial, tenha gerado transformações no modo de produção e nas formas de trabalho, a exemplo da reestruturação produtiva<sup>86</sup>, a realidade é que no Brasil o trabalho doméstico ainda é invisibilizado, mal remunerado e, só recentemente, teve seus direitos trabalhistas iguais às demais categorias de trabalhadores, por força da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013.

A classe trabalhadora não ficaria imune à construção ideológica do “lugar natural” reservado às mulheres propagada pelo capitalismo. Em verdade, essa visão foi construída para reforçar uma identidade feminina confinada ao espaço doméstico, “uma vez que a concorrência do trabalho operário feminino

---

<sup>85</sup>LEITE, Bianca Muniz. “**Audácia**”: a emenda constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do SINDOMÉSTICO Bahia. Salvador, 2017, p.16.

<sup>86</sup> Processo que se iniciou na segunda metade do século XX flexibilizando o trabalho na cadeia produtiva. Retomaremos essa discussão no próximo capítulo.

ameaçava a oferta de trabalho para os homens, além de manter baixo o nível salarial" (SANCHES, 1998, p.31)<sup>87</sup>.

Em uma Assembleia do Movimento das Trabalhadoras Domésticas Nacional, ocorrida em Nova Iguaçu - Rio de Janeiro em 1987, a sindicalista, Lenira de Carvalho, do sindicato de Pernambuco, trouxe um relato pertinente quanto à questão do trabalho reprodutivo. Na ocasião, Lenira leu uma carta produzida pelas trabalhadoras domésticas, na qual, destacou a posição do movimento sobre a desvalorização do trabalho tido como reprodutivo, sob a justificativa de não produzirem lucro. Em um trecho da carta dizia:

Nós, Trabalhadoras Empregadas Domésticas, somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham neste país, cerca de 1/4 (um quarto) da mão-de-obra feminina, segundo os dados do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas de Janeiro de 1985. Fala-se muito que os trabalhadores empregados domésticos não produzem lucro, como se fosse algo que se expressasse, apenas e tão-somente, em forma monetária. **Nós produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, que sem ter acesso a instrução e cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões** (ASSEMBLEIA, 1987, p. 189, *grifos da autora*).

Nesse trecho é possível perceber que o entendimento de lucro, para o movimento das trabalhadoras domésticas, toma um sentido muito mais amplo, em que o trabalho do cuidado é situado na base que sustenta as outras tarefas exercidas pelos patrões, por produzirem “saúde, limpeza, boa alimentação e segurança”.

De toda forma, no trabalho doméstico remunerado exercido por mulheres e, sobretudo, por mulheres negras, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade e, embora o trabalho doméstico seja como todos os fenômenos sociais, um produto dinâmico da história humana, no imaginário social continuam a associar “a eterna condição feminina a imagens de vassouras e pás de lixo, esfregões e baldes, aventais e fogões, vasilhas e

---

<sup>87</sup> Ver mais em SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico.** Salvador 1900/1950. 1998, p. 31.

panelas” (DAVIS, 1982, p. 215)<sup>88</sup>. Outro dado relevante, que consolida a tendência identificada nas duas últimas décadas é o que se refere ao quesito cor/raça das trabalhadoras sindicalizadas na Bahia, veremos a seguir.

#### - Trabalhadora sindicalizada por cor/raça

Florestan Fernandes (1986)<sup>89</sup> ao estudar a integração do negro na sociedade paulista no pós-abolição, afirma ter sido o emprego doméstico um importante polo de trabalho, que absorveu grande parte das mulheres negras. Apesar do desenvolvimento da indústria paulista, a mulher negra encontrava dificuldades de se engajar nos serviços das fábricas, tendo de contentar-se com empregos de pouco prestígio social e baixa remuneração como o de domésticas, principalmente junto às famílias tradicionais. No contexto baiano do final do século XX, por sua vez, ainda vemos concentração de mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico remunerado.

Segundo o IPEA de 2011, a proporção relativa de homens e mulheres no trabalho doméstico remunerado em relação ao universo total de ocupados manteve-se estável no Brasil entre o final do século XX e início do XXI. De igual modo, no quesito cor/raça as assimetrias foram expressas na diferença da ocupação entre mulheres negras e brancas. Enquanto as brancas representavam um percentual de 12,6% ocupadas no trabalho doméstico, as mulheres negras eram de 21,8%, desempenhando a mesma função, reforçando as desigualdades raciais já mencionadas anteriormente<sup>90</sup>.

De forma similar, os dados produzidos a partir das fichas de trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia, durante duas décadas, confirma essas assimetrias na proporção da ocupação do trabalho doméstico remunerado em âmbito estadual. Reforçando as desigualdades raciais existentes, as quais empurram as mulheres negras a ocupações menos remuneradas e de baixo prestígio social.

---

<sup>88</sup> DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1982, p. 215.

<sup>89</sup> FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na Sociedade de Classe**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 50.

<sup>90</sup> IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. p. 29.

Foram analisadas um total de 1.933 fichas de trabalhadoras domésticas sindicalizadas no Sindoméstico/BA entre os anos de 1990 e 2013. Ao inferir quanto à proporção segundo cor/raça e sexo dessas pessoas, os dados revelaram o seguinte: 1.249 eram de mulheres negras, e apenas 108 mulheres brancas. Enquanto a proporção masculina representava: 14 homens negros e apenas 2 homens brancos. Do total geral das fichas analisadas 560 não informaram tais dados, como representado na tabela abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Trabalhadoras (es) domésticas (os) sindicalizadas (os) segundo sexo e cor/raça

Trab. segundo sexo e cor/raça	Qtd. de Trabalhadoras (es)
Homens Brancos	2
Homens Negros	14
Mulheres Brancas	108
Mulheres Negras	1.249
Não informado	560
<b>Total geral</b>	<b>1.933</b>

Fonte: Fichas de filiação do Sindoméstico/BA 1990-2013. Elaborado pela autora.

Como mostra a tabela, a maioria das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia são negras e ainda que consideremos que boa parte das trabalhadoras domésticas em todo o Estado nem sequer tenha registro na carteira de trabalho e conheça seus direitos, o fato é que as mulheres negras e mulheres de baixa renda foram, ao longo dos anos, empurradas ao trabalho doméstico, sobretudo na informalidade, para ingressarem mais facilmente no mercado de trabalho. O serviço doméstico absorveu, ao longo do período estudado, um número significativo de mulheres, constituindo-se numa alternativa importante na luta pela sobrevivência.

Historicamente no Brasil, as mulheres negras “foram incumbidas da tarefa de lavar, passar, cozinhar, arrumar, buscar água, fazer os despejos”<sup>91</sup>, ou seja, o trabalho manual e servil. Na Bahia secularmente, o caráter subalterno

<sup>91</sup> SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas**: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950. 1998, p. 94.

da profissão não tornou esse tipo de atividade muito concorrida e, já no século XX, sempre que possível, muitas mulheres buscavam alternativas de deixar de serem domésticas procurando um outro tipo de ocupação. No entanto, tal mudança era condicionada à formação e qualificação profissional.

Mas, para além do conteúdo de subalternidade, marca indelével do trabalho doméstico, a existência de hierarquias e estereótipos raciais favorecia a percepção, ideológica, de que negros e mestiços eram incompatíveis com o exercício de profissões intelectuais, o que já não ocorria com as profissões manuais ou que necessitassem de esforço físico. Tinha-se por certo que, se as pessoas de cor exerciam funções subalternas na sociedade, não era devido aos mecanismos de exclusão que lhes negavam instrução e aprimoramento profissional, mas sim devido à sua inferioridade racial (AUTOR, ANO, p.).

Os dados do IPEA de 1993 a 2004 sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho no Brasil, apontou para uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que mulheres e negros. Destacou-se, ainda, que são as mulheres negras que mais sofrem com a pesada carga de dupla discriminação, racial e de gênero.

Esta interseccionalidade contribuiu para criar uma estratificação social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras, na base da sociedade. Dentre todos, são elas que vivenciam as piores condições de trabalho, que “recebem os menores rendimentos, que mais sofrem com o desemprego e as relações informais de trabalho e que ocupam as posições de menor prestígio na hierarquia profissional”<sup>92</sup>.

#### **- Escolaridade das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia**

Segundo as pesquisas de Luísa Maria Dantas (2016) a média de estudo das trabalhadoras domésticas no Brasil era de 6,6 anos resultando, assim, em

---

<sup>92</sup> IPEA. **Retrato das Desigualdades**. 2ª Ed. Brasília, setembro de 2006, p. 30.

um ensino fundamental incompleto. Ainda que os anos de estudo tenham aumentado ao longo dos anos, verificou-se uma diferença ínfima em relação à 2004, quando a média era de 5,5 anos. Segundo o IPEA de 2011, 64% das trabalhadoras domésticas possuíam até 8 anos de estudo. O levantamento do DIEESE<sup>93</sup> de 2013 trouxe que o número de analfabetas negras e não negras diminuiu de 9,6% para 7,5%, apesar de ser maior a percentagem de analfabetas negras. O número das que possuem o ensino médio ou superior incompleto cresceu de 11,3% para 19%, sendo relativamente equilibrado entre negras e não-negras (18,5% e 19,8% respectivamente)<sup>94</sup>.

Considerando esses dados e os números revelados pelas fichas de filiação no sindicato, a escolaridade das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia, entre negras e brancas, corroboram com as estatísticas nacionais, sobre as diferenças entre esses dois grupos. Ao longo dos anos, identificam-se avanços graduais nos números da educação no país, contudo, observa-se criticamente a manutenção das desigualdades que, historicamente, limitaram o acesso e as oportunidades, principalmente, da população negra, de nordestinos e da população rural na educação<sup>95</sup>.

Tabela 4: Escolaridade das (os) Trabalhadoras (es) Sindicalizadas (os) por cor/raça

Escolaridade	BRANCA	NEGRA	Não Informado	Total
1º Grau Completo	13	97	32	142
1º Grau Incompleto	65	721	244	1030
2º Grau Completo	8	122	15	145
2º Grau Incompleto	4	42	16	62
Alfabetizada		6	2	8
Não Alfabetizada	1	32	5	38
Não Informado	19	243	246	508

<sup>93</sup> Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Ver mais em: <https://www.dieese.org.br/>

<sup>94</sup> DANTAS, Maria Luísa. **AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR?** Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. 2019, p. 162.

<sup>95</sup> IPEA/ Instituto de Pesquisa Econômica. **Retrato das desigualdades de gênero e raça Aplicada**. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. 21 p.

<b>Total Geral</b>	<b>110</b>	<b>1263</b>	<b>560</b>	<b>1933</b>
--------------------	------------	-------------	------------	-------------

Fonte: Fichas de filiação do Sindoméstico/BA 1990-2013. Elaborado pela autora.

Na formação do quadro, o primeiro grau equivale ao Ensino Fundamental, o segundo grau se refere ao Ensino Médio. E como mostra a tabela acima, o número de trabalhadoras domésticas com apenas o Ensino Médio Incompleto é de 1.030. Outro dado que diferencia as mulheres negras e brancas é a escolaridade das trabalhadoras domésticas, pois, apenas uma mulher branca era analfabeta, enquanto que 32 mulheres negras tinham o mesmo perfil. Além do mais, chama atenção o quantitativo total de trabalhadoras (es) com Ensino Médio Completo, apenas 62. Em todo caso, são dados que convidam a uma análise mais profunda, uma vez que, refletem o cenário de desigualdades já confirmado pelos dados apresentados pelo IPEA.

Em que pese as transformações sociais no século XX e início do XXI com a ampliação do acesso à educação para trabalhadores e pessoa de baixa renda, possibilitado, por exemplo, pela implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - em 1996, que contribuiu para que o ingresso dos jovens das classes trabalhadoras, no mercado de trabalho formal ou informal ocorresse mais cedo, instituindo a Educação de Jovens e Adultos – EJA - como uma modalidade de ensino da educação básica (Ensino Fundamental e Médio):

A maior parte do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) era composta de trabalhadores, que ocupavam postos de menor prestígio na hierarquia social, como por exemplo, a população negra moradora da periferia urbana, principalmente, as trabalhadoras domésticas negras e as demais donas de casa que desenvolviam atividades informais para dar conta do sustento da família, ou seja, as trabalhadoras negras para quem a educação pública foi historicamente negada<sup>96</sup>.

Na década de 1990, a luta dos movimentos negros em prol das ações afirmativas no Brasil, ganhou força com as experiências dos pré-vestibulares comunitários como os exemplos do Rio de Janeiro e da Bahia. Esses espaços

<sup>96</sup> HENRIQUES, Cibele da Silva. **Do trabalho doméstico à educação superior**: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. 2017, p.159.

passaram a qualificar trabalhadores negros e de baixa renda para prestarem exames de vestibular, além da formação para as relações étnico-raciais por meio da democratização do ensino público superior<sup>97</sup>. As trabalhadoras domésticas, em especial as negras, passaram a frequentar esses espaços e almejar a ainda lenta mobilidade social.

No bojo dessas transformações educacionais, no início do século XXI o Brasil expandiu as ofertas de cursos de educação superior, abrindo mais espaço para a valorização do saber acadêmico pelo mercado de trabalho por meio do acesso ao ensino superior. Aflorou-se, nesse contexto, as discussões em torno da expansão e da interiorização do Ensino Superior no Brasil.

O debate sobre o tema da expansão e da interiorização do Ensino Superior, no Brasil, é complexo, envolve discussões sobre sua inserção histórica na sociedade brasileira, sobre a democratização do acesso à Educação e se efetivou sob o discurso de modernização e do desenvolvimento regional. Este debate envolveu ainda a questão da qualidade do ensino<sup>98</sup> (MOROSINI, 2014 apud SANTOS, 2017, p. 2).

Segundo Pablo Henrique Lacerda dos Santos (2017) a expansão da rede federal de educação superior na Bahia, iniciada em 2003, teve como meta a interiorização e democratização do acesso ao ensino público, e se concretizou na criação de 14 universidades públicas entre 2003 e 2010, e outras quatro de 2011 a 2014, totalizando 63 instituições federais de ensino superior<sup>99</sup>.

Para Melo, Melo e Nunes (2009) o processo de expansão das universidades brasileiras perpassa por três ciclos: Primeiro Ciclo: Expansão para o Interior (2003/2006): criação de dez novas universidades federais em todas as regiões; consolidação de duas universidades federais; criação e consolidação de 49 campi universitários. Segundo Ciclo: Expansão com Reestruturação (2007/2012): adesão da totalidade das instituições federais de ensino

---

<sup>97</sup> *Idem*, p. 160.

<sup>98</sup> Morosini, M. C., & Fernandes, C. M. B. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, 5(2), 2014, 154-164.

<sup>99</sup> SANTOS, Pablo Henrique Lacerda dos. **A Expansão e Interiorização do Ensino Superior na Bahia: O caso da UFOB**. 2017, p. 5.

superior; implantação de 95 campi universitários; quadro perceptível de ampliação do número de vagas da educação superior, especialmente no período noturno. Terceiro Ciclo: Expansão com ênfase nas interfaces internacionais (2008): criação de universidades federais em regiões territoriais estratégicas. Encontra-se em processo de criação e/ou implantação: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu (PR); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sediada em Santarém (PA); Universidade Luso-Afro Brasileira (UNILAB) em Redenção (CE) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sediada em Chapecó (SC) (REUNI, 2009)<sup>100</sup>.

Para além dessa percepção geral, somente após dez anos de instauração das ações afirmativas, e sob as reivindicações das lutas dos Movimentos Negros que o Governo Federal, por meio da Lei nº 12.711/12, implementou a Política de Cotas nas universidades federais. Tal legislação determinou a reserva de 50% das vagas em Instituições Federais de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica destinadas a candidatos oriundos de escolas públicas e ou com a certificação do ensino médio pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)<sup>101</sup>.

Essa expansão, sem dúvida refletiu no acesso de trabalhadores ao ensino superior como é o caso de Marinalva de Deus Barbosa, uma das diretoras do Sindoméstico - Bahia, que ingressou no curso de Direito da Faculdade Batista Brasileira em Salvador/BA como a primeira entre as diretoras do sindicato a acessar o ensino superior, como mostrou a seguinte reportagem com a entrevista realizada com esta trabalhadora.

Marinalva [...] foi se alfabetizar já adulta. **Veio do interior para a capital da Bahia em busca de um trabalho e melhores condições de vida sem saber ler nem escrever, pegava os ônibus guiando-se pela cor.** Trabalhou por 2 anos em Salvador sem sequer ter registro de nascimento. [...] quando juntou ela mesma o dinheiro para o seu registro de nascimento e documentos pessoais. Ao longo do exercício da sua profissão como Trabalhadora Doméstica teve dificuldades para se alfabetizar, pois, ainda que conseguisse uma liberação no emprego para ir à escola, a exaustiva carga horária de trabalho no emprego e a carência de orientação na escola

---

<sup>100</sup> *Idem*, p. 25

<sup>101</sup> *Idem*, p. 166.

prejudicava o seu aprendizado. Em 1988 conheceu uma professora que se dispôs a ensinar Marinalva a ler e escrever. Depois disso, não parou mais. Coursou o ensino fundamental, médio e apesar de todas as dificuldades, 13 anos depois de concluir os seus estudos, conseguiu ingressar num curso superior: Bacharelado em Direito<sup>102</sup>.

Embora, identifiquem-se avanços nos indicadores de acesso ao Ensino Superior, alguns desafios históricos se apresentam no caminho do cumprimento de tais projetos, como enunciada pela trajetória da escolarização de Marinalva Barbosa, que é garantir educação de qualidade para todas as pessoas. Outro dado relevante que se expressa, é a idade em que essa trabalhadora iniciou no trabalho doméstico, por fazer parte do universo já bastante conhecido na Bahia em que meninas e meninos eram enviados à capital dos grandes centros urbanos, ainda crianças, em busca de melhores condições de vida, e que logo cedo eram iniciados/as no trabalho doméstico infantil.

Tal realidade foi confirmada por Angelin e Truzzi (2015, p.64) quando em 2011 os dados levantados pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2013) contabilizou que 258 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, em geral, oriundos de famílias pobres estavam ocupados no trabalho doméstico. Desse quantitativo, os maiores percentuais estavam concentrados nas regiões Nordeste (39,9%) e Sudeste (25,9%)<sup>103</sup>.

O combate ao trabalho doméstico infantil foi um dos temas levantados por Creuza Oliveira do Sindoméstico/BA, durante as discussões no seminário, em que afirmou ser o Nordeste a região com maior incidência do trabalho doméstico infantil, pois “as meninas começam a trabalhar ainda mais cedo. São trazidas do interior e não têm chances, na maioria das vezes, de concluir os estudos” (FONTE).

Como mencionado no capítulo anterior, o trabalho doméstico infantil fora proibido por força Emenda Constitucional Nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

---

<sup>102</sup> MÍDIA NINJA. **Marinalva é doméstica e precisa de ajuda para conquistar o diploma de direito**. Salvador, 2 de fevereiro. 2018. Disponível em: [Marinalva é doméstica e precisa de ajuda para conquistar diploma de direito \(midianinja.org\)](http://midianinja.org). Acesso em: 18 de agosto de 2021.

<sup>103</sup> ANGELIN, Paulo Eduardo ; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **PATROAS E ADOLESCENTES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: Relações de trabalho, gênero e classes sociais**. 2015, 64.

que alterou o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, estabelecendo que a idade mínima para se iniciar o trabalho era de dezesseis anos, podendo o trabalho ser iniciado aos quatorze anos na condição de aprendiz<sup>104</sup> mas, por falta de dispositivos legais que fiscalizasse ou barrasse esse tipo de prática tão comum no interior da Bahia, muitas crianças<sup>105</sup> de 11 anos já trabalhavam. Além disso, a Organização Internacional do Trabalho – OIT - considerou o trabalho doméstico infantil como uma das piores formas de trabalho infantil, sendo, portanto, terminantemente proibido para menores, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178/1999 e promulgada pelo Decreto Presidencial Nº 3.597/2000, junto ao Decreto Nº 6.481/2008.

Em 2006, após um terrível caso do assassinato por espancamento de uma criança de apenas 11 anos de idade, que trabalhava como babá em uma residência na cidade de Virginia em Belém do Pará, se evidenciou o tema do trabalho doméstico infantil. O caso ganhou repercussão na mídia e ocorreu quatro meses após a criança ter sido enviada para a casa de uma família com a promessa de a colocarem na escola e darem roupa e comida. Porém, a promessa de uma vida melhor foi transformada em um pesadelo fatal. As violações e abusos já vinham ocorrendo há cinco meses e a família só veio a tomar ciência após o crime vir à tona<sup>106</sup>.

Segundo esta matéria, nesse período cerca de 170 mil crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhavam como empregados domésticos em todo o país, segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - de 2006. Não obstante, o trabalho doméstico nessa faixa etária já era proibido por lei, como lembrou Leite (2017):

O trabalho doméstico é proibido de ser exercido por pessoas menores de 18 anos de idade por força da Convenção 168 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178/1999 e promulgada pelo Decreto

---

<sup>104</sup> BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007, p. 43-44.

<sup>105</sup> BRASIL. (1990), **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes o indivíduo entre 12 e 18 anos de idade.

<sup>106</sup> Jornal **O Liberal**, seção Polícia. TESTEMUNHAS desmascaram o réu. Belém-PA, 06 dez. 2006, p. 1-2. Arquivo do Sindoméstico/BA.

Presidencial nº 3.597/2000, junto ao Decreto nº 6.481/2008. O serviço doméstico foi considerado uma das piores formas de trabalho infantil, sendo, portanto, terminantemente proibido para menores (LEITE, 2017, p.28).

Creuza Oliveira em um depoimento trazido no Boletim O Quente nº 101 de 2009, ao relatar sobre sua própria experiência de vida, também revela a velha prática, muito comum na Bahia, da promessa de estudar e ter uma vida melhor à meninas e meninos que ainda muito cedo começaram no trabalho doméstico, e vivenciaram diversos tipos de abusos e violências antes mesmo de receberem um salário pelos seus serviços, isso é quando recebiam.

Comecei a trabalhar como doméstica aos dez anos. Fui para a cidade trabalhar como babá. **A pessoa que me levou disse que era só para eu brincar com a criança e que eu estudaria. Quando cheguei lá, isso não aconteceu. Trabalhava como uma pessoa adulta.** Além de tomar conta da criança, lavava os pratos, cuidava da casa, lavava fraldas e etc. E a história de ir para escola não se falava mais (Creuza Maria Oliveira, depoimento extraído do boletim O Quente Nº 101, 2009).

A situação relatada por Creuza mostra o cenário de exploração de meninas e meninos que saíram do interior da Bahia enviados às capitais em busca de mais oportunidade de vida e subsistência, com a promessa de poderem acessar os estudos. No entanto, se depararam com outra realidade: o trabalho doméstico infantil e suas formas perversas de exploração, como mostrado no trecho do depoimento da matéria: “A pessoa que me levou disse que era só para eu brincar com a criança e que eu estudaria. Quando cheguei lá, isso não aconteceu. Trabalhava como uma pessoa adulta” (*Ibid*, 2009) e logo a esperança se transformava em exploração e violação de direitos. Estes temas serão mais bem trabalhados no próximo capítulo.

Situações como essas trazem luz à uma reflexão bastante necessária sobre a prática histórica do trabalho doméstico infantil no Brasil, considerado pelo Estado brasileiro, desde o Decreto nº 6.481/2008<sup>107</sup> como uma das formas

---

<sup>107</sup> BRASIL, Constituição Federal (1988). Decreto Nº 6.481, de 12 de Junho de 2008.

de trabalho mais perversas no país. No entanto, faz parte da realidade de diversas mulheres jovens, sobretudo, negras, pobres e nordestinas.

Voltando para o início dos anos 2000, o boletim *O Quente* destacou também os avanços nas campanhas pela erradicação do trabalho infantil doméstico com campanhas locais e nacionais, onde o Sindoméstico/BA teve um papel de destaque com a conquista de alguns prêmios. Na representação de Creuza Maria Oliveira, presidenta da FENATRAD na ocasião, o sindicato conquistou um prêmio pela atuação na erradicação do trabalho doméstico infantil pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e outro oferecido pela Revista Cláudia, para mulheres que se destacaram na realização de trabalhos sociais.

No referido boletim, o sindicato relembra que:

Há mais de 10 (dez) anos tramita do Congresso Nacional o Projeto de Lei 1.626/89, de autoria da senadora Benedita da Silva – PT/RJ que visa garantir as trabalhadoras domésticas os mesmos direitos concedidos as demais categorias de trabalhadores como, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Seguro desemprego, PIS, hora extra e salário família. Mesmo o governo tendo maioria no Congresso Nacional, nunca preocupou em assegurar que seus deputados e senadores aprovassem o referido projeto, por entender que nós, trabalhadoras domésticas, somos trabalhadores de terceira categoria.<sup>108</sup>

A faixa etária das trabalhadoras sindicalizadas no Sindoméstico/BA variou aos longos dos anos pesquisados e, quando considerada a idade mínima e máxima a cada seis anos, percebemos que de 1990 a 1996 esses dados estavam representados por 11 anos e 63 anos de idade, respectivamente. Nos anos seguintes e já considerando a virada do século XX para o XXI e suas transformações com a promulgação dos decretos de proibição mencionados, o número de trabalhadoras menores ainda é uma constante.

---

<sup>108</sup> O QUENTE, nº 63, janeiro/fevereiro, 2000.

Gráfico 3: Faixa etária de Trabalhadoras sindicalizadas por ano



Fonte: Fichas de filiação do Sindoméstico/BA 1990-2013, elaborado pela autora.

Como mostra o gráfico, de 1997 a 2002 a idade mínima das sindicalizadas era de 15 e a máxima de 60 e de 2003 a 2008 a mínima era de 11 e 84 a máxima, revelando o envelhecimento da categoria, que pode estar relacionado aos deslocamentos dessas mulheres para outros setores e profissões provocado, sobretudo, pelo aumento da escolarização e profissionalização dessas mulheres como destacado no item anterior. Passados nove anos do último decreto de proibição do trabalho doméstico infantil, já se percebe uma mudança na faixa etária das trabalhadoras sindicalizadas entre 2009 e 2013, com a idade mínima de 22 e a máxima de 63 anos de idade. Isso pode significar o envelhecimento gradativo da profissão, como foi corroborado pelos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI – que comparou os dados de 1997 até 2017.

Em 2017, a maioria das trabalhadoras no emprego doméstico estava na faixa etária entre 40 a 49 anos (35,4%), seguidas daquelas entre 25 a 39 anos (34,6%). Essa parcela com 25 a 39 anos de idade vem diminuindo sua expressão relativa no conjunto da população no emprego doméstico, em razão do crescimento da expressão das com 40 anos ou mais. As mulheres com mais idade (entre 40 e 59 anos)

respondiam por 46,9% em 2012 e passaram a representar 57,6% em 2017. A elevação da faixa etária das empregadas domésticas implica diretamente na mudança no número de filhos e na idade dos filhos da maior parte delas. Em 1997, 35,5% das empregadas domésticas tinham filhos acima de 9 anos. Em 2017, essa proporção aumentou para 49,9%<sup>109</sup>.

O retrato das trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia revelou que, assim como os dados apresentados pelas pesquisas nacionais sobre o trabalho doméstico, as mulheres negras são maioria das ocupadas nesse tipo de função, historicamente mal remuneradas, marcada pelas relações informais de emprego e vulnerabilidade na contratação. Revelou ainda que essas mulheres possuíam baixo grau de escolarização e iniciavam ainda crianças no trabalho doméstico oriundas, em sua maioria, do interior do estado que, ao chegarem nas casas das famílias para a qual iriam trabalhar, eram expostas a violências e explorações diversas, como mostra a entrevista da trabalhadora Milca Martins:

Sou mineira, fui criada aqui no Nordeste. Na época minha mãe ficou viúva muito cedo, com oito filhos, e ela acabou vindo de Minas para Cruz das Almas (BA). Chegou uma época que a filha da patroa da minha mãe pediu para que ela deixasse eu ir para capital para estudar, onde fiquei dos 7 até os 12 anos de idade. Sofri muita violência de espancamento à violência sexual, fui abusada sexualmente pelo patrão e pelo filho dele. Até hoje eu tenho problemas de saúde por conta dessas violências. Aos 12 anos eu consegui fugir da casa, em uma tarde a patroa pensou que tinha fechado a porta, eu vi que a porta estava aberta, foi meu momento de fuga. Fiquei muito tempo na rua perambulando, não lembro quanto tempo, me escondendo das pessoas, com medo da patroa me encontrar. Fui encontrada por um policial, os parentes dele moravam em Cruz das Almas. Depois de muito tempo consegui recuperar a memória, e fui falando de onde eu era, que eu queria a minha mãe. Aí eles me levaram de volta, minha mãe quase morreu, porque quando a filha da patroa viajava pra casa sempre dizia que eu estava muito bem, estudando, e que não queria voltar pro interior. Eu fiquei na casa da minha mãe até os 16 anos curando as feridas, e depois retornei de novo com uma outra família para trabalhar como babá.

---

<sup>109</sup> SEI/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **SEI divulga dados sobre emprego doméstico**. 2017. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2710:o-emprego-domestico-na-regiao-metropolitana-de-salvador&catid=1540&Itemid=565](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710:o-emprego-domestico-na-regiao-metropolitana-de-salvador&catid=1540&Itemid=565)> Acesso em 06 de setembro de 2021.

Dos meus sete irmãos, cinco são mulheres, e todas são trabalhadoras domésticas (Milca Martins, entrevista a Revista Afirmativa em 29/07/2021)<sup>110</sup>

Ainda que se considerem as mudanças no contexto social de escolarização e profissionalização, o número de trabalhadoras em condições de extrema vulnerabilidade no trabalho doméstico é elevado. Torna evidente, portanto, dos dados apresentados, a existência de uma questão social que deve ser enfrentada pela sociedade brasileira. E tal como evidenciado na entrevista de Milca Martins, muitas trabalhadoras, oriundas de outras cidades, migravam para as capitais com a esperança de terem vida mais digna, contudo sendo expostas a toda sorte de exploração e maus tratos.

#### **2.4 Migração campo-cidade e os deslocamentos internos das trabalhadoras sindicalizadas na Bahia**

No período de 1990-2000, o Estado da Bahia passou por algumas modificações, tanto no âmbito social, como de infraestrutura, possibilitando os deslocamentos que envolvem a circularidade da migração, impulsionados por motivos de ordem econômica, nos quais, muitas pessoas saíram de suas terras de origem em busca de melhores oportunidade de emprego e de estudo, com expectativas de melhorar a renda da família ou a sua própria<sup>111</sup>.

##### **2.4.1 Os municípios de origem e seus deslocamentos campo-cidade**

Foram encontrados 307 municípios de origem nas fichas de filiação do Sindoméstico/BA entre os anos iniciais de fundação 1990 à 2013, com eles, podemos refletir sobre a trajetória de origem das domésticas sindicalizadas no

---

<sup>110</sup> ROSA, Andressa Franco e Patrícia. Trabalho doméstico e luta por garantia de direitos: entrevista com Milca Martins, representante da categoria. **Revista Afirmativa**. Abril de 2021. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/4481-2/>> Acesso em 09 de setembro 2021.

<sup>111</sup> DANTAS, Marcelo de Sousa. Migrações no Nordeste metropolitano nas décadas de 1990 e 2000. Belo Horizonte, 2017.

Sindoméstico/BA. Percebeu-se que, além dos deslocamentos internos campo-cidade do próprio Estado da Bahia para a capital - Salvador, muitas dessas trabalhadoras originaram-se de outras regiões do Brasil. As condições de migração dos indivíduos oriundos de diferentes localidades podem ser variadas e umas das principais são mobilizadas pela noção de “melhorar de vida” entre trabalhadores rurais e migrantes. Essa ideia altera definitivamente os arranjos familiares dos migrantes, tanto nos locais de origem quanto nos locais de destino<sup>112</sup>. Para isso, de acordo com a nossa investigação, foi possível fazer o mapeamento de alguns lugares específicos da região de origem, a exemplo da: Bahia, Alagoas, Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Piauí representado na tabela abaixo (Tabela 5) com a quantidade de municípios.

Tabela 5: Estados e municípios de origem das (os) Trab. Sind.

<b>N</b>	<b>Estados de origem</b>	<b>Quantidade de Municípios</b>
1	Alagoas	5
2	Bahia	267
3	Ceará	5
4	Maranhão	4
5	Minas Gerais	7
6	Paraíba	1
7	Pernambuco	3
8	Piauí	1
9	Rio de Janeiro	2
10	Rio Grande do Norte	1
11	Sergipe	8
12	São Paulo	3

Fonte: Arquivos Sindoméstico/BA 1990-2013, elaborado pela autora.

<sup>112</sup> SOUZA, Cristiane Santos. **Trajetórias de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana.** UNICAMP/Campinas 2013, p. 101-102.

Diante da diversidade de estados brasileiros de onde se originaram as trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia, ainda que em número reduzido e considerando um período de mais de vinte anos de deslocamentos, percebe-se as dinâmicas da migração brasileira nesse intercurso. Ainda que a maioria tenha se originado do interior da Bahia e, mais especificamente, no Recôncavo Baiano, indo em direção à capital, Salvador.

Neste caminho, foram encontrados por volta de 267 municípios de origem do interior da Bahia revelados pelas fichas. Dentre estas localidades destacamos as principais, a partir do critério da quantidade acima de 20 trabalhadoras, a saber: Alagoinhas, Cachoeira, Castro Alves, Feira de Santana, Jequié, Maragogipe, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé e Serrinha, sendo seis deles localizados no território de identidade do Recôncavo Baiano (Tabela 6). A partir desses deslocamentos verificamos que entre 1993 a 1996 foi o período em que mais houve sindicalização, em que pudemos traçar a rota migratória do interior para a cidade de Salvador, região metropolitana da Bahia, através de um mapa (Mapa 1).

Interessante sinalizar a presença significativa de pessoas, dentre as quais muitos jovens e mulheres vindos de outras regiões da Bahia e, em menor escala, de outras cidades de outros estados e regiões do Brasil para Salvador. Essa presença é refletida por Cristiane Santos Souza que diz que:

É importante dizer que outros estudos sinalizam, mais tarde, para a presença também significativa de pessoas, dentre as quais muitos jovens e mulheres vindos de outras regiões da Bahia e, em menor escala, de outras cidades do Nordeste. A predominância, nesse momento da história, de um intenso trânsito de mulheres e crianças entre as cidades da Bahia, mas, sobretudo, para a capital parece caracterizar um processo de longa duração que, na época, **supria a mão de obra do trabalho doméstico demandada pelas famílias de classe média e alta e a nova classe operária emergente**; mas que, de certa forma, ainda hoje se mostra presente em diferentes lugares do país<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> SOUZA, Cristiane Santos . Trajetórias de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana. Campinas 2013, p. 76.

Nessa perspectiva, o estudo indica que existia nesse período um crescente processo de urbanização da capital baiana, promovida pela oferta da mão de obra feminina e jovem a partir das mobilidades campo-cidade da Bahia. Esse contexto acabou por caracterizar os processos de transformações no Brasil no século XX, e tendo o trabalho doméstico como um dos principais setores de serviço de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Corroborando com essa perspectiva, na tabela abaixo (Tabela 6) mostram-se os municípios de origem com seus respectivos territórios de identidade e a quantidade aproximada de trabalhadoras domésticas que delas migraram para a região metropolitana de Salvador.

**Tabela 6:** Municípios e Território de Identidade de origem

<b>Municípios de origem</b>	<b>Território De Identidade</b>	<b>Qdt. Trabalhadoras Sindicalizada</b>
Alagoinhas	Agreste Baiano	27
Jequié	Médio Rio de Contas	22
Salvador	Metropolitana	537
Feira De Santana	Portal do Sertão	57
São Gonçalo Dos Campos	Portal do Sertão	22
Cachoeira	Recôncavo	31
Castro Alves	Recôncavo	30
Maragogipe	Recôncavo	31
Santo Amaro	Recôncavo	25
Santo Antônio De Jesus	Recôncavo	24
São Sebastião Do Passé	Recôncavo	21
Serrinha	Sisal	20
<b>TOTAL</b>		<b>1.807</b>

Fonte: Arquivo Sindoméstico/BA 1990-2013. Elaborado pela autora.

Como mostra a tabela, aproximadamente 162 trabalhadoras domésticas deslocaram do Recôncavo para a capital baiana entre as décadas finais de XX e início do XXI, compondo um quadro de mobilidade dentro de um contexto histórico que envolveu as principais dinâmicas culturais, sociais e econômicas por qual passou a Bahia esse período, abaixo roteirizado por meio de um

mapa, (Mapa 1) a rota dessas trabalhadoras, que construíram “memórias de itinerâncias”<sup>114</sup> e de resistência do interior para a cidade.

**Mapa 1- Origem/Destino: Do interior da Bahia para Salvador**



Fonte: Fichas de filiação do Sindoméstico/BA 1990-2013. Elaborado pela autora.

O movimento migratório, do rural para o urbano, bastante típico no Brasil, fez parte da realidade de muitas mulheres que saíram em direção aos grandes centros urbanos das principais capitais brasileiras em busca de oportunidades e melhores condições de vida. Com efeito, não é raro deparar-se com diversas histórias parecidas com a vivenciada por Creuza

<sup>114</sup> *Idem*, p. 51.

Oliveira. Os efeitos dessa realidade se apresentam, muitas vezes, na exploração do trabalho infantil já destacado anteriormente.

Christine Jacquet (2003) no artigo “Urbanização e Emprego Doméstico”, analisando estatisticamente o fenômeno do êxodo rural de trabalhadoras domésticas no Brasil, reiterou que a população urbana brasileira no século XX caracterizava-se por um alto desequilíbrio entre os sexos. O número de mulheres era superior em relação à população masculina nos centros urbanos.

Em outras palavras, o êxodo rural, que alimenta o crescimento da população urbana, é um fenômeno majoritariamente feminino. No que diz respeito às domésticas brasileiras, verifica-se que elas participam ativamente do desequilíbrio entre os sexos, pois na população urbana dos diferentes Estados do Brasil nota-se uma estreita correlação entre o excedente feminino e a presença de domésticas. Assim, entre os onze Estados que apresentam os maiores déficits masculinos na população urbana (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro), oito registram, também, a maior proporção de domésticas na população urbana (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Distrito Federal) (JACQUET, 2003, p. 163).

Acrescido a isso, o deslocamento dessas mulheres trabalhadoras domésticas ocorria ainda muito cedo, iniciando no serviço doméstico antes mesmo dos 16 anos de idade, elevando os casos do trabalho doméstico infantil o que acabava por abrir brecha para violação de direitos e a conseqüente informalidade do emprego doméstico.

O jornal *A Tarde* de agosto de 2000, retratou a informalidade do trabalho doméstico, que ainda atingia a categoria no início do século XXI. Na matéria do referido jornal, o depoimento de Creuza Oliveira mostrou a posição do Sindoméstico/BA sobre o crescente número de trabalhadoras/es domésticos que ainda exerciam a função sem ter a carteira de trabalho assinada. Essa informalidade se devia, segundo a matéria, ao medo do desemprego que assolava a classe naquele momento e pela falta de informação sobre os direitos já conquistados pela categoria.

Mesmo entre os sindicalizados o número de empregados sem carteira é enorme. Apenas 10% dos mais de 1.700 associados estão com a situação profissional regularizada. “Orientamos a todos para exigir seus direitos, a só começar a trabalhar mediante a assinatura da carteira, mas são poucos os que realmente colocam em prática nossas instruções”, lamenta Creuza Oliveira<sup>115</sup>.

Mesmo diante da realidade de informalidade registrada no trecho da matéria, a carteira de trabalho assinada é um direito assegurado desde 1972, pela Lei 5.859/72. No entanto, as trabalhadoras domésticas nos anos 2000 ainda lutavam pela sua efetivação. Observa-se, dessa forma, que o Sindoméstico/BA exercia um papel fundamental de conscientização da categoria como uma das formas para reivindicar direitos já constituídos.

Diante do que foi exposto sobre os dados estatísticos, pode-se notar a evidente predominância de mulheres, e principalmente, negras ocupando o trabalho doméstico no Brasil e, em especial na Bahia. Estes marcadores estão imbuídos pelas imbricações de raça, classe e gênero, revelados pelo perfil e experiência de trabalhadoras domésticas sindicalizadas na Bahia através do Sindoméstico/BA. Indubitavelmente, diante da realidade que se apresenta, existe uma questão social pela qual a sociedade e o Estado brasileiro precisam enfrentar, que é a vulnerabilidade pela qual submeterem homens e mulheres negros e negras por séculos de exploração.

---

<sup>115</sup> Jornal A TARDE, agosto de 2000.

### **CAPÍTULO III**

#### **Estrutura sindical, estratégias de resistência e alianças políticas do Sindoméstico/BA para a conquista de direitos trabalhistas**

As trabalhadoras domésticas nunca desejaram ser domésticas, mas, por falta de opção, honraram essa profissão e desempenharam um ótimo trabalho que, quase sempre, não é reconhecido. Estamos na luta para garantir nossos direitos trabalhistas até sermos respeitadas dentro do nosso local de trabalho, em busca de uma relação na qual possam humanizar nossa existência (RARA, Preta. Eu, empregada doméstica, 2019)

A luta das trabalhadoras domésticas por direitos e reconhecimento perpassa pela humanização da sua própria condição de existência, uma vez que, são atravessadas por opressões estruturais da sociedade por serem maioria de mulheres e negras. Nesse sentido, nos ateremos neste capítulo, a apresentar a relação do Sindoméstico/BA com os movimentos sociais, tal como enunciar quais entidades se destacam na construção do movimento na Bahia, bem como, as demandas apresentadas pelo sindicato e as conquistas da categoria. Primeiramente, trataremos de analisar a estrutura sindical do Sindoméstico/BA, suas concepções ideológicas e políticas, bem como, as estratégias de resistência desenvolvidas ao longo de sua constituição, por meio das alianças e do apoio recebido por parte das organizações sindicais, dos movimentos sociais negros, de mulheres e políticos, construídas sob uma relação consciente da ação coletiva das trabalhadoras domésticas na Bahia ao longo dos anos de sua constituição e luta.

### **3.1 Estrutura sindical do Sindoméstico/BA e o contexto do sindicalismo do Brasil no século XX**

Para compreender a estrutura sindical do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia, é preciso fazer um breve resgate histórico de algumas análises sobre o cenário mais amplo da conjuntura nacional pelo qual passou o Brasil no final dos anos 1980 e durante os anos 1990 no que tange o entendimento do sindicalismo à brasileira. Conforme foi afirmado no primeiro capítulo, nesse momento específico da história nacional, o país passava por profundas transformações no mundo do trabalho e da estrutura sindical brasileira. A forma do trabalho mudou com a globalização, e as mudanças que dela decorreram alteraram as relações entre trabalhador e patronato.

#### **3.1.1 Breve histórico do Sindicalismo no Brasil**

A primeira Associação de trabalhadoras domésticas no Brasil foi criada em Santos-SP em 1936, por Laudelina de Campos Mello em meio ao contexto histórico do surgimento do sindicalismo que se constituiu nesse período. Lembremos que nesse momento a categoria ainda não tinha direito à sindicalização e, o primeiro sindicato só veio a ser oficializado em 1989, após a promulgação da Constituição Federal.

Armando Boito Jr (2006)<sup>116</sup>, afirma que a intervenção normativa do Estado na organização do movimento sindical no Brasil data dos anos 1930, imediatamente após a posse de Getúlio Vargas no poder, em outubro daquele mesmo ano. O então Governo Provisório criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro em 1930, e quatro meses depois, 19 de março de 1931, expediu a primeira Lei de Sindicalização, que obrigava os sindicatos a se registrarem no recém-criado Ministério. Além disso, foi imposta, na ocasião, uma série de limitações à atuação das organizações sindicais,

---

<sup>116</sup> BOITO JR, Armando. **Sindicalismo e política no Brasil**. Campinas, 2006. p. 1

como contrapartida desse reconhecimento oficial. Em 1943, o mesmo Getúlio Vargas, já então exercendo o poder em moldes ditatoriais, editou a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que contemplou a organização da estrutura sindical corporativa brasileira, mas que não durou por muito tempo.

Em 1943, quando a CLT foi aprovada, as trabalhadoras domésticas foram excluídas sob a alegação de que desempenhavam atividades não-econômicas. Excluídas das vantagens conferidas pela CLT, as trabalhadoras domésticas somente seriam alvo de benefício legal em 1960, com a Lei 3.807, Lei Orgânica da Previdência Social, que atribuía o direito das trabalhadoras domésticas se filiarem à previdência social como seguradas facultativas<sup>117</sup>.

Logo após o golpe de Estado em 1964, no Brasil, a perseguição aos sindicatos, ocorreu com sucessivas intervenções nos órgãos de representação mais ativos e de prisões de suas lideranças. Este cenário de repressão abriu espaço para as movimentações que se originaram em finais dos anos 1960 e 1970 como “as greves de Contagem, no estado de Minas Gerais, e de Osasco, no estado de São Paulo, em 1968” (FERREIRA, Jorge; DELGADO, 2018, p.107), foram e precursoras de um sindicalismo mais aguerrido que se confirmou no final dos anos 1970. O “Novo Sindicalismo” que se formou desse cenário, surgiu como uma forma de resistência às imposições da ditadura militar, que deixou marcas muito fortes do corporativismo nas instituições. Seu surgimento territorial foi localizado na região mais industrializada do país, no cinturão de municípios que se formou ao redor de São Paulo, conhecido como a região do ABC Paulista.

[...] desafiou o regime ditatorial instalado em 1964 ao descumprir publicamente a legislação sindical e antigreve imposta pelo governo militar. Surgiu das bases de um sindicalismo corporativo constituído a partir dos anos 1930, e paradoxalmente assumiu uma prática política que questionava essa mesma estrutura contida na lei. Segundo Adalberto Cardoso, foi nesse contexto que o sindicalismo desenvolveu um trabalho de organização dentro das fábricas e

---

<sup>117</sup> MORI, Natalia; FLEISCHER, Soraya; FIGUEIREDO, Angela; BERNARDINO-COSTA, Joaze. e Tânia Cruz. Orgs. **Tensões e experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2011 232p. – 1ª ed.

ampliou as pautas de reivindicação nas negociações coletivas, que ao lado de demandas antes prescritas sobre condições de trabalho passaram a incluir demandas de organização por locais de trabalho. A nova postura se notabilizou com as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista em 1978, 1979 e em 1980.<sup>118</sup>

Como descrito, o novo movimento sindical, dissidente das bases do sindicalismo corporativista, passou a questionar a estrutura contida na lei, organizando e mobilizando a classe trabalhadora em prol de suas demandas.

Para Teones França (2007) o “novo sindicalismo” ganhou força no final da década de 1970, e no Brasil foi profundamente resistente frente ao Estado ditatorial da época. Mas, a partir do momento que se iniciou o processo de redemocratização, esse sindicalismo passou a adotar novas estratégias, que “foram levando-o gradativamente a tornar-se propositivo e, logo em seguida, até mesmo a executar políticas sociais em substituição às ações estatais”<sup>119</sup>.

Apesar disso, com o processo de redemocratização, a defesa da “liberdade e autonomia sindical”, defendida pelo “novo sindicalismo”, estava profundamente próxima da visão liberal, pois, a tentativa de se afastar da tutela do Estado não expressava uma luta mais profunda contra as ideias do liberalismo “pelo menos no que concerne à posição da corrente majoritária na Central Única dos Trabalhadores – CUT - a Articulação, mas sim, a luta contra a presença autoritária do Estado nas organizações sindicais”<sup>120</sup>.

No entanto, a CUT partia de uma perspectiva oposta à neoliberal, em favor da regulamentação das leis e, na verdade, atribuía ao Estado a responsabilidade de garantir direitos básicos que deveriam ser respeitados na legislação, mas que se mantivessem distantes das práticas e estruturas corporativistas de outrora, sem a autonomia prezada pela central. Com o fim do

---

<sup>118</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)** Rio de Janeiro. 2018. pp. 34-35

<sup>119</sup> FRANÇA, Teones. **Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades.** Lutas & Resistências. Londrina, n.2, 2007. p. 71.

<sup>120</sup> *Idem.*

regime militar no Brasil diversas reformas trouxeram novos cenários para a luta sindical que se refletiu na própria estrutura sindical.

### 3.2 Estrutura Sindical Brasileira

Em relação à estrutura sindical, após o fim do regime militar em 1985, o contexto da Nova República<sup>121</sup> trouxe consigo o fim do modelo ditatorial da gestão da estrutura sindical no Brasil. Foram realizadas reformas sindicais consideradas de caráter liberalizante, tais como: anistia de sindicalistas afastados das suas atividades; extinção do modelo rígido do “estatuto-padrão”; suspensão do controle das Delegacias Regionais do Trabalho sobre as eleições dos sindicatos e por fim houve o reconhecimento das centrais sindicais por parte do Estado<sup>122</sup>.

Muito embora, se verifica que essas políticas tenham surgido com uma série de limitações, uma vez que:

Não apenas mantinha a estrutura sindical, como também apresentava uma lei de greves muito restritiva, especialmente no que diz respeito ao setor público, a ponto de ser lugar comum no governo Sarney a repressão violenta pelo exército a movimentos grevistas, como nos casos dos trabalhadores da usina hidrelétrica de Itaipu, dos petroleiros e dos metalúrgicos de Volta Redonda (FRANÇA, 2007, p. 78).

Nesse contexto, no que se refere à relação com o Estado, demonstrou-se que com o fim do regime militar era possível ter outro tipo de relação com as estruturas estatais, no sentido de equilibrar as correlações de forças do mercado, em um país capitalista como o Brasil, para proteger os trabalhadores legalmente. Nesse sentido:

A negação da intervenção do Estado na vida trabalhista não pode significar a volta da ‘lei da selva’ do pleno liberalismo econômico, por

---

<sup>121</sup> A Nova República, segundo a historiografia considera, é o período da História do Brasil que compreende o fim da ditadura militar até os dias atuais e caracteriza-se pela democratização política do Brasil e outras mudanças econômicas e políticas ocorridas ao longo dos anos. Ver mais em FERREIRA; DELGADO. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. RJ. Civilização Brasileira, 2018.

<sup>122</sup> FRANÇA, Teones. **Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades. Lutas & Resistências**. Londrina, n.2, 2007. p. 78.

isso, e levando-se em consideração que o Brasil é um país capitalista o que faz com que a correlação de forças penda sempre para o lado do capital, “faz-se necessária a luta pela aprovação de uma legislação que garanta os direitos gerais dos trabalhadores” e que não podem ser questionados em qualquer negociação. Ou seja, o Estado não deveria intervir na esfera dos direitos coletivos para que preservasse o princípio da liberdade e autonomia sindical, mas, deveria intervir na esfera dos direitos individuais, legislando leis trabalhistas que protegessem os trabalhadores da ditadura do mercado<sup>123</sup>.

Por outro lado, e contrapondo alguns pontos apresentados por esses autores, Boito Jr (2006)<sup>124</sup> afirma que a estrutura sindical em que muitos acreditavam ter deixado de existir, sobreviveu e a ideologia que a sustenta, a ideologia populista, permaneceu viva. Além disso, para ele, tanto coexistem, como “produzindo efeitos políticos desorganizadores sobre o movimento operário e popular no Brasil” (BOITO, 2006, p.2). Na verdade, o que foi considerado como extinto das práticas organizacionais dos sindicatos, se manteve firme nos seguintes aos anos 1970 e 1980 e sobrevivendo na década de 1990, período de surgimento do Sindoméstico/BA.

A análise do populismo brasileiro de uma perspectiva formalista foi empreendida inicialmente pelos intelectuais aglutinados na publicação carioca da década de 1950 denominada Cadernos do Nosso Tempo. Nesse tipo de análise, o populismo é apresentado como uma política pré-ideológica, e é analisado com o recurso ao conceito weberiano de liderança carismática. Essa modalidade de análise do populismo tornou-se dominante na bibliografia e no jornalismo político brasileiros. O enfoque alternativo do fenômeno do populismo foi desenvolvido por Francisco Weffort em seus ensaios da década de 1960. Naqueles ensaios, Weffort tratou o populismo como uma política de conteúdo ideológico pequeno-burguês (WEFFORT, 1965 Apud BOITO JR., 2006, p. 6).

De maneira breve, cabe aqui um destaque quanto a definição do conceito de populismo que se desenvolveu no Brasil segundo os termos de Ângela de Castro Gomes (1996) em seu artigo *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito* que procura identificar

---

<sup>123</sup> *Idem*, p. 81.

<sup>124</sup> BOITO JR, Armando. Sindicalismo e política no Brasil. Campinas, 2006.

e traçar as principais propostas elaboradas para moldar esta categoria na experiência brasileira. Sua compreensão parte do exame de um ensaio sem autoria identificada e tem como título: *Que é o Ademarismo?*. Publicado durante o ano de 1954 ainda no governo de Getúlio Vargas, o ensaio fala sobre a projeção do político paulista, Adhemar de Barros, como candidato à sucessão presidencial de 1955. Assim, a autora parte de três elementos centrais para trazer à tona este necessário debate.

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, ele é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou, o que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe. A influência marxista é apontada então como perniciosa por associar, de forma rápida e descuidada, fenômenos populares a fenômenos progressistas/de esquerda, sem atentar para o caráter reacionário de manifestações políticas como o populismo. Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder. É da combinatória dinâmica destas condições que uma certa configuração política pode ou não se desenhar, sendo a razão pela qual o Brasil assistiu e poderia ainda assistir, segundo projeções do ensaio, a bem sucedidas manifestações populistas<sup>125</sup>.

Quanto à estrutura sindical, que Boito Jr. (2006) argumenta pertencer a ideologia populista, “continua em pé e, em grande parte, graças ao apego da maioria dos sindicalistas a essa estrutura”<sup>126</sup>. Pois:

---

<sup>125</sup> GOMES, Ângela de Castro . **O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito. Tempo, Rio de Janeiro , vol. 1, nº. 2, 1996, p. 4.

<sup>126</sup> BOITO JR, Armando. **Sindicalismo e política no Brasil**. Campinas, 2006. p.2.

No geral, consideramos que houve uma precipitação, da parte dos cientistas sociais, em considerar elementos como o grande movimento grevista dos anos 80, o surgimento da Central única dos Trabalhadores (CUT) e a criação de um partido político como o Partido dos Trabalhadores (PT) como indicadores de uma ruptura definitiva dos trabalhadores brasileiros e de suas direções organizadas com o passado populista. A estrutura sindical sobrevive porque sobrevive a ideologia populista e tanto essa estrutura quanto essa ideologia continuam produzindo efeitos políticos desorganizadores sobre o movimento operário e popular no Brasil.<sup>127</sup>

O sociólogo diz ainda que com as reformas ocorridas nas gestões do Ministério do Trabalho após a Constituição Federal de 1988, por Almir Pazzianotto, durante o governo Sarney, teriam considerado, precipitadamente, efetivada a liberdade e autonomia sindical no Brasil, superando de vez a estrutura sindical criticada anteriormente.

De fato, essas reformas, diferente do período dos governos militares, não exerciam nenhum poder punitivo aos sindicatos, destituindo suas diretorias, proibindo greves ou até mesmo bloqueando contas bancárias dos seus dirigentes, como acontecia com certa frequência anteriormente. Como exemplo da não repressão, tem-se a criação da CUT em 1983 – indo de contra a legislação vigente –, e logo depois foram surgindo outras organizações similares como a CGT e a Força Sindical<sup>128</sup>.

Apesar de o modelo ditatorial ter sido superado, a estrutura sindical permaneceu intacta e para Boito Jr. (2006) o que lhe dá essa característica é justamente o reconhecimento do sindicato pelo Estado, pois, o próprio Estado ainda pode exercer plenos direitos de cassação de mandatos e destituição de diretorias sindicais eleitas, uma vez que “foram suprimidos alguns dos efeitos da estrutura, mas sem se tocar nas causas, isto é, na própria estrutura”, em verdade, foi implementado um novo modelo de tutela pelo Estado, agora liberal.

Afinal o que vem a ser essa estrutura sindical que permaneceu durante tanto tempo e resistiu a vários acontecimentos históricos no Brasil?

---

<sup>127</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>128</sup> *Ibidem*.

A estrutura sindical, de maneira geral, é um conjunto de relações que tornam o sindicato um órgão oficial dependente do Estado; contendo a unicidade sindical; com taxas e impostos sindicais obrigatórios por força de lei da Justiça do Trabalho e, no limite, independentes dos trabalhadores.

Sobre os modelos do sindicalismo que se desenvolveu no Brasil Druck, *et. al.* (2000)<sup>129</sup>, traz alguns questionamentos sobre a possibilidade de se desenvolverem outros tipos de sindicalismo que não o que foi praticado durante tanto tempo no Brasil. A saber:

É possível construir um sindicalismo de compromisso no estilo social democrata, quando se vive numa era neoliberal, cuja hegemonia se construiu contra o pacto social fordista?, ou Qual o compromisso que se pode estabelecer com o patronato, quando o desemprego se torna uma variável de ajuste e competitividade e é uma das maiores ameaças aos trabalhadores, levando a uma luta desesperada pela sobrevivência e por um emprego? Nas condições históricas brasileiras em que não se constituiu um Estado de bem-estar-social e em que o estado brasileiro toma a forma neoliberal, que compromisso é possível de ser realizado?<sup>130</sup>

Através desses questionamentos sobre a possibilidade de se exercer um sindicalismo pendendo mais para as práticas socialdemocratas, em uma conjuntura neoliberal de moldes capitalistas como o Brasil, podemos situar a estrutura sindical do Sindoméstico/BA.

Ainda que sua estrutura organizacional não fuja por completo dos moldes do sindicalismo ainda vigente no Brasil, é possível perceber práticas de resistência e de compromissos democráticos em suas ações, ainda que em contexto neoliberal, adotadas ao longo de sua constituição e luta por direitos e reconhecimento, fugindo aos modelos que foram praticados por tanto tempo no país.

Compreendendo, desse modo, o cenário mais amplo do Brasil, o Sindoméstico/BA se configurou como um sindicato de resistência em meio aos processos de transformações pelas quais o Brasil passava com a

---

<sup>129</sup> DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES. **Sindicatos e Dirigentes Sindicais na Bahia dos Anos 90: Diagnóstico e Perspectivas.** Salvador, 2000.

<sup>130</sup> *Ibid.* p.154.

modernização tecnológica gerada pela globalização e suas contradições com a chamada reestruturação produtiva, ainda que a luta sindical tenha, por força reivindicativa tentado, tanto operar para atender as demandas da classe trabalhadora, quanto conciliando entre capital e trabalho em uma sociedade capitalista e desigual.

### **3.3 Estrutura sindical do Sindoméstico/BA no contexto dos anos 1990**

Sendo um dos sindicatos mais novos do Estado da Bahia a ser fundado no século XX<sup>131</sup> o Sindoméstico/BA carrega uma característica própria em relação aos demais sindicatos, não têm direito ao Imposto Sindical, e a contribuição de suas associadas não é descontada em folha, o que facilitaria sua arrecadação. Além disso, não compartilha do mesmo ambiente de trabalho, já que cada uma exerce as funções em diferentes casas e/ou ambientes domésticos.

Além disso, as pessoas que assumem cargos de direção no sindicato não são remuneradas. Tais aspectos acabam por colocar este tipo de sindicato em um lugar de resistência, mas, também, de vulnerabilidade, uma vez que, as trabalhadoras domésticas sindicalizadas tiveram que criar estratégias para manter-se na luta com a manutenção da existência do sindicato de forma ativa durante sua constituição e trajetória de luta. Uma das estratégias mais importantes para manter o funcionamento do sindicato foi, sem dúvida, a filiação das trabalhadoras.

Precisamos da compreensão das companheiras e dos companheiros que trabalham em residência no sentido de se associarem ao Sindoméstico e manterem as suas contribuições em dias, para que possamos continuar a luta na garantia dos Direitos já conquistados e

---

<sup>131</sup> Junto com o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário em relação aos mais antigos que são datados de 1919, que é o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e da Madeira do Estado da Bahia. Para saber mais sobre os sindicatos da Bahia nos anos 90 ver DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES. **Sindicatos e Dirigentes Sindicais na Bahia dos Anos 90: Diagnóstico e Perspectivas**. Salvador, 2000

na ampliação de outros direitos como: FGTS e Seguro Desemprego (obrigatórios), Acidente de Trabalho, etc.<sup>132</sup>.

Neste percurso, o sindicato desenvolveu formas de mobilização a fim de que mais trabalhadoras se associassem e, desta maneira, pudessem garantir a manutenção da entidade, uma vez que, muitas trabalhadoras procuram o sindicato, mas não se associam a ele<sup>133</sup> ou quando se filiam, na maioria das vezes, não mantêm as mensalidades em dia.

Em vista da inexistência do Imposto Sindical, que poderia gerar receita ao sindicato, adotou-se a estratégia de cobrar de cada associado o valor de 1% do salário-mínimo como contribuição mensal para seu funcionamento, por meio de um carnê produzido pela própria entidade.

Por falta de legislações que as respaldassem para exercer cargos de dirigentes sindicais, muitas trabalhadoras domésticas enfrentavam dificuldades para ocupar os cargos diretivos no sindicato – já que não eram remuneradas nem eram liberadas de seus serviços para exercer tais funções –, e acabavam por criar táticas para driblar os embates com seus patrões/patroas, no sentido de negociarem horários para participar das atividades do sindicato, além de contar com apoio de terceiros de outros sindicatos parceiros. Nos depoimentos trazidos por Leite (2007) verificamos exemplos desses obstáculos:

SIMOA: Quando eu é... quando eu me filiei no sindicato a gente fez uma reunião e formou uma diretoria, né? E a diretoria, a gente fez um plano que cada dia vinha 2 ou 3 no sindicato dar um plantão, a gente não tinha funcionário, não tinha nada. Aí foi um colega Inácio que era um coordenador que tava nos orientando nessa diretoria, ele disse “olha, vocês não tem estabilidade no emprego”, que até hoje a gente não tem, “vocês podem fazer uma carta, se vocês conhecem, vocês é que conhecem o patrão de vocês, se vocês quiser que a gente mande essa carta pra o seu patrão, essa carta num vai garantir nada pra vocês, eu sou petroleiro, eu posso ficar liberado conforme o meu sindicato e receber meu salário todo mês, vocês não. Tem isso. Pode

<sup>132</sup> Boletim O QUENTE, 2009, Nº101.

<sup>133</sup> Segundo Leite (2017) o sindicato contava com uma média de 2 mil a 3 mil inscrições em 2017, sendo que nem 100 pessoas contribuem mensalmente de forma ativa no momento. Para ela é um número muito baixo em relação à totalidade de integrantes da categoria, menos de 5% do total registrado apenas na região metropolitana da capital, e o Sindoméstico deveria abarcar todo o estado da Bahia.

ser que vocês leve essa carta, o patrão vá considerar que vocês vem dar o plantão” (LEITE, 2007, p. 82).

Diante de tais dificuldades, o sindicato dos trabalhadores domésticos da Bahia buscou formas de manter-se funcionando e de forma ativa construiu uma trajetória de luta ao passo que acompanhou as principais mudanças ocorridas no Brasil desde a década de 1990, ano de sua fundação. Com a chamada reestruturação produtiva pelo qual o Brasil estava imerso, as mudanças nas relações de trabalho mudaram e o sindicato teve que criar estratégias para lidar com as demandas da classe trabalhadora doméstica, oriunda dessas transformações, seguindo atento à proteção e cobrança da garantia dos direitos trabalhistas.

A reestruturação produtiva teve início na segunda metade do século XX e correspondeu a uma flexibilização do trabalho na cadeia produtiva. No Brasil, no início dos anos 1990, desenvolveu-se uma série de estratégias econômicas em direção a integrar sua economia nacional ao processo, que estava em expansão, nos países ditos desenvolvidos no mundo, com a globalização, e o objetivo de abandonar de vez o modelo de desenvolvimento praticado nos anos 1950 e 1960. Entre muitas outras questões, o país passou a priorizar a abertura comercial para o capital privado, deixando, cada vez menos, a interferência do Estado agir sobre a relação de mercado. Tanto na indústria quanto na, cada vez mais ascendente prestação de serviços, levando a uma redefinição do emprego, com a consolidação de um padrão flexível das relações de trabalho. Deste modo, as ações do Estado brasileiro passaram, gradativamente, a concentrar forças para atender as exigências do competitivo mercado internacional<sup>134</sup>.

Diante desse cenário, com cada vez menos proteção legal e institucional para os trabalhadores, foi dado espaço para a produtividade e lucratividade a todo custo. Os trabalhadores, dessa forma, passaram a ficar cada vez mais à mercê das condições individuais de negociação do competitivo mercado, que

---

<sup>134</sup> FERREIRA; DELGADO. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). RJ. Civilização Brasileira, 2018, p. 101.

visava, acima de tudo, a produtividade geradora de lucro. Portanto, o que essas mudanças trouxeram para o cenário nacional foi empregados sem garantias e proteções legais perante o Estado, dando espaço à "precarização do trabalho", desrespeitando, especialmente, os Direitos Humanos que será reverberado de forma contundente na prestação do serviço doméstico<sup>135</sup>.

Nesse momento da história do Brasil houve uma significativa redução do emprego formal, principalmente nas grandes empresas, fazendo crescer o uso da subcontratação/terceirização, do trabalho informal, do trabalho por conta própria e do trabalho em domicílio com a participação das mulheres.

Segundo Baltar e Krein (2013) *apud* Ferreira e Delgado (2016),<sup>136</sup> no período entre 1980 e 1990, esse tipo de contratação passou a fazer parte das relações de trabalho no Brasil e apenas atendia às exigências do mercado produtivo, acabando por gerar explorações contratuais e levando a vulnerabilidade da classe trabalhadora.

Não obstante, com a Constituição de 1988, o trabalho e os direitos sociais passaram a atender às principais demandas dos trabalhadores, com destaque aqui para o direito à organização em sindicatos e em movimentos sociais, unidos pela luta de resistência contra a ditadura militar de 1964. "A luta pela democratização do país teve a participação decisiva desses atores políticos, e a sua mobilização foi fundamental para a incorporação de novos direitos ao texto constitucional"<sup>137</sup>.

Ferreira e Delgado (2018), confirmam ainda que pesquisadores da temática do trabalho e do sindicato, que acompanharam o desenvolvimento do processo constitucional, tais como Leôncio Martins Rodrigues (1988) e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1996) reconhecem:

A importância dos mecanismos de pressão utilizados pelo movimento trabalhista organizado para mudar ou manter itens da pauta legislativa, mas detectaram também um caráter híbrido nas mudanças na medida em que alguns aspectos da CLT foram mantidos apesar de

---

<sup>135</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>136</sup> *Idem*, p. 103.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 104.

significarem a confirmação de uma marca do corporativismo bastante combatida pelo movimento sindical no período da ditadura<sup>138</sup>.

Seguindo nessa direção, o movimento das trabalhadoras domésticas, atento às transformações políticas e sociais do Brasil, soma-se à classe trabalhadora na luta para pressionar por mudanças na legislação e mais direitos para a categoria. O boletim *O Doméstico* relembra esse momento da luta das trabalhadoras domésticas, quando descreve os direitos trabalhistas recém-conquistados com a Constituição Federal de 1988, graças ao esforço coletivo da luta dessas trabalhadoras, exemplos são: Salário mínimo; 13º salário; Férias de trinta dias; Aviso prévio; Aposentadoria; Licença gestante de 120 dias; Licença paternidade; Repouso semanal remunerado; Licença acidente de trabalho; Vale-transporte e todos os benefícios da previdenciários, exceto o salário família.<sup>139</sup>

### **3.4 Quem são os/as dirigentes do Sindoméstico/BA?**

Ao analisar 40 sindicatos de diferentes segmentos da Bahia nos anos 90, Druck *et. al.* (2000) identificou um perfil típico dos dirigentes sindicalistas baianos, quanto a sua cor/raça, faixa etária, ano de atuação e orientação política partidária. Revelou-se que esses dirigentes são em sua maioria eram:

Homem, com idade entre 26 e 45 anos, negro, originário do próprio estado da Bahia, casado, pai de até 3 filhos, com 2º grau completo ou superior completo, ocupado e exercendo a mesma atividade profissional há mais de 10 anos. Ademais, participando do sindicato, ao qual se encontrava vinculado, por um período que varia de 4 a 10 anos, mesmo intervalo de tempo em que se encontra afastado de sua profissão, na condição de empregado liberado pela empresa. O envolvimento e participação desse dirigente no movimento sindical compreende, em geral, um período de 10 a 20 anos. Tem preferência partidária definida (PT ou PCdoB), mas sem experiência de candidatura a cargos no executivo e/ou legislativo<sup>140</sup>.

---

<sup>138</sup> *Ibidem*.

<sup>139</sup> Boletim informativo *O DOMÉSTICO*, 1991, nº1.

<sup>140</sup> FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. recurso digital (O Brasil republicano; 5), p.102.

Diante das características apresentados pelo estudo citado, percebe-se que o perfil dos dirigentes do sindicato das trabalhadoras domésticas na Bahia dos anos noventa, fugia a essa constatação. Exceto pelo quesito cor/raça, constituiu-se, na verdade, por uma diretoria feminina, de maioria negra, solteira, com apenas o primeiro grau incompleto, exerciam a profissão ao mesmo tempo em que ocupavam cargos de direção no sindicato, pois, não eram dispensadas e de preferência partidária a partidos de esquerda<sup>141</sup>.

Com a fundação do Sindoméstico/BA em 13 de maio de 1990, formou-se sua primeira diretoria, composta pelas seguintes representantes: Creuza Maria Oliveira como presidenta, na Secretaria Geral Eudete Brandão dos Santos, Tesoureira Joana Pereira de Araújo, na secretaria de imprensa e divulgação Maria José S. Alves, na secretaria de assuntos jurídicos Maria das Neves C. França, na secretaria de formação Sindical Tereza Clara Santos e por último, na Secretaria de Serviços Sociais Maria Lucia Melo dos Santos<sup>142</sup>.

Com isso, pode-se aferir sobre o perfil da estrutura ocupacional do Sindoméstico/BA no ano inicial de sua fundação. Formalmente, o sindicato é composto por uma diretoria contendo uma presidência, uma tesouraria e as seguintes secretarias: Geral, de imprensa e divulgação, assuntos jurídicos, formação sindical e uma secretaria de serviços sociais. Interessante observar que, diferente dos outros sindicatos da Bahia, que contam em seu corpo diretivo com a maioria de homens, a presidência do Sindoméstico/BA foi formada 100% por mulheres, ao longo de sua constituição. Ademais, foram sendo criados cargos diretivos, para contemplar a participação de mais associadas na organização, o que pode ser entendido como uma estratégia criada pelo sindicato para a sua própria manutenção.

O próprio Sindoméstico é um indicador. Tem 1.700 associados, número bem aquém do universo que representa, dos quais apenas 50 frequentam a entidade com alguma regularidade. **"Em muitos sindicatos há até briga por vagas na diretoria. Aqui, temos que**

---

<sup>141</sup> Dados extraídos das fichas de filiação (1990-2013).

<sup>142</sup> Boletim informativo, *O Doméstico*, nº 1, ano I, 1991.

**puxar pela gola**", assinala Cleuza (A TARDE, 1999 grifos da autora)  
<sup>143</sup>.

Druck *et. al.* (2006) analisando os sindicatos da indústria, do serviço e do comércio na Bahia e o perfil dos seus dirigentes, afirmaram que:

Dos 40 sindicatos pesquisados, foram entrevistados, ao todo, 305 dirigentes sindicais, distribuídos setorialmente da seguinte forma: 191 nos serviços (63%), 100 na indústria (33%) e 14 no comércio (4%). A participação dos homens (242) nas diretorias dos sindicatos é quase quatro vezes maior do que a das mulheres (63%), o que significa que quase 80% dos cargos são ocupados pelos primeiros. Do ponto de vista setorial, essa diferença é maior na indústria (92% de homens contra 8% de mulheres) do que nos serviços (72% de homens contra 28%), o que reflete o fato de que a ocupação feminina no mercado de trabalho se dá, majoritariamente, nesse último setor. Essa realidade se expressa também na circunstância de 84% das mulheres dirigentes sindicais participarem de sindicatos do setor de serviços, enquanto, entre o total dos homens, esse percentual cai para 57%<sup>144</sup>.

Diante disso, pode-se afirmar que o Sindoméstico/BA se caracteriza por ser uma exceção entre os demais sindicatos dos anos noventa na Bahia, no que tange a proporção de mulheres ocupando o corpo diretivo, mesmo fazendo parte da parcela da ocupação feminina no setor de serviço. Como foi observado nos boletins informativos, ao longo dos anos de sua constituição, a composição do quadro diretivo do sindicato foi formada por 98% de mulheres.

Em 1997 a diretoria foi eleita com 100% de mulheres na sua composição. A diferença foi que, nesse ano, contou com a adição dos cargos de suplência, conselho fiscal e do conselho de representante. Passados os três anos de gestão, em 1999, novamente elege com chapa única mais uma diretoria composta pela maioria absoluta de mulheres para o triênio 1999/2002, seguindo com eleições sem disputas abertas aos cargos, em que Creuza Oliveira seguiu como presidenta. No entanto, algumas alterações dinamizaram

---

<sup>143</sup> Jornal A TARDE. **Empregado doméstico encontra crise no mercado de trabalho**. Junho, 1999.

<sup>144</sup> DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES. **Sindicatos e Dirigentes Sindicais na Bahia dos Anos 90: Diagnóstico e Perspectivas**. Salvador, 2000, p. 157.

o quadro diretivo e as mulheres eleitas transitavam entre os cargos, ora subindo de espaço de direção, ora renovando com novas associadas<sup>145</sup>.

Contudo, percebeu-se certa ausência de disputas internas para a ocupação dos cargos de direção, ainda que apresentasse um dinamismo entre os setores, pois existia rotatividade entre as associadas ao se deslocarem de um cargo para outro. Essa ausência pode ser explicada pela desproporcionalidade da representação das trabalhadoras domésticas no sindicato, apesar de ser o maior contingente da mão de obra feminino na Bahia na prestação desse serviço, apenas 50 das 1.700 tinham frequência na entidade, diferente dos sindicatos de outras categorias, como revelou Creuza Oliveira ao jornal *A Tarde*, já citado.

Seguindo a trajetória da estrutura ocupacional, o Sindoméstico/BA só veio a contar com a presença de um membro homem no corpo diretivo no ano de 2008, quase vinte anos depois de sua fundação. Quando questionada sobre a ausência de mais homens no sindicato, uma das diretoras narrou que:

CREUZA: Não tem muitos homens não. Os homens que vem aqui... raros... que agora... é raro agora, né. (...) De vez em quando vem o doméstico aqui pra homologar, mas pra associar não. Associado tem pouquíssimos. Tem Francisco, né, que tá aí com a gente há quase oito anos, que vai fazer aqui conosco. É... né... mais presente e participante é Francisco. **Tinha Augusto, mas Augusto foi assassinado, né, que era outro também bem atuante no sindicato. Ele foi assassinado com requinte de crueldade, e ele diretor aqui do sindicato.** Ele era homossexual e ele não... não... eu acho que ele nem era homossexual, era bi, né. Porque ele também namorava mulheres e tinha parceiros, né. (...) BIANCA: E como é que você vê essa participação ou a não participação... a ausência... você acha que quais fatores que provocam isso, que os homens não estejam aqui? CREUZA: Olha, na verdade assim, a participação dos homens é porque **os homens não se admitem trabalhador doméstico.** Motorista particular que chega aqui, eles ficam até chateados quando o patrão traz ele aqui, porque queria que levasse eles no sindicato dos rodoviários. E aí quando diz que motorista particular é doméstico, ele não quer admitir, né (informação verbal). BIANCA: É... tem muitos homens filiados aqui? LUIZA: Não, tem pouquíssimos. **Tem pouquíssimos. 98% são mulheres, 2% são homens. Até porque eles têm vergonha de dizer que é trabalhador doméstico.** Eles vêm, quando vem fazer cálculo

<sup>145</sup> Boletim O QUENTE. **É Preciso Renovar as Esperanças**. 1999, ano VII, nº 62, p. 2

trabalhista, vem fazer homologação, mas pra se associar não... Faz, resolve o problema e vai embora.<sup>146</sup>

Diante do exposto, observa-se que o primeiro homem eleito na diretoria do Sindoméstico/BA era homossexual ou bissexual e fora cruelmente assassinado e, mesmo que não se revele explicitamente na fala de Creuza que o fato tenha ligação com a orientação sexual de Augusto, ele representava uma pequena parcela dos representantes de um sindicato do setor de serviço, que a propósito, não é apenas exercido por mulheres. Tal questão se deve ao fato desse tipo de profissão, como já discutimos, ter sido historicamente estigmatizada e sofrido preconceitos diversos.

O número reduzido de homens tanto no corpo de direção do Sindoméstico/BA quanto de associados a ele se deve, também, por muitos dos trabalhadores domésticos homens não se declararem como "domésticos", fruto de estigmas sexistas que carregam a profissão. Para o sindicato, essa autodeclaração por parte do trabalhador homem é fundamental para o reconhecimento do valor social do trabalho doméstico, tão reivindicado entre as lutas da categoria.

De igual modo, verificou-se que a composição de dirigentes da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD possui histórico de ter em seu corpo de dirigentes a maioria de mulheres. Como foi confirmado no evento da entidade no ano de 2011 com a posse da nova diretoria para o quadriênio 2011/2015, que contou com a participação de dois dirigentes do Sindoméstico/BA. O evento refere-se ao seu 10º Congresso Nacional, realizado em Pernambuco, que elegeu para Secretária Geral Francisco Xavier de Santana do Sindoméstico/BA, como primeiro membro do sexo masculino a compor um cargo na entidade.

Para o entendimento do Sindoméstico/BA, a categoria do trabalho doméstico não é apenas exercida por mulheres, ainda que se reconheça a grande maioria feminina nessa ocupação, como já discutido no capítulo II.

---

<sup>146</sup> LEITE, Bianca Muniz. **“Audácia”**: a emenda constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do SINDOMÉSTICO Bahia. Dissertação de mestrado. Salvador. 2017, p.18.

A estrutura ocupacional que se configurou no Sindoméstico ao longo dos anos, apresenta um indicador do quadro das ocupações do trabalho doméstico no Brasil. São, em sua maioria, mulheres, negras, jovens e de baixa escolaridade, advindas do interior da Bahia. Daí ser necessária a perspectiva interseccional para compreender suas dinâmicas. Ademais, a formação política tornou-se uma constante na sua construção política.

### **3.5 Formação política e as principais bandeiras de luta**

A formação política agregou um conjunto de práticas que passaram a integrar uma agenda fixa das atividades desenvolvidas pelo sindicato desde os anos iniciais de sua formação. Foi possível verificar, nos arquivos e boletins informativos, as principais pautas contidas nos conteúdos dessas formações, por meio de cursos, palestras e seminários ligados às temáticas: de raça, gênero, direitos trabalhistas, bem-estar social e formação sindical.

Dentre os cursos oferecidos que mais aparecem na documentação disponível, tem-se: a) Curso de Qualificação Profissional voltados para o trabalho doméstico; b) Cursos na área da saúde (prevenção de doenças); c) Cursos voltados ao aperfeiçoamento do trabalho doméstico relacionados aos cuidados (técnicas de arrumação, alimentação, higiene cozinha básica, congelamento, técnicas de arrumação, puericultura, informática etc.); d) Cursos de Formação Sindical; e) Cursos de Formação (sobre cidadania, raça, gênero, classe, direitos trabalhistas, geração, direitos previdenciários, combate ao trabalho infantil doméstico, políticas públicas em áreas como educação, saúde e moradia), entre outros.

O material produzido a partir desses cursos forma um arsenal de documentos históricos que, se cuidadosamente analisados, podem revelar elementos fundamentais para se compreender a complexidade das relações do trabalho doméstico a partir da visão das próprias trabalhadoras, assunto que não será aprofundado nesta oportunidade.

Esses cursos eram ofertados em parceria com diversas instituições do poder público local, estadual, e principalmente de iniciativas dos movimentos sociais negros de mulheres e sindical. Ateremos-nos àqueles que mais apareciam nos boletins informativos.

Para exemplificar tais ações, no ano 2000 foi realizada a segunda edição do programa Trabalho Doméstico Cidadão com a realização de vários cursos de formação e qualificação profissional, contando com várias edições ao longo dos anos. Esse programa foi realizado em parceria com a CUT e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, que pretendia garantir “melhoria nas condições de vida e trabalho das trabalhadoras domésticas, através do resgate de sua condição de trabalhadora e da cidadania”<sup>147</sup>.

A temática da saúde, moradia e da educação, tornaram-se elementos centrais dos assuntos debatidos nos cursos de formação. Pela particularidade do serviço prestado por essas trabalhadoras, a informação sobre saúde foi considerada prioritária, já que uma das características do serviço doméstico é a vulnerabilidade da exposição a doenças específicas do ambiente doméstico e, em especial, para as mulheres. Como mostrou o *Quente* de 2001:

**Para ter saúde é necessário ter: trabalho com condições dignas, moradia decente, alimentação saudável, lazer, educação.** Aí sim teremos saúde. Vejamos as doenças modernas. Stress não é mais uma doença "só dos ricos", mas de todas as mulheres. Para que isto não aconteça, devemos "fazer o que gostamos". No caso dos domésticos tem que ter um salário bom, pois o serviço por si só é desgastante, ter descanso habitual após almoço, conhecer o corpo e sua condição física quais são seus limites, ter o cuidado com os produtos químicos, trabalhar com segurança, usando luvas e botas de borracha. Ter cuidado com a LER (Lesões por Esforços Repetitivos), pois, ela traz atrofiamento dos nervos, isto se dá pela dupla jornada e as repetições das mesmas coisas por várias vezes ao dia<sup>148</sup>.

Nota-se que o sindicato tem um entendimento amplo sobre a questão da saúde e a prevenção de doenças, diretamente associado às condições dignas

---

<sup>147</sup> Boletim informativo O QUENTE, 2000, nº 66.

<sup>148</sup> *Idem* (grifos da autora), nº 72.

de trabalho. Segundo o sindicato, as doenças que mais acometem as trabalhadoras são: nervosismo, *stress*, dor de coluna, doenças provocadas por contato com animais domésticos, acidentes dos mais diversos, reumatismos, varizes, dores de artrose, etc., produzidas no trabalho doméstico sem os devidos cuidados de prevenção e proteção.<sup>149</sup>

No que se refere à educação, a partir do ano de 1998 o sindicato passou a divulgar mais abertamente a pauta como uma possibilidade de emancipação das amarras que o trabalho doméstico carrega. Dessa forma, o acesso à escola foi sendo tratado como prioridade e sendo incentivado para que mais pessoas pudessem concluir seus estudos, vide a quantidade significativa de trabalhadoras/es sem, ao menos terem o ensino médio completo, pela própria dinâmica do serviço que não exige um grau de instrução e pela falta de acesso aos estudos, onde, muitas mulheres não conseguiram concluir, formando um quadro de desigualdades sistêmicas.<sup>150</sup>

Somado a isso, alguns relatos levantados pelo sindicato mostraram que, em muitos casos, as trabalhadoras domésticas tinham que lidar com a desaprovação de seus patrões/patroas para conseguirem estudar, além dos entraves impostos a elas pelas próprias condições de trabalho como a falta de tempo e o cansaço decorrente da lida diária. Como a maioria migrou do interior para as capitais, a expectativa também era de acessar os estudos, no entanto, na prática, tinham que lidar com obstáculos para frequentar a escola, causando um número grande de trabalhadoras analfabetas e/ou com baixa escolarização. Em um trecho do Boletim Informativo, do sindicato advertia:

Estudar é preciso, pois, além de trabalhar para garantir o seu sustento, é importante que você também possa estudar com o objetivo de aprofundar os seus conhecimentos e ter uma formação escolar. **Sabemos que muitas patroas não têm interesse que a trabalhadora doméstica estude, pois fica mais fácil delas explorarem, além de acharem que elas têm o direito de estudar e que nós não temos.** Sabemos também que para nós é tudo mais difícil, porém temos que redobrar os nossos esforços no sentido de garantirmos a realização dos nossos ideais. Portanto, independente

---

<sup>149</sup> Para saber mais sobre a saúde das trabalhadoras domésticas ver AMORIM, Andréa Monteiro de. *Emprego em Serviços Domésticos e Efeitos Sobre a Saúde*. Salvador. 2008.

<sup>150</sup> O QUENTE, 1998, Nº 52.

da sua idade: lápis, caneta, borracha, livros e cadernos nas mãos e vamos em frente a caminho da escola, pois, estudar é preciso (O QUENTE, 2004, Nº81).

Para as trabalhadoras domésticas, estudar pode representar um caminho para sua própria liberdade ou para livrar-se da exploração tão presentes nas experiências do trabalho doméstico. Se considerarmos que, historicamente, pessoas negras já foram proibidas de estudar no período escravocrata, o não interesse dos patrões e patroas, na modernidade, para que as trabalhadoras estudem, perpassa por uma mentalidade que subjuga o negro ao lugar apenas servil, da eterna disponibilidade para o trabalho manual, o que não exige esforço intelectual.

Já a luta pela moradia na Bahia, foi construída a partir da relação do sindicato com o poder público, local, estadual ou de programas federais de habitação. O direito à moradia é umas das pautas mais caras para o movimento e somaram-se a uma das conquistas alcançadas pelas trabalhadoras baianas e articulada pelo Sindoméstico/BA. Esta conquista teve um peso significativo para o movimento, visto que, historicamente, a situação de vulnerabilidade com a qual foram expostas durante anos conferiu-lhes uma característica típica do emprego doméstico no Brasil: a troca da força de trabalho por moradia e alimentação, abrindo brecha, por exemplo, para situações análogas à de escravizados com casos, inclusive, de cárcere privado

151

Com isso, o sindicato passou a reivindicar nas prefeituras e secretarias dos Governos do Estado, projetos de construção de casas destinadas às

---

<sup>151</sup>O Artigo 149 do Código Penal considera trabalho realizado em condição análoga à de escravo a que resulte das seguintes situações, quer em conjunto, quer isoladamente: a submissão de trabalhador a trabalhos forçados; à submissão de trabalhador a jornada exaustiva; a sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho; a restrição da locomoção do trabalhador, seja em razão de dívida contraída, seja por meio do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, ou por qualquer outro meio com o fim de retê-lo no local de trabalho; a vigilância ostensiva no local de trabalho por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho; a posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho. Disponível em <<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>> Acesso em 02 de junho de 2021.

trabalhadoras domésticas, aproveitando os recursos de programas dos governos federal, estadual e municipal destinados a pessoas de baixa renda.

O direito à moradia se tornou um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas no ano de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>152</sup> e os primeiros registros de programas de habitação voltados para trabalhadoras domésticas na Bahia datam do ano de 2007.

O sindicato empreendeu diversas ações voltadas para a implementação do projeto que garantiu a construção de moradias para as trabalhadoras domésticas em algumas localidades da Região Metropolitana de Salvador em parceria com a já constituída FENATRAD, Governo Federal e Governo do Estado. A partir da prefeitura do município de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, o projeto foi lançado pela primeira vez para sua execução, atendendo uma parcela significativa de famílias que não possuíam habitação própria naquela região. Na ocasião dessas ações, o sindicato passou a atuar estrategicamente com mais força em eventos de promoção de políticas públicas estaduais a fim de cobrar dos poderes públicos a efetivação de tais direitos e projetos<sup>153</sup>.

Vale ressaltar, contudo, que não se percebeu uma aproximação mais iminente do Sindoméstico/BA com municípios de outros territórios de identidade da Bahia, verificando apenas um diálogo mais direto com as localidades da Região Metropolitana de Salvador, como Lauro de Freitas, Camaçari e Dias D'Ávila. Isso pode ter relação com as dificuldades estruturais que o sindicato lida que acabam por dificultar um alcance mais próximo com os outros municípios do interior – em que pese a quantidade expressiva de trabalhadoras advindas de diversos territórios de identidades da Bahia, como demonstrado no capítulo anterior.

---

<sup>152</sup> Entrevista de Raquel Rolnik. A urbanista fala sobre o atual projeto da relatoria da ONU: “Mulheres e o direito à moradia”. Por Débora Prado. Caros Amigos, 12 de julho de 2011. Disponível em: <<http://carosamigos.com.br/cotidiano-2/1982-entrevista-raquel-rolnik-fala-sobre-projeto-da-onu-mulheres-e-o-direito-a-moradia>> Acesso em: 01 de setembro de 2021.

<sup>153</sup> Boletim informativo O QUENTE, N° 96, 2007.

Dito isto, o contexto político da Bahia no ano de 2007 entrava em mais um momento de transição com a entrada no Governo Estadual do governador eleito Jaques Wagner (2007-2009) do PT, conformando um novo grupo político que pretendia romper com os moldes do governo anterior de Paulo Souto (2003-2007) e da herança carlista<sup>154</sup>. E no município de Lauro de Freitas, por sua vez, a liderança do governo municipal estava a cargo da prefeita Moema Gramacho (2005-2012) também do PT que, no ano de 2007, publicou no Diário Oficial da cidade a construção de 2.147 casas populares que pretendiam reduzir o déficit habitacional da cidade. Desse projeto, 300 casas eram destinadas às trabalhadoras domésticas da região, onde seriam construídas no Espaço Cidadão no bairro de Itinga. Importante observar ainda que a prefeita anunciou a parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, destacando a boa relação que possuíam, já que, ambos faziam parte do mesmo partido político<sup>155</sup>.

O jornal *A Tarde* de abril de 2007<sup>156</sup> registrou o momento da realização desse projeto. A matéria publicada por Marta Erhardt (2007) mostrou que antes do projeto ser executado foi realizada uma pesquisa pela Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Cidadania – SETRASC da prefeitura de Lauro de Freitas para traçar o perfil das trabalhadoras domésticas da cidade. O levantamento foi realizado em parceria com a FENATRAD e com o Sindoméstico/BA, que entrevistaram 560 trabalhadoras domésticas do município. Os dados apresentados mostraram que:

Cerca de 10 mil trabalhadores domésticos atuam no município, segundo estimativa da SETRASC. Cozinheiras, caseiros, faxineiras, arrumadeiras, babás, diaristas e motoristas particulares foram algumas das pessoas que responderam ao questionário que traçou um perfil da categoria. Do total, 91,42% são mulheres. [...] 14,64% das entrevistadas não completaram o ensino médio e 65,89% não concluíram o ensino fundamental<sup>157</sup>.

---

<sup>154</sup> LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Políticas Culturais na Bahia: Gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jaques Wagner (2007-2009)**. Salvador. 2011.

<sup>155</sup> D.O.U. Lauro de Freitas, julho de 2007, p.2.

<sup>156</sup> Jornal A TARDE, abril de 2007.

<sup>157</sup> *Idem*.

Na ocasião, o Sindoméstico/BA através das diretoras Marinalva de Deus Barbosa e Maria de Lourdes, reforçaram a importância da pesquisa para construção de políticas públicas voltadas para os direitos da categoria e principalmente para a habitação. Nesse momento o projeto ainda estava em fase de avaliação e contava com os recursos do Ministério da Cidadania para sua execução, ainda naquele ano.

A demanda por uma política pública específica na área habitacional fundamenta-se nos relatos das próprias trabalhadoras, sobre a situação de precariedade que vivenciam principalmente aquelas que dormem no local de trabalho, pois, não é garantido privacidade nem descanso adequado, já que, muitas extrapolam o horário do serviço e quando demitidas ficam em situação de vulnerabilidade social. Diante dessa especificidade, o direito à moradia torna-se uma possibilidade dessas trabalhadoras exercerem sua própria cidadania.

Segundo Cristina de Fátima Guimarães (2011):

Para responder a essa demanda, em 2006 foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica, envolvendo o Ministério das Cidades, o M.T.E, SPM/PR, SEPPIR/PR e a Caixa Econômica Federal- CAIXA, objetivando a construção de habitações de interesse social destinada às associações, cooperativas e entidades representativas dos profissionais trabalhadores domésticos. Diversas reuniões foram realizadas pela FENATRAD junto aos órgãos federais envolvidos nesse acordo, porém, avançou-se pouco nos propósitos. Não houve uma definição concreta de ação. Em algumas cidades como Lauro de Freitas-BA, Recife, São Paulo e Campinas os Sindicatos iniciaram uma conversa com as Secretarias Estaduais de Habitação e a Secretaria Estadual da Mulher (caso de Recife), mas somente o município de Lauro de Freitas/BA, avançou na proposta. Ali, a Prefeitura Municipal destinou uma área de 56 mil m<sup>2</sup> para a construção 2.500 unidades residenciais<sup>158</sup>.

Pode-se afirmar, desse modo, que são diversas as causas do incipiente sucesso da política habitacional. Elas vão desde a falta de vontade política dos

---

<sup>158</sup> GUIMARÃES, Cristina de Fátima. **Em busca de políticas públicas de proteção social: a organização das trabalhadoras domésticas**. Brasília-DF, 2011. p.39.

governos estaduais e municipais até as dificuldades provocadas pelos procedimentos burocráticos da Caixa Econômica Federal, por exemplo.

Na Bahia, como dito, o projeto só veio a consolidar-se no ano de 2010, com a construção do Conjunto Habitacional Laudelina de Campos Mello na cidade de Lauro de Freitas. De fato, o intento se consolidou, mas, só foram construídas 198 unidades habitacionais além de contar com uma creche, um centro comunitário e uma quadra<sup>159</sup>, fruto das ações que iniciou em 2007 e que tiveram a participação das entidades sindicais e das trabalhadoras. A construção dessas casas não resolve o problema estrutural da população de baixa renda que não possui moradia própria, mas, foi considerada pelo Sindoméstico/BA um avanço das lutas alcançadas pela categoria:

Sabemos que não é o suficiente, entretanto, é o início de um novo tempo para as trabalhadoras domésticas da Bahia, pois, não é fácil trabalhar o tempo todo e não ter condições de adquirir o direito à moradia<sup>160</sup>.

Laudelina de Campos Mello, nome dado ao Conjunto Habitacional em Lauro de Freitas, é uma das representações mais importantes para o movimento das trabalhadoras domésticas no Brasil. Sua referência se dá, ora por sua importância histórica, sendo a primeira trabalhadora a fundar uma Associação de trabalhadores domésticos, ora por sua atuação política e militante ativa por “uma vida dedicada à luta” em favor da causa das trabalhadoras domésticas. A trajetória de vida de Laudelina, de certo, se confunde com a trajetória das lutas políticas que serviram de base para a conquista de direitos para a categoria do trabalho doméstico por diversas outras trabalhadoras que deram continuidade a seu projeto<sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> PREFEITURA Municipal de Lauro de Freitas. **Plano Municipal da Habitação de Interesse Social**. Relatório da II Etapa, junho de 2011. Disponível em: <[http://sedur.laurodefreitas.ba.gov.br/conselhos/cmh/pmhis/relatorio\\_etapa\\_ii.pdf](http://sedur.laurodefreitas.ba.gov.br/conselhos/cmh/pmhis/relatorio_etapa_ii.pdf)> Acesso em 06 de setembro de 2021.

<sup>160</sup> Boletim O QUENTE, Nº106, 2010-2011, p.2.

<sup>161</sup> PINTO, Elisabete. **Etnicidade, Gênero e Educação**: a trajetória de vida de dona Laudelina de Campos Mello (1940-1991). São Paulo. 2015.

Em Salvador, a luta por moradia para as trabalhadoras domésticas teve sua primeira concretização em 28 de setembro de 2012, data em que o Conjunto Habitacional 27 de Abril foi construído no Bairro de Doron, na região do Cabula, em Salvador/BA. Construído com 80 apartamentos destinados às famílias das trabalhadoras domésticas da capital baiana. O projeto contou com a participação do Sindoméstico/BA da FENATRAD e teve a parceria do Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano - SEDUR e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia - CONDER<sup>162</sup>.

O nome dado ao conjunto habitacional faz alusão ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, data escolhida em homenagem a Santa Zita de Lucca, que nasceu na Itália e trabalhou como trabalhadora doméstica desde seus 12 anos e foi considerada padroeira da categoria. Tal referência teve influência da Pastoral das Domésticas que funcionava em uma Igreja católica na Praça da Sé, em Salvador.

A relação com a igreja nesse momento, pode ser lida por uma posição paternalista em relação ao grupo, infantilizando as trabalhadoras, incentivando-as a serem obedientes com suas patroas. Ainda que o posicionamento de Creuza Oliveira represente uma atitude de resistência a esta influência da igreja, o dia 27 de abril permaneceu como uma data de referência para o movimento das trabalhadoras domésticas na Bahia, mesmo após a consolidação do movimento das trabalhadoras nos sindicatos. Retomaremos esta discussão no próximo tópico sobre as estratégias de resistência das trabalhadoras domésticas na Bahia.

O Conjunto Habitacional 27 de Abril foi planejado pelo próprio Sindoméstico/BA e pelo movimento das trabalhadoras na capital. O objetivo era atender uma demanda em que muitas trabalhadoras domésticas na Bahia ainda se encontravam morando no local de trabalho, ou pagavam aluguel em áreas de risco com dificuldades para adquirirem a casa própria, ressalta-se que o momento político daquele ano favoreceu a realização do projeto.

---

<sup>162</sup> Boletim O QUENTE, 2012, p. 2

A partir do governo Lula, a luta por moradia que durava anos passou a ser respondida. Em 2007 a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) começou as tratativas e em 2012 o conjunto habitacional pôde ser entregue, durante a gestão do governador Jaques Wagner, através do projeto A Casa da Gente. O conjunto, situado no fim de linha do bairro do Doron tem no seu nome a homenagem ao Dia Nacional das (os) trabalhadoras (es) domésticas (os) e seus quatro prédios levam os nomes das guerreiras de luta sindical: as baianas Maria das Graças, Maria José Alves e Teófila Nascimento, além da pernambucana e única viva Lenira de Carvalho (O QUENTE, Ano XX, nº117, 2014).

Cada prédio construído faz homenagem a uma trabalhadora doméstica já falecida que atuou no movimento sindical no Brasil: Prédio I - Maria José Alves; Prédio II - Maria das Graças; Prédio III - Lenira Carvalho e; Prédio IV - Teófila Nascimento. Em anexo aos quatro prédios, também foi construído uma creche<sup>163</sup> e um parque para as crianças das famílias contempladas, bem como, para a comunidade ao entorno, além de uma pracinha com bancos e um estacionamento.

Segundo Luísa Maria Silva Dantas (2016),<sup>164</sup> o conjunto residencial 27 de abril foi construído com quatro prédios, cada um com vinte apartamentos, com quatro apartamentos por andar, além do térreo. Através de um cadastro feito no sindicato, 55 trabalhadoras domésticas foram contempladas com a casa própria. Os outros 25 apartamentos foram entregues a mulheres que tinham sido cadastradas pela CONDER, mas que em sua maioria também eram trabalhadoras domésticas.

Para as trabalhadoras domésticas o direito à moradia significa liberdade de poderem voltar para casa e cuidar da sua própria família, podendo impor certo limite ao controle constante dos seus patrões. No entanto, o processo de saída da casa dos patrões não se deu espontaneamente, pois, muitas

---

<sup>163</sup> Até aquele momento a creche se encontrava sem funcionamento, por falta de recursos humanos para gerir o local, somando-se a mais uma reivindicação das trabalhadoras.

<sup>164</sup> DANTAS, Luísa Maria Silva. **As Domésticas Vão Acabar?** Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA Porto Alegre – RS. 2016, p. 322.

trabalhadoras, dependentes emocional e economicamente da casa dos seus patrões, se depararam com o receio de ficarem expostas a vulnerabilidades.

Às vezes, a gente assim, meia medrosa porque a gente tava acostumada a morar na casa do patrão, né, com toda a segurança dentro da casa do patrão. Tinha segurança assim, de você não tá com o pé na lama, tinha uma estrutura apesar de não ser tua casa, **e a gente ter o quarto lá de empregada, que é na verdade um depósito, onde se bota tudo que não presta é no quarto de empregada, né? Mas, pelo menos, a gente tinha um lugar, um plano e tal, né;** então, quando surgia assim uma ocupação, a gente ficava preocupada de tá morando num local de ladeira, de, a preocupação de pegar ônibus, cheio, pra ir trabalhar. E outra coisa que a patroa faz muita lavagem cerebral nas nossas cabeças, né? Ah, vocês tem casa, tem comida, se você for morar em outro lugar, vai ter que pagar aluguel! O dinheiro que vocês ganham, aí vai gastar com aluguel, não sei que... Então, acaba, ônibus cheio! Aí começa a botar um bocado de coisa na nossa cabeça que a gente fica com medo de enfrentar essas coisas para ter nossa moradia própria<sup>165</sup>.

Segundo Maria Aparecida Prazeres Sanches (1998) se morar no emprego era uma exigência recorrente entre as famílias que empregavam as trabalhadoras domésticas, na maioria das vezes, as casas dos empregadores não possuíam cômodos destinados a abrigar a doméstica que os servia. “Na falta de um local apropriado, comumente as domésticas dormiam no chão da cozinha ou da sala. As famílias de melhor situação econômica construíam um vão, contíguo à cozinha ou destinavam pequenos cômodos no sótão, onde abrigavam as domésticas”<sup>166</sup>. Locais, na maioria das vezes, insalubres e com pouco espaço para que as trabalhadoras pudessem guardar suas coisas<sup>167</sup>.

Ademais, para as trabalhadoras domésticas vivenciarem a experiência de ir e voltar do trabalho, tal como outras categorias, além de romper, pelo menos em parte, o ciclo de dependência com os patrões, refletia também a ocupação dos espaços urbanos por parte dessa trabalhadora, pela possibilidade de alargar suas percepções de mundo, inclusive, sobre o direito à

<sup>165</sup> Creuza Oliveira, entrevista à DANTAS (2016).

<sup>166</sup> SANCHES, Maria Aparecida Prazeres . **Fogões, Pratos e Panelas:** poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950. Salvador 1998, p. 55-56.

<sup>167</sup> Para ver mais sobre a evolução do espaço doméstico da morada brasileira ler VIANA, Maíra Boratto Xavier e TREVISAN, Ricardo. **O “Quartinho de Empregada” E Seu Lugar Na Morada Brasileira.** Porto Alegre, 2016.

cidade<sup>168</sup>, podendo reivindicar pautas, como, por exemplo, o direito à moradia e a mobilidade urbana. O medo incutido pelos patrões, disfarçados de proteção, além de abrir brecha para estenderem as jornadas de trabalho, levou muitas trabalhadoras a não reivindicar tais direitos, favorecendo a dependência emocional com essas famílias.

Para o historiador João José Reis (1992) analisando a obra de Sandra Lauderdale Graham (1992) “Proteção e obediência - criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910” o trabalho doméstico, realizado por mulheres negras no período da escravização no Brasil, transitava entre duas esferas essencialmente conectadas: a casa e a rua. Esses dois territórios, interligados, simbolizavam no imaginário social, respectivamente, proteção, perigo e/ou vulnerabilidade, muito embora esses mesmos espaços pudessem ter representações opostas, por exemplo, para as “empregadas” que viam a rua como espaço de expressão de liberdade e possibilidade de comunicação fora do ambiente privado da casa, onde tinham um sentido maior de perigo e controle.

A casa é vista como o domínio de patrões e patroas, onde as empregadas podem encontrar proteção das mazelas urbanas, mas quase nenhum espaço de expressão independente. As amas-de-leite e arrumadeiras podiam penetrar fundo nos segredos e intimidades das famílias que serviam, mas, como outras empregadas de ontem e de hoje, seu comportamento e seu lugar no espaço doméstico estavam rigorosamente delimitados e controlados. [...] A proteção da casa só pode ser entendida em contraste com a insegurança da rua. Para os patrões, as criadas eram pessoas da rua, colocavam a casa em perigo até serem devidamente "domesticadas". Feito isso, a rua podia vir a ser perigosa também para as próprias domésticas. O braço protetor do patrão nem sempre era longo, forte ou disponível o bastante para impedir a violência masculina, o abuso policial, a indigência e a insalubridade do mundo lá fora<sup>169</sup>.

A insegurança da rua para as “empregadas” do período escravocrata significava, mesmo com as mazelas sociais, o distanciamento dos conflitos

---

<sup>168</sup>Ver mais sobre conceito do direito à cidade em BURGO, Rosalina (2016). Disponível em <[http://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_rosalinaburg.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/xiv_rosalinaburg.pdf)> Acesso em junho de 2021.

<sup>169</sup> GRAHAM Sandra L. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p. 237-244.

dentro da casa e os abusos da extensão dos seus serviços domésticos, provocando a fuga desses locais. Para as trabalhadoras domésticas dos tempos atuais, a rua, pode sim representar a exposição à pobreza e vulnerabilidades, mas, também, possibilita trocas sociais e a capacidade de reivindicação dos direitos, como a moradia e mobilidade urbana.

Diante da complexa relação que transita esses dois mundos, o público e o privado, pode-se perceber na fala de Creuza Oliveira que os conflitos existentes nas relações do trabalho doméstico, estão longe de serem rompidos. Os limites impostos às trabalhadoras domésticas no ambiente de trabalho permitiam certo controle dos patrões sobre suas vidas, criando assim uma relação de dependência através do medo. Dessa forma, desestimulando estrategicamente que essas reivindicassem seus direitos.

Diante do que foi apresentado, a realização dos dois projetos de habitação na Bahia para trabalhadoras domésticas, sem dúvidas, representou um avanço significativo para o movimento e assinalou um novo rumo para as conquistas da categoria no âmbito estadual. Dessa forma, tratando de reparar uma das reivindicações mais levantadas pelo sindicato ao longo dos anos, o direito à moradia. Para a trabalhadora doméstica, ter a sua residência própria pode representar certa liberdade e autonomia para gerir a sua própria cidadania, tornando-se sujeitas de si, sem o controle e vigilância constante de seus patrões. Para tal intento, o Sindoméstico/BA e o conjunto das trabalhadoras domésticas organizadas tiveram que criar estratégias para a conquista de direitos sociais básicos e pressionarem a efetivação de leis já estabelecidas constitucionalmente no combate à exclusão da categoria, veremos a seguir.

### **3.6 As estratégias de resistência do Sindoméstico/BA para a conquista de direitos**

Sem negar as contradições inerentes às relações do sindicato das trabalhadoras domésticas com as instituições do Estado, como as secretarias,

conselhos estaduais e municipais, bem como, as instituições religiosas e político partidárias, procuramos compreender a capacidade e agências das trabalhadoras domésticas de criarem estratégias de resistência para alcançar os direitos trabalhistas nas relações com essas instituições. A priori, não se pode entender esta como uma relação pacífica ou isenta de conflitos.

No início da luta do movimento das trabalhadoras domésticas na Bahia, era visível uma relação com a instituição Igreja Católica, no período em que o movimento ainda se organizava enquanto associação. Como exemplo dessa relação, em Salvador, o primeiro grupo se organizava nas dependências do Colégio Antônio Vieira, que no turno da noite ofertava aulas de supletivo para trabalhadoras domésticas, como já mencionado no capítulo I.

No Brasil, o envolvimento do movimento das trabalhadoras domésticas com a igreja se deu, sobretudo, através da JOC - Juventude Operária Católica, que ajudou na construção das associações e na disseminação do movimento por diversas regiões brasileiras.

Na Bahia, foi possível perceber uma visão crítica que o movimento das trabalhadoras construiu com relação à instituição igreja católica, e verificou-se que o grupo não era unânime em concordar com as orientações dela, como mostrou o depoimento de Creuza Oliveira:

[...] tinha uma pastoral das domésticas que se reunia lá na Praça da Sé, naquela igreja católica que tem na Praça da Sé. **Aí tinha lá o padre Mathon**<sup>170</sup>... é... Maton... Maton... o padre Mathon, e tinha lá uma senhora que era freira, que fazia a reunião. E esse grupo dizia que era a pastoral das domésticas. E eu cheguei a ir nessa pastoral em algumas reuniões, numas duas reuniões. Mas aquela reunião não me agradou porque falava que a doméstica tinha que ser... era... como é que diz... a santa Zita era a padroeira das domésticas. E Santa Zita foi empregada doméstica... que é italiana, né, a origem da santa Zita, é italiana. E santa Zita era uma doméstica obediente, que obedecia aos patrões, e que a gente tinha que obedecer a patroa, porque a patroa era como se fosse a segunda mãe. E não era isso

---

<sup>170</sup> Padre Pedro Mathon, nasceu no dia 13 de abril de 1928, na cidade de Condecourt, França. Fundou, em 1971, o setor pj - das auxiliares do lar, composta de empregadas domésticas que estudam nas escolas noturnas. Em outubro de 1991, foi nomeado cônego honorário do cabido da Sé de São Salvador da Bahia.

que eu queria ouvir, né. **Apesar de eu ainda não ter uma consciência política, nem de gênero, nem de raça, mas aquilo não soava bem dentro de mim, de dizer que patroa é a minha mãe. Que eu tinha que ver aquela patroa como se fosse minha mãe. E eu dizia ‘não, ela não... não é minha mãe... não é assim...’.** E aí eu deixei de participar. Até que um dia eu vi no rádio que existia esse grupo lá no colégio Antônio Vieira, que se reunia duas vezes no mês. (Creuza Maria Oliveira: Entrevista concedida à Bianca Muniz Leite, 2017, p. 50, *grifos da autora*).

Além disso, era Coordenador da Pastoral da JOC e JOCF (Juventude Operária Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica) <sup>171</sup>. E, talvez por essas participações, também teve a preocupação em contribuir com a categoria das domésticas.

Outro aspecto observado no depoimento de Creuza Oliveira é uma profunda consciência de classe – ainda que ela não a reconheça naquele momento –, ao se opor a participar de um grupo em que compartilhava da ideia de que a trabalhadora doméstica deveria “obedecer a patroa, porque a patroa era como se fosse a segunda mãe”. Isto revela, também, um poder de agência das trabalhadoras domésticas que refletiu na autonomia do movimento na Bahia.

Edward Palmer Thompson (1987) em suas análises sobre a origem da classe operária inglesa inclui a dimensão da religiosidade no capítulo “Cristão e Demônio”<sup>172</sup> enquanto parte da experiência dos trabalhadores subalternizados e aborda a dissidência religiosa após a Revolução Gloriosa:

De um lado, uma religião que encontrava espaço entre os homens humildes, como pregadores locais e líderes de classe, que os ensinava a ler e lhes proporcionava auto-respeito e experiência oratória e organizativa; de outro lado, uma religião hostil à investigação intelectual e aos valores artísticos, que lastimavelmente abusava da sua confiança intelectual.<sup>173</sup>

<sup>171</sup> Informações retiradas da página do Facebook, *Amigos do Padre Mathon*, disponível em <[https://www.facebook.com/Amigos-de-Padre-Mathon-124200114410660/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/Amigos-de-Padre-Mathon-124200114410660/about/?ref=page_internal)>. Acesso, 18 de julho 2021.

<sup>172</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1987, p. 25.

<sup>173</sup> *Idem*, p. 41.

Seguindo essa linha, o metodismo era visto como uma base inicial para as organizações radicais e sindicalistas, em que o operariado sentia-se mais confiante e capaz de organizar-se que “proporcionou não só as formas de reunião, coleta regular de subscrições em dinheiro e cédulas tantas vezes por organizações sindicais e radicais, como também uma experiência de organização centralizada eficiente”<sup>174</sup>.

Nessa perspectiva, podemos situar a relação do movimento das trabalhadoras domésticas com a Igreja Católica. De um lado uma relação que possibilita espaço de formação e organização para as trabalhadoras, que lhes proporciona experiência organizativa para a luta; de outro, um espaço hostil à autonomia do movimento, no qual, encontravam dificuldades para realizar discussões que tocavam em tabus da igreja, como a sexualidade e uso de contraceptivos, e as demais questões ligadas às doutrinas da igreja como a “obediência” aos patrões/patroas. Assim, as trabalhadoras domésticas em suas experiências contribuem para a formação de uma consciência de classe.

Para mais, a partir das experiências compartilhadas das trabalhadoras sindicalizadas, nas suas reivindicações por direitos e reconhecimento do trabalho doméstico, o Sindoméstico/BA igualmente vem demonstrando tal consciência que articula as opressões de raça, classe e gênero.

Nós tivemos conquistas importantes. Praticamente são 80 anos de organização sindical da categoria. A primeira foi criada em 1930. De lá para cá, a gente teve avanços importantes. A categoria é difícil de organizar, é dispersa, porque está cada uma em um apartamento, em uma casa. **É uma categoria formada por mulheres, mulheres negras, na sua maioria.** E a gente tem essa dificuldade de organização para mobilizar. A gente sempre diz que o trabalho doméstico é uma das profissões mais antigas do mundo, porém é um trabalho que ainda não é reconhecido pela sociedade. A gente vem tentando mostrar que tem valor social. Um valor social que não tem preço, não é palpável como outras categorias que as pessoas valorizam que dizem que dá lucro na empresa para os patrões. Mas a gente faz o trabalho que é o cuidar, o cuidado. São mulheres que estão lá, cuidando dos filhos de outras mulheres. E, diga-se de passagem, que são mulheres negras, cuidando dos filhos de mulheres brancas, enquanto os dela estão sem ninguém para cuidar. **Falta creche, falta escola em tempo integral.** Essas mulheres saem

---

<sup>174</sup> *Idem*, p. 44.

de suas casas, às 5 da manhã, retornando à noite. E ela não sabe com quem ficou seu filho, se estava em sala de aula, se teve aula [...] (O QUENTE, 2011, Nº106, *grifos da autora*).

Verifica-se no discurso trazido pelo boletim do Sindoméstico/BA além das já mencionadas questões de classe, a questão racial e gênero, quando afirmam ser “uma categoria formada por mulheres, mulheres negras, na sua maioria” que prestam serviço a outras mulheres, as brancas. Trabalhadoras que desempenham o trabalho do cuidado na casa de outrem em uma sociedade capitalista que não reconhecem o seu valor social em que, muitas vezes, precisam deixar suas casas e famílias aos cuidados de outras pessoas, porque precisam lidar com a ausência de políticas públicas por parte do Estado como “falta creche, falta escola em tempo integral” o que seria um espaço de confiança para deixar seus filhos enquanto trabalham.

No bojo das conquistas das trabalhadoras domésticas em que o Sindoméstico/BA esteve entre as principais vozes do movimento nacionalmente mobilizado por estratégias de luta e resistência para a garantia de direitos, parte da “reparação história” garantida com a promulgação da Emenda Constitucional Nº 72/2013 popularmente conhecida como “*PEC das Domésticas*”, pela então presidenta Dilma Rousseff, que altera trechos da Constituição Federal, nos quais se amplia os direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas, igualando aos demais trabalhadores urbanos e rurais. Ainda que posteriormente com a Lei complementar nº 150 de 1º de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato do trabalho doméstico, o movimento venha tecer severas críticas sobre sua metodologia fazendo crer que ainda existem pontos a serem superados, mesmo que tais leis representam um avanço para a categoria, muito embora tenha conseguido de forma tardia<sup>175</sup>.

De acordo com o que foi apresentado, as estratégias de resistência desenvolvidas pelo Sindoméstico/BA se configuram nas reivindicações por melhoria das condições de trabalho pelos serviços prestado, produzindo formas

---

<sup>175</sup> O QUENTE, 2013, Nº112

e ações de resistência com a formação dos e das trabalhadoras e da sociedade no geral a respeito do valor do trabalho doméstico, considerado de pouco ou nenhum, valor social. Tais estratégias foram possíveis com o apoio e parceria dos movimentos sociais e políticos ao longo da constituição da história de resistência dos sindicatos das trabalhadoras domésticas.

#### **4. Sindoméstico/BA e os movimentos sociais e políticos**

A compreensão da atuação política do Sindoméstico/BA na conquista de direitos trabalhistas não pode ser alcançada sem que possamos refletir, de que maneira se envolveu com os movimentos sociais e políticos e quais foram as forças que atuaram no interior da organização ao longo de sua trajetória.

A partir do boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia, podemos recuperar um pouco da história e atuação da entidade no seu envolvimento com os movimentos sociais (movimento negro e de mulheres) e na relação com outras entidades sindicais e com os partidos políticos, tanto na esfera local, estadual e nacional. Essas relações são fortalecidas, principalmente, na realização de atividades voltadas para os interesses coletivos das trabalhadoras domésticas.

Frequentemente, realizavam-se reuniões e assembleias nas dependências dessas outras entidades, bem como, a presença delas era comum nas atividades organizadas pelo Sindoméstico/BA, tanto em sua sede como nos eventos públicos, que podem ser entendidos aqui como um diálogo de interesses mútuos. Além do mais, essa relação se dava, ora na composição destas entidades, ora na filiação a elas, como é o caso da CUT da CONTRACT e FENATRAD. Porém, é importante compreender a complexidade e as contradições que estas relações possam apresentar, não podendo ser vistas como uma relação pacífica, subserviente ou sem a agência do movimento das trabalhadoras domésticas.

As sindicalistas, individualmente, se filiam a diversas outras organizações e movimentos paralelamente às filiações do sindicato.

Comumente, essas trabalhadoras acabam fazendo parte de um ou outro movimento que está mais próximo ao sindicato.

Ressalta-se que a participação dos movimentos sociais junto ao Sindoméstico/BA se dá desde o momento inicial da sua constituição na década de 1990, quando da realização da Assembleia que transformou a Associação em sindicato oficial, contando com a presença do MNU, Movimento de Defesa do Favelado (MDF), CUT e Conselho Nacional dos Domésticos (Nila)<sup>176</sup>. Uma das deliberações tomadas nesta assembleia foi a primeira reunião do sindicato com a nova diretoria formada, realizada na sede do MNU, localizada na Rua do Curuzu, bairro da Liberdade em Salvador/BA, no dia 6 de janeiro de 1991.

Passados nove anos, o boletim informativo *O Quente* de 2000 mostrou outro momento dessa relação com os movimentos sociais, políticos e sindicais em um dos diversos eventos públicos realizados para a categoria das trabalhadoras domésticas, quando se deu a realização de uma sessão especial em homenagem aos 10 anos do Sindoméstico/BA, realizada em 21 de setembro de 2000 na Câmara dos Vereadores da cidade de Salvador/BA.

A sessão foi requerida pelo deputado Paulo Anunciação do Partido dos Trabalhadores – PT, contando com a presença de dezenas de trabalhadoras domésticas, lavadeiras e representações de várias entidades do movimento negro, mulheres, sindical e popular. Para abrilhantar ainda o evento, a Sessão contou com a presença de Lenira Carvalho do Sindoméstico de Recife e Ana Simião, do Sindoméstico de Campinas e presidenta da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD. A Sessão especial significou para o Sindoméstico, nos seus 10 anos de existência o reconhecimento de uma luta travada em prol de uma das categorias mais antigas oprimidas do Brasil. O nosso sincero agradecimento a todos(a)s que ajudaram a construir o Sindoméstico/Bahia (*O QUENTE*, 2000, Nº 66).

O relacionamento e cooperação com as entidades nacionais e internacionais ligadas aos movimentos sindical, negro e feminista, foram reconstituídas, nas interpretações de Creuza de Oliveira, através da sua participação no Fórum Especial “Vozes sobre Experiências Comparativas de

---

<sup>176</sup> *O QUENTE*, nº1, janeiro/1991.

Racismo” da 3<sup>o</sup> Conferência Mundial da ONU contra o racismo, realizada na em Durban, África do Sul, entre agosto e setembro de 2001. O depoimento de Creuza Oliveira trazido por Bernardino-Costa (2007) sobre esse evento, não somente informa a troca de conhecimento existente entre o movimento das trabalhadoras domésticas e organizações sindicais, negras e feministas, como também, revelou uma interpretação do lugar da trabalhadora doméstica no Brasil a partir da perspectiva da colonialidade do poder, ou seja, “daqueles que têm sofrido o projeto de modernização eurocentrado, que exclui negros (as) e indígenas”<sup>177</sup>.

Minha história de vida se confunde com minha profissão e esta norteia todas as atividades que hoje realizo. Quando se é criança não reagimos e às vezes até achamos normal sermos violadas, porém, sempre tive sede de saber e esperança de mudança e busquei uma forma de lutar contra as injustiças que vivi. Hoje luto, em várias instâncias, COLACTRAHO (Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar), FENATRAD (Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos), Sindoméstico (Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia), Movimento Negro Unificado, **onde aprendi a aceitar-me como negra e não ter vergonha de mim mesma, de meu cabelo, da minha cor de pele**; e ainda no Conselho Estadual de Mulheres, no sentido de buscar uma igualdade, reconhecimento e garantia dos direitos humanos, sociais e trabalhistas das trabalhadoras domésticas (CREUZA OLIVEIRA, depoimento cedido a BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 93)

Ante o exposto, o envolvimento com os movimentos sociais possibilitou, entre muitas coisas, ao movimento das trabalhadoras domésticas, lidarem com as questões raciais, de gênero e classe. Assim, como dito por Creuza Oliveira (ANO), com o movimento negro “aprendi a aceitar-me como negra e não ter vergonha de mim mesma, de meu cabelo, da minha cor de pele”.

De igual modo, Bianca Muniz Leite (2017) aponta que o movimento das trabalhadoras domésticas no Brasil, nos anos oitenta ainda se encontrava centralizado no eixo Sul-Sudeste, com exceção de Recife e começava, nesse

---

<sup>177</sup> BERNARDINO-COSTA. **Sindicato Das Trabalhadoras Domésticas No Brasil**. 2007, p. 90

período, a aproximar-se do movimento feminista, período este importante para o crescimento das mobilizações pelo país, especialmente pela Bahia<sup>178</sup>.

Em 2002, o Brasil passava por mais uma mudança no cenário político, acompanhado por uma série de transformações estruturais ocorridas no país, mudando de forma substancial a realidade da classe trabalhadora. O sindicato dos trabalhadores domésticos do Estado da Bahia, através do seu boletim informativo *O Quente*<sup>179</sup>, tratou de evidenciar seu posicionamento frente à recém candidatura à Presidência da República do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores - PT no ano de 2002. As expectativas expressas pelo sindicato demonstraram entusiasmo pelo fato de um nordestino e metalúrgico do ABC paulista ter entrado para a história como o primeiro presidente de esquerda a governar o país.

Para o Sindoméstico/BA, essa eleição histórica poderia representar mudanças positivas quanto a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, em virtude de o Brasil ter passado por um longo processo de falta de democracia, com dificuldades econômicas e sociais que refletiam nos piores indicadores para a população de baixa renda: com alta dos preços dos produtos, desemprego, violência e uma economia voltada para a concentração de renda e de terra<sup>180</sup>.

#### 4.1 A relação com o movimento negro e as questões raciais

Tendo em vista a organização e mobilização para redemocratização política do Brasil no final da século XX, Lélia Gonzalez (1982) confirmou que a retomada das organizações dos movimentos negros nesse período, no eixo Sul-sudeste se articularam com os movimentos de outras regiões do Brasil, criando em 1978 em São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a

---

<sup>178</sup> LEITE, Bianca Muniz. “**Audácia**”: a emenda constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do SINDOMÉSTICO Bahia. Dissertação de mestrado. Salvador. 2017, p. 51-52.

<sup>179</sup> *O Quente*, nº 80, 2002.

<sup>180</sup> *Idem*.

Discriminação Racial - MNUCDR<sup>181</sup>. Movimento este que influenciou fortemente a formação política do Sindoméstico/BA.

Segundo George Andrews (1998) *apud* Cláudia Cardoso Ferreira (2005), identificou-se os momentos de maiores atuações do movimento negro no Brasil na década de 1880 com as movimentações que culminaram na abolição da escravidão, com forte participação de negros e negras escravizados. Outro momento de ápice identificado foi com a fundação do Movimento Negro Unificado - MNU em 1978 através

das manifestações que o grupo realizou, ainda no período da Ditadura Militar e com a atuação de Abdias do Nascimento, que futuramente se tornaria senador, junto a outros militantes de igual importância, durante a década de 80 que teve como ápice os diversos atos políticos reivindicativos em torno da comemoração dos cem anos da Abolição<sup>182</sup>.

Lélia Gonzalez (1982), por sua vez, refletiu sobre a participação das mulheres no MNU, tecendo críticas pontuais sobre como eram tratadas as pautas específicas das mulheres negras naquele momento, contestando as atitudes machistas de alguns companheiros membros da “geração mais velha” no interior da organização do movimento no Rio. No entanto, reforçou que mesmo havendo “machismo e paternalismo, existia também solidariedade e entendimento” (*Ibid*, p.). De todo modo, o avanço da organização das mulheres negras no M.N. carioca registrou o seu importante legado de atuação e construção política para outras regiões, como pode ser percebido no documento em que declararam:

O destino da mulher negra no continente americano, assim como de todas as suas irmãs da mesma raça, tem sido, desde a sua chegada, uma coisa, um objeto de produção ou de reprodução sexual. Assim, a mulher negra brasileira recebeu uma herança cruel: ser não apenas o

---

<sup>181</sup> Vale ressaltar que a autora enfatiza o fato de esse movimento não ter sido criado com a presença de nenhuma personalidade de destaque na época, mas sim com o esforço de militantes anônimos formados sob a resistência da ditadura militar. Ver mais sobre a criação do MNUCDR em GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro. 1982. p. 43.

<sup>182</sup> FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano**: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937). Rio de Janeiro, 2005. p. 28.

objeto de produção (assim como o homem negro também o era), mas, mais ainda, ser um objeto de prazer para os colonizadores. O fruto dessa covarde procriação é o que agora é aclamado como único produto nacional que não pode ser exportado: a mulher mulata Brasileira. Mas se a qualidade desse “produto” é tida como alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso (Encontro de Mulheres realizado na Associação Brasileira de Imprensa em 2 de julho de 1975, *apud* Gonzalez, 1982, p. 35-36).

Silvana Santos Bispo e Márcia dos Santos Macedo (2014) explicitam a emergência de alguns movimentos sociais na cidade do Salvador no final da década de 1970, como do Movimento Negro Unificado (MNU) como um “eixo articulador – simbólico e político – das relações de poder, embates, convergências e experiências construídas por mulheres e homens negros para a estruturação e visibilização da organização e da luta antirracista”<sup>183</sup>. Entretanto, as relações de poder, os embates, as subordinações sexistas e diferenças de gênero nunca estiveram ausentes do contexto dos movimentos sociais e essa contradição foi também parte efetiva das experiências vivenciadas pelas mulheres.

Quanto a organização das mulheres negras do MNU, importante destacar que esta teve forte ressonância na construção política do movimento das trabalhadoras domésticas em Salvador, especialmente por sua principal porta-voz, Creuza Oliveira ter iniciado sua participação no Movimento Negro Unificado na Bahia na década de 1980. Período em que a Associação passou a participar ativamente das atividades do movimento negro, mais especificamente do MNU, como também de movimentos de mulheres, participando de manifestações do 8 de Março com inserção no Conselho Municipal da Mulher em finais da década de 1980, ato fundamental para a construção política do movimento na Bahia.

A relação do Sindoméstico/BA com o movimento negro baiano se deu principalmente através do MNU, desde a década de 1980, através da filiação de Creuza Oliveira 1983, que dava o tom na luta das trabalhadoras domésticas

---

<sup>183</sup> BISPO, Silvana Santos. **FEMINISMOS EM DEBATE**: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997). Salvador, 2011, p. 52-53.

sobre as interpretações raciais e de gênero – sobretudo, das feministas negras<sup>184</sup>. Assim, podemos entender que essa articulação inicial partiu, acima de tudo, do próprio movimento das trabalhadoras domésticas para com esse movimento, a partir da figura de Creuza.

Os reflexos dessa relação podem ser sentidos nas discussões levantadas sobre a temática racial, como também, na atuação ativa na agenda do Movimento Negro na Bahia, principalmente com a participação em caminhadas, marchas e eventos que fazem referência ao dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. Como exemplo disso, a participação do Sindoméstico/BA no XII Congresso do Movimento Negro Unificado que, na ocasião, elegeu como coordenadora nacional da entidade Rozenilda Paraíso Costa Zene, realizada na reitoria da Universidade Federal da Bahia – UFBA, entre os dias 9 e 12 de abril em 1989<sup>185</sup>.

O mês de novembro é simbólico para o conjunto dos movimentos negros e sociais, no qual se refletido em ações e contestação pelo fim da discriminação racial e das desigualdades correlatas.

Frequentemente, o Sindoméstico/BA fazia referência em seus boletins ao Dia Nacional da Consciência Negra e, em quase todas, a figura de Zumbi dos Palmares era exaltada. Como mártir da luta de resistência negra no Brasil contra o sistema escravocrata e pela liberdade do povo negro, a imagem de Zumbi refletia para o sindicato a preservação da luta do negro por igualdade de direitos. Ademais, essa relação por vezes se dava nas ações do sindicato voltadas para a temática racial, como palestras, debates e cursos de formação para as trabalhadoras.

Este ano mais uma vez o povo negro irá às ruas para celebrar os 303 anos de imortalidade do nosso grande líder negro Zumbi dos Palmares. Os ideais de Justiça, liberdade e Igualdade continuam vivos em cada um de nós que é contra esse sistema que nos oprime e escraviza. Palmares foi um dos milhares de Quilombos que existiram no Brasil na época da escravidão, sendo o que mais se destacou, Zumbi foi o maior líder que existiu nos Quilombos, aquele que mais ameaçou o poder dos Brancos. Várias atividades estão

---

<sup>184</sup> BERNARDINO-COSTA. **Sindicato Das Trabalhadoras Domésticas No Brasil**. 2007, p.90

<sup>185</sup> O QUENTE, 1998, nº51.

programadas para marcar esta data, sendo que as entidades do movimento negro, popular e sindical, realizarão no dia 20 de novembro uma **CAMINHADA do Campo Grande até o Pelourinho**, sendo que a saída acontecerá às 17h. O Sindoméstico também participa da organização desse evento e convida toda a categoria para participar dessa caminhada vitoriosa. Axé Povo Negro! (O QUENTE, 1998, nº 55).

Interessante observar que a caminhada a qual o boletim faz referência coincide com a realização da já consolidada Marcha da Consciência Negra Zumbi-Dandara, promovida pelo Movimento Negro baiano do período, que teve lugar em Salvador no início dos anos 1980 período em que, pela primeira vez, o 20 de novembro sai às ruas em formato de marcha no país, para “denunciar a farsa da abolição e o mito da democracia racial”<sup>186</sup>.

A referida marcha nasceu no interior do Movimento Negro baiano com posicionamento político contrário à Ditadura Militar (1964-1985) cresceu e ganhou as ruas tornando-se uma manifestação da cidadania negra. Na década de 1990 a Marcha da Consciência Negra Zumbi-Dandara se transformou numa referência política para negras e negros na cidade de Salvador, isso ocorreu graças ao envolvimento da Coordenação Nacional de Entidade Negras (CONEN) na organização e condução da Marcha. O trajeto da marcha revive a territorialidade da resistência negra na cidade de Salvador, que se concentra na Praça do Campo Grande, saindo em caminhada até a Praça Municipal, Centro Histórico de Salvador/BA<sup>187</sup>.

Outro evento de destaque da atuação do Sindoméstico/BA nas lutas do movimento negro na Bahia foi descrito por Lenildes Pacheco (2004) em uma matéria ao jornal *A Tarde* de 2004<sup>188</sup>, quando da posse de Creuza Oliveira no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em Brasília. Ademais, pôde ser verificado no depoimento da sindicalista seu posicionamento frente às questões raciais naquele momento.

---

<sup>186</sup> SANTOS; LIMA e SANTOS. **40 anos da Marcha da Consciência Negra Zumbi-Dandara dos Palmares (1980-2019)**. 2019, p. 21.

<sup>187</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>188</sup> PACHECO, Lenilde. Doméstica em Conselho anti-racismo: Baiana é empossada hoje em Brasília. jornal **A Tarde**, março de 2004. s/p.

O racismo aqui [no Bahia] é velado. Se diz que todos são iguais, mas sabemos que isso não é verdade. Os negros estão na periferia, no subemprego e na penitenciária em um número muito maior do que os brancos. As crianças negras são vítimas de chacinas, jovens de 14 a 35 anos são exterminados na Bahia e mulheres negras são laqueadas sem o seu consentimento. **Não há um investimento sério nas escolas públicas, onde os negros são maioria**, e nem condições para as nossas crianças crescerem com sonhos e horizontes a alcançar (PACHECO, jornal A Tarde, março de 2004).

Assim, a fala de Creuza Oliveira reflete novamente os problemas sociais que afetam principalmente a população negra e pobre na Bahia, que por conta da ausência do Estado na proteção de direitos sociais básicos como o acesso à escola pública, onde se encontra a maioria de negras e negros, acaba por se inserir em um contexto ainda maior de vulnerabilidade social. Desse modo, entende-se que a luta de combate ao racismo está diretamente atrelada às principais bandeiras das lutas levantadas pelo Sindoméstico/BA.

O Sindoméstico/BA também teve atuação no “III Seminário Construindo a Igualdade Racial no Trabalho” realizado em Salvador em 1989. O evento foi organizado pelas principais centrais sindicais: CUT, CGT, Força Sindical, ORIT e AFL-CIO. O evento fazia parte de um conjunto de seminários que o INSPIR - Instituto Sindical Inter Americano Pela Igualdade Racial - realizou com o objetivo de aprofundar as discussões da discriminação racial nas relações de trabalho, além de formar os dirigentes sindicais, apresentou propostas tanto jurídicas como políticas para reverter a situação de vulnerabilidade em que se encontrava o/a trabalhador/a negro/a naquele período<sup>189</sup>.

As reflexões trazidas no discurso de apelo do boletim O Quente n° 106 mostram também um pouco da interpretação do lugar da trabalhadora doméstica e do negro no Brasil, a partir da perspectiva das questões raciais levantadas pelo sindicato.

A atual condição do negro no Brasil, nos leva a refletir porque será que maioria dos indivíduos encarcerados nos presídios, ou que vivem nas favelas, ou que estão no subemprego são os

---

<sup>189</sup> O QUENTE, 1989, N° 54.

afrodescendentes? Por que será que, um grande número da população negra está fora das Escolas e Faculdades? E mesmo quando exerce a mesma função de um branco o seu salário é menor. **É preciso dar um basta nesta falácia que no Brasil não existe racismo**, e que esse discurso é coisa que existe apenas na cabeça dos militantes do Movimento Negro. A revolução deve ser feita por nós, pois quando vem pronta não satisfaz nossos anseios, porque somos nós e nossos filhos que sofremos no dia a dia, o racismo mascarado nesse grande país chamado Brasil. A categoria de Trabalhadores Domésticos, composta por mais 7 milhões de indivíduos, onde 95% deste universo são mulheres negras, e chefas de famílias, e que uma grande parte dessas mulheres trabalhadoras não tem seus direitos trabalhistas e previdenciários respeitados, e vivem em condições de semi-escravidão, é momento de despertar para uma nova realidade. Neste 20 de novembro, nós enquanto mulheres trabalhadoras queremos igualdade de direitos, pois não é justo conviver com essa triste realidade. Queremos Equiparação já!

190

Lélia Gonzáles (1982) em entrevista ao jornal *The Brazilians* quando perguntada sobre se há racismo no Brasil, ensina sobre o racismo à brasileira.

O racismo no Brasil é profundamente disfarçado. Na divisão racial e sexual do trabalho a mulher negra sofre as duas discriminações. Vejam bem, as duas, e isso é conduzido historicamente, de forma muito sutil, disfarçadamente... assim tem sido... no campo, nos trabalhos muito importantes e fundamentais da economia nacional você encontra a mulher como um todo – e a negra – sendo discriminada na escala social. Na vida urbana lá está a mulher doméstica – a negra – no segundo ou terceiro escalão dessa vida. A mulher negra trabalha sem garantias, não tem carteira assinada – uma conquista já aceita pela nossa legislação trabalhista –, não tem seus direitos de trabalhadoras assegurados<sup>191</sup>.

Assim, podemos afirmar que o racismo no Brasil se deu de forma velada alimentada pelo mito de democracia racial<sup>192</sup> que não reflete em nada a realidade que os negros e negras foram submetidos ao longo dos anos, desde o processo de colonização e escravização do Brasil. Logo, inferimos que o racismo à brasileira é exercido de forma disfarçada na sociedade e a situação

<sup>190</sup> O QUENTE, ano XVI, nº 106, s/datação.

<sup>191</sup> RIOS, Flávia e LIMA, Márcia (org.) GONZALEZ, Lélia. **Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano**. 2020, p.302.

<sup>192</sup> RIOS, Flávia e LIMA, Márcia (org.) GONZALEZ, Lélia. **Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano**. 2020. p. 201.

de vulnerabilidade relatada no boletim confirma o estado de coisas em que a população negra está inserida, resistindo a séculos de opressão.

Então, podemos dizer que a construção política do Sindoméstico/BA perpassou pelo enfrentamento às práticas racistas e autoritárias que imperam nessa sociedade, atuando no combate ao racismo e possibilitando a promoção da conscientização das trabalhadoras domésticas na superação das desigualdades e exploração do trabalho no âmbito doméstico na Bahia. Esse processo se deu, sobretudo, através dos cursos de formação, palestras e debates sobre temáticas raciais e de gênero.

Os conteúdos presentes na documentação organizada sobre esses cursos suscitam uma pesquisa mais aprofundada, que possa dar conta da dimensão do discurso das trabalhadoras domésticas e sua relação com as questões raciais e de gênero. No entanto, essa construção deve ser lida como um processo dinâmico e em constante produção.

O envolvimento do sindicato com os movimentos negros se deu, sobretudo, pela participação de Creuza Oliveira e outras sindicalistas no MNU, mas, não se observou, a presença das trabalhadoras domésticas no interior desses movimentos na Bahia. Além do mais, como já foi observado, nem sempre existiu no interior do movimento negro as pautas específicas das mulheres negras e, por vezes, eram englobadas em questões mais gerais que atingiam a população negra. Além disso, a consciência racial prezada pelo movimento negro não se deu de forma instatânea no interior do movimento das trabalhadoras domésticas e, por vezes, tiveram seus embates e contradições. Mesmo que afirmemos que o Sindoméstico/BA tenha seguido a linha de combate ao racismo, ela não representa a superação da opressão de raça e gênero inerente ao trabalho doméstico remunerado exercido no Brasil.

#### **4.2 A relação com o movimento de mulheres e as discussões de gênero**

A interação com o movimento de mulheres e com as discussões de gênero passaram a acontecer de maneira mais intensa e frequente a partir da participação do Sindoméstico/BA nas Manifestações do Dia Mundial da Mulher

- 8 de março – no ano de 1991, desde os primeiros anos de formação do sindicato. No entanto, nos documentos, não se observou a prevalência de algum movimento feminista de forma mais próxima do Sindoméstico/BA para além do movimento de mulheres negras, influenciado pela relação com o MNU.

As questões de gênero levantadas pelo sindicato, se deram de maneira articulada com questões raciais e de classe que, de maneira interseccionada, trouxeram em seus conteúdos as pautas feministas ligadas às demandas das mulheres trabalhadoras domésticas negras e pobres.

O Sindoméstico/BA atuou de forma constante nas mobilizações nacionais dos movimentos feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres. Sua atuação se deu no sentido de colocar a pauta e as bandeiras de luta do movimento das trabalhadoras domésticas nas grandes manifestações e mobilizações nacionais, reivindicando contra a pobreza, a violência sexista e a discriminação racial<sup>193</sup>.

A Marcha Mundial das Mulheres é uma grande mobilização internacional que acontece no dia 8 de março. A ideia da Marcha nasceu de uma proposta do movimento de mulheres do Quebec – Canadá - e vem crescendo junto as entidades feministas, sindicais, movimento negro, popular e ONGs, que em outubro de 1998, reuniu 140 mulheres de 65 países para discutir as reivindicações internacionais e as ações da Marcha 2000. Diante da ausência do Estado em políticas públicas voltadas à reparação das desigualdades, a pauta da construção de creches se tornou ponto prioritário das reivindicações, também para as trabalhadoras domésticas que, para poderem ir trabalhar precisavam deixar seus filhos e filhas em um local seguro e de qualidade. Dessa forma, ao longo dos anos o Sindoméstico da Bahia reivindicou a construção e manutenção de creches, não só nas fábricas e nas empresas, mas, também, em suas comunidades periféricas para facilitar a permanência das mães nos locais de trabalho.

Para o sindicato:

---

<sup>193</sup> Boletim O QUENTE. 2010, N° 103.

A emancipação plena das mulheres no mercado de trabalho, alcançará sua plenitude a partir do momento em que os governos, o poder público de um modo geral, possibilitem creches e escolas com qualidade e segurança para atender as necessidades das crianças das trabalhadoras, sendo que muitas trabalhadoras domésticas cuidam dos filhos e das filhas dos seus patrões e patroas, pela necessidade de trabalhar deixam suas filhas e filhos trancadas em sua residência sem a presença de um adulto que possa ser responsável por essas crianças. Outra situação delicada exposta é quando essas crianças precisam se deslocar para suas escolas, pois, ficam vulneráveis ao assédio da criminalidade e expostos a situações de risco<sup>194</sup>.

Diante dessas questões, o Sindoméstico/Ba tem tido atuação nas organizações de mulheres nacionalmente a favor das pautas concernentes às trabalhadoras domésticas e das mulheres negras, em específico. Exemplo disso é sua participação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, na representação de Creuza Maria Oliveira. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é um espaço político importante de discussão das questões relacionadas às mulheres, assim como, elaborador de propostas que visam eliminar as injustiças e desigualdades de gênero. Com a sua participação Creuza leva as propostas das trabalhadoras domésticas para serem discutidas no Conselho<sup>195</sup>.

Somado a isso, é digno de nota a participação do Movimento das Trabalhadoras Domésticas da Bahia na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizado em 2004 que trouxe como tema central as “Políticas para as Mulheres um desafio para a igualdade uma perspectiva de gênero” em parceria com o Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM<sup>196</sup>.

---

<sup>194</sup> *Idem*.

<sup>195</sup> QUENTE, dezembro de 2003, N°80.

<sup>196</sup> *Idem*, jan/fev de 2004, N° 81.

### 4.3 A relação com os partidos políticos e a política partidária

Quanto à relação com os partidos políticos, a partir dos boletins de 1998 o sindicato passa a ressaltar nitidamente seu posicionamento com relação a sua participação na política partidária, que se deu, principalmente, na conscientização das trabalhadoras domésticas quanto a importância do voto e, ao longo dos anos, esse posicionamento foi intensificando e, em especial nos períodos de eleições e de efervescência na política vigente no ano 2000.

Está se aproximando o dia em que os brasileiros e as brasileiras irão às urnas para eleger o Presidente da República, Governadores(as), Senadores(as), Deputados(as) Federais e Deputados(as) Estaduais. É importante ficarmos bem atentos(as) nas propostas dos(as) candidatos(as). Devemos conhecer a origem e a história daqueles(as) que buscam o nosso voto para se elegerem. Como nós sabemos, existem dois lados: o nosso, que é o dos trabalhadores, explorados e excluídos da sociedade, e o dos patrões, que representa a ganância e a exploração. **Para os capitalistas o que interessa é o lucro e a riqueza a qualquer custo.** Eles não se importam que para alcançarem os seus objetivos tenham que pagar baixos salários, aumentar o desemprego, gerar fome, pobreza, e violência. Da mesma forma que nós trabalhadores temos os partidos que defendem os nossos interesses, os patrões também tem os seus partidos. Não devemos votar nos partidos nem nos candidatos que representam os capitalistas que só fazem nos massacrar. **Votar é um exercício de cidadania**, por isso não vote em candidatos que querem comprar o seu voto com promessas de emprego, camisas, dentaduras, blocos, sacos de cimento etc. O Brasil tem jeito. Só depende da gente. Vamos votar consciente para construirmos um país com justiça social, Algo que esse governo que está chegando no final não conseguiu fazer, muito pelo contrário só fez aumentar o nosso sofrimento, por isso, companheira trabalhadora doméstica, no dia 6 de outubro não deixe de votar. Vote consciente! (grifos da autora)<sup>197</sup>

O discurso presente nesta chamada, abarca uma leitura consciente de classe que o sindicato vem construindo, “não votar em capitalista” significa não eleger aqueles que representam sua própria opressão. O voto é entendido como um exercício da cidadania sendo incorporado com uma ferramenta de

---

<sup>197</sup> Boletim O QUENTE 2010, N° 103.

combate às formas de exploração e opressão, em defesa da classe trabalhadora como uma questão fundamental.

O Sindoméstico/BA se apresenta como uma entidade de esquerda e vem, ao longo dos anos, afirmando seu posicionamento crítico à política partidária. Todavia, os partidos políticos viam a população negra como uma fração, setorizando as pautas específicas do negro na sociedade de classes. Isso se refletia, principalmente, na ausência de pessoas negras nas instâncias representativas do poder político e econômico, mesmo em regimes de esquerda.

O relacionamento com os partidos políticos se dava através das parcerias e diálogos com parlamentares sensíveis às causas das trabalhadoras domésticas, aqui se destacam os políticos do PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e PSB (Partido Socialista Brasileiro). Todavia, nem sempre houve, nos programas desses partidos, presença da questão racial como prioridade, pois, muitas vezes, centrava-se na defesa do trabalhador ou setorizando pautas das “minorias” representativas.

Do ponto de vista político, o Partido dos Trabalhadores – PT - e o Partido Comunista do Brasil – PC do B - são os que exercem maior influência no Sindicalismo na Bahia. Do total de diretores pesquisados pelos autores, 50% e 36%, respectivamente, revelaram preferir um desses dois partidos; enquanto 5% afirmaram não ter preferência partidária. Entre os dirigentes sindicais entrevistados, a parte que atua na indústria, tem preferência pelo PCdoB (56%), enquanto no setor de serviço — aqui se inclui o Sindoméstico/BA —, a escolha recai sobre o PT com 58%<sup>198</sup>.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) mulher negra e ex-trabalhadora doméstica, que deu apoio ativo ao movimento desde os anos iniciais do movimento das trabalhadoras domésticas, com destaque para seu apoio para a provação de direitos para a categoria das trabalhadoras domésticas na Constituição Federal de 1988 que, entre outras coisas, obteve a conquista da sindicalização. Além do mais, é de autoria da deputada o projeto de Lei que

---

<sup>198</sup> DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES. **Sindicatos e Dirigentes Sindicais na Bahia dos Anos 90: Diagnóstico e Perspectivas.** Caderno Crh, Salvador, n. 33. 2000. p.159.

prevê aos trabalhadores domésticos direitos ao FGTS, PIS, hora extra, salário família e seguro-desemprego<sup>199</sup>.

Merece destaque, também, as candidaturas de Creuza Oliveira à vereança nos anos 1996, 2000 e 2004, respectivamente, e a deputada federal em 2006. Contudo, nesse momento político da trajetória de Creuza, a avaliação da própria sindicalista sofreu preconceitos por essa iniciativa de buscar a possibilidade de falar por uma perspectiva mais ampla com as demandas das trabalhadoras domésticas.

Pra chegar à categoria é mais difícil. Pra a categoria ter mais consciência do que é votar em Creuza ou numa companheira da categoria é mais difícil porque ela até acha assim: 'ela não vai fazer nada'. É aquela coisa de não acreditar no seu igual. Aquela coisa de só acreditar no doutor, o homem, o branco (...) Fazer este trabalho de conscientização não é fácil e ainda ouvir aquela coisa 'eu vou votar em empregada doméstica?'. Nesses dias eu tava na escola e a professora falou que ela começou a fazer a campanha dentro da escola porque ela ouviu uma aluna, trabalhadora doméstica, dizendo assim: 'eu vou votar numa graxeira?'. Graxeira é uma palavra diminutiva, discriminadora, de coisa sem valor. Ela usou pra falar de mim, quando eu era candidata. Aí a professora disse que ficou abismada com aquilo e disse 'Creuza, eu aí passei a fazer campanha, porque eu fiquei abismada em ver uma trabalhadora doméstica, negra, falando uma coisa dessa de uma outra trabalhadora igual a ela' (...) Porque a candidatura de Creuza não é a minha candidatura, mas é a candidatura da nossa categoria, do sindicato, do movimento negro, do movimento de mulheres. Então quando a gente aceita o desafio de lançar o nome de Creuza, isso significa dar visibilidade às trabalhadoras domésticas, às mulheres negras, porque quando as trabalhadoras domésticas vêem Creuza disputando um pleito eleitoral, ela vê que ela é capaz também. 'Se Creuza pode, eu também posso' e ela vai se espelhar como eu já me espelhei em Benedita da Silva, em Zumbi dos Palmares, em Dandara, na Dona Laudelina de Campos Melo, em Lenira, que eu conheci quando fui para o Congresso de 85. Eu me espelhei nessas companheiras pra dizer 'Eu posso! Eu sou capaz'. Então, a candidatura no meu nome é pra isso, pra que essa trabalhadora passe a ver que nós temos que estar em todos os lugares e que nós temos que ter os nossos próprios porta-vozes pra tá falando das nossas necessidades" (Creuza Oliveira, entrevista concedida a BERNARDINO-COSTA, 2007, p.185-186).

---

<sup>199</sup> Boletim O QUENTE, nº51 1998.

Podemos considerar, assim, que são variadas as causas do insucesso da sindicalista na disputa partidária. Além do mais, o envolvimento com parlamentares e partidos políticos não pode ser entendido como suficiente para eleger uma candidata, mulher negra que faz parte de uma das categorias mais estigmatizadas da sociedade. A participação de Creuza na política poderia representar para o movimento uma das saídas para a superação das desigualdades, fundindo a apresentação da classe operária, de mulheres e negros em sua candidatura e atuação política. Mas, segundo os termos de Bonfil Batalla citado por Pinto (2015) a identidade étnica negra no Brasil parava no campo da cultura e perdia sua força de ideologia étnica no campo econômico e político se confundido, muitas vezes, em discursos da cidadania ou em qualquer outro tipo de alienação<sup>200</sup>.

Todavia, podemos atribuir às alianças do sindicato das trabalhadoras domésticas com os partidos políticos como condição estratégica para o enfrentamento das mazelas sociais em que as trabalhadoras domésticas estão inseridas. Nesse sentido, no decorrer de toda a sua caminhada buscou uma aliança entre os diferentes grupos políticos e isso implicou em uma relação complexa de trocas mútuas no interior desses movimentos, mas que objetivavam uma relação de aliança priorizando as demandas da categoria, assim como o foi para as entidades e centrais sindicais.

#### **4.4 O Sindoméstico/BA e as entidades sindicais nacionais**

Como mencionado anteriormente na seção sobre a formação do sindicato, a parceria com a CUT se deu, principalmente, através da realização de cursos de qualificação profissional e com apoio financeiro, como o exemplo da diagramação do Boletim Informativo do sindicato, que era feito na gráfica da referida central.

---

<sup>200</sup> PINTO, Elisabete. **Etnicidade, Gênero e Educação**: a trajetória de vida de dona Laudelina de Campos Mello (1940-1991). São Paulo. 2015, p.272.

Quanto aos cursos e qualificações, a implementação do programa Trabalho Doméstico Cidadão, foi um exemplo da aproximação da CUT com o sindicato das trabalhadoras domésticas, que consistia em qualificar profissionalmente e formar as dirigentes sindicais, como objetivo do programa era contribuir para a melhoria das condições de vida das trabalhadoras domésticas através do resgate de sua condição de trabalhadora e cidadã. Não obstante, esse envolvimento com a central sindical não deve ser visto sem uma análise crítica. O depoimento da sindicalista Marinalva Barbosa do Sindoméstico/BA revela uma parte das contradições presentes nesse envolvimento.

O sindicato é filiado à CUT, mas, não temos o apoio que deveríamos ter da CUT, por ser um sindicato pequeno. A CUT deveria se preocupar mais com os sindicatos pequenos. O sindicato dos bancários tem sua estrutura formada, Químicos, Construção Civil, Comerciários a mesma coisa. Mas existe aquele sindicato pequeno que precisa de um olhar diferenciado, um olhar mais de perto. É devido à estrutura machista da CUT... Homem acaba tendo dificuldade de ter este olhar mais diferenciado (...) **A gente paga 2% para a CUT.** O bom é que estando filiado à CUT é positivo politicamente. Mas, em termos de compromisso (da CUT em relação ao Sindoméstico) não existe” (Marinalva Barbosa entrevista de Bernardino-Costa, 2007, p.184).

Nesse contexto, segundo a impressão da sindicalista Marinalva Barbosa, a contribuição sindical com a central não isentou a categoria das trabalhadoras domésticas a sentir-se à parte em relação aos demais sindicatos filiados à CUT. Ainda que se reconheça a importância da filiação com a central sindical, as contradições dessa relação são reveladas quando se expõem os problemas como a falta de apoio, devido ao sindicato das trabalhadoras domésticas estar entre os sindicatos “menores” e ser composto, em sua maioria, por mulheres e negras, daí receberem um “olhar diferenciado” em relação aos demais. Apesar disso, segundo a sindicalista, o Sindoméstico/BA contou, por um período, com o apoio da gráfica da CUT para a impressão e diagramação do seu Boletim Informativo e, posteriormente, contando com o apoio de outro, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio

Ambiente no Estado da Bahia (SINDAE). Mas, essa parceria em específico requer melhor investigação e tratamento, cabendo um melhor aprofundamento em outro estudo.

Como se pode verificar pelo exposto, podemos afirmar que a estrutura do Sindoméstico/BA está ligada ao reconhecimento profissional, mediante conquista de direitos trabalhistas, e o envolvimento com os movimentos sociais (negros e de mulheres) e às entidades sindicais-classistas se deram no desenvolver da atuação do sindicato ao longo dos anos de constituição e luta. Entretanto, essas relações não estão livres de contradições e não devem ser analisadas sem a devida criticidade. Inquestionavelmente, o envolvimento com esses movimentos contribuiu, de forma significativa, para o fortalecimento e visibilidade do Sindoméstico/BA. Ademais, essa relação se deu por meio de diálogos de interesses mútuos, assim, “tanto o Sindoméstico leva as suas reivindicações específicas para o interior desses movimentos, quanto traz as contribuições desse movimento para a própria categoria”<sup>201</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação girou em torno da trajetória de constituição e luta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia - SINDOMÉSTICO/BA - trazendo à tona os seguintes temas: A configuração da luta das trabalhadoras domésticas na Bahia no contexto da década de noventa e início dos anos 2000, com o processo de constituição e trajetória política do Sindoméstico/BA, apresentando o perfil das trabalhadoras domésticas

---

<sup>201</sup> BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicato Das Trabalhadoras Domésticas No Brasil**. 2007, p.184.

sindicalizadas e o quadro de constatação das desigualdades de raça, classe e gênero originadas pela relação/opressão do trabalho doméstico exercido no Brasil; também as estratégias desenvolvidas pelo sindicato para conquista de direitos trabalhistas e reconhecimento social da profissão, bem como, o envolvimento político do sindicato com os movimentos sociais negros, de mulheres, políticos partidários e sindicais, permitindo transitar pelo períodos históricos do século XX e início do XXI .

O Sindoméstico/BA foi fundado no início do século XX em meio a grandes transformações no Brasil, nos âmbitos social, econômico e político que alteraram as relações de trabalho e influenciaram o movimento sindical. O país encontrava-se inserido no contexto de emergência das lutas sindicais, com o “novo sindicalismo” mobilizando a classe trabalhadora contra as estruturas vigentes nos tempos da Ditadura militar, passando pelo processo de reestruturação produtiva, que alterou de forma estrutural as relações do mundo do trabalho com o objetivo de inserir-se nas lógicas da globalização, marcando a introdução de um projeto neoliberal no Brasil.

Podemos concluir que o Sindoméstico/BA se configurou como um movimento de resistência pela característica atípica da sua estrutura organizacional, na sua trajetória de constituição e luta por direitos trabalhistas e reconhecimento, onde não tem direito ao Imposto Sindical e a contribuição de suas associadas não é descontada em folha, o que facilitaria sua arrecadação. Um sindicato do setor de serviço dirigido, em sua maioria, por mulheres negras, indo de encontro às características de sindicatos de outros setores criados na Bahia desde a década de 90. Além disso, não compartilham do mesmo ambiente de trabalho, já que cada uma exerce as funções em diferentes casas e/ou ambientes domésticos, o que dificulta a organização do movimento. No entanto, vê-se que desenvolveu um poderoso instrumento de luta a partir de uma consciência de si e da sociedade ao redor. Consciência compartilhada pelos marcadores sociais de raça, classe e de gênero que subjugarão as trabalhadoras domésticas ao lugar de subalternidade e vulnerabilidade, produzindo efeitos violentos sobre as mulheres negras, em particular, física e emocionalmente.

Perante o exposto, podemos afirmar que o Sindoméstico/BA se organizou a partir da reivindicação de direitos trabalhistas e pelo reconhecimento profissional da categoria do trabalho doméstico, se articulando com os movimentos sociais, sobretudo, com o MNU, movimento de mulheres negras, das entidades sindicais-classistas como a CUT e as entidades nacionais como a FENATRAD, através de parcerias e diálogos com parlamentares sensíveis às causas das trabalhadoras domésticas, aqui se destacam os políticos do PT, PCdoB e PSB. No entanto, essa articulação não se isentou de contradições e não devem ser analisadas sem uma leitura crítica.

Inquestionavelmente, o envolvimento com esses movimentos contribuiu de forma significativa para o fortalecimento e visibilidade do Sindoméstico/BA. Neste percurso, essa relação se deu por meio de diálogos de interesses mútuos, assim, tanto o Sindoméstico leva as suas reivindicações específicas para o interior desses movimentos quanto traz as contribuições desse movimento para a própria categoria. Concluindo que as alianças com os movimentos citados se deram por meio de estratégias e apoio mútuo, construídas e sedimentadas sob uma relação consciente da ação coletiva das trabalhadoras domésticas na Bahia ao longo de duas décadas.

Este trabalho se situou no campo da história política sindical a partir da história da perspectiva do sujeito histórico: Sindoméstico/BA e sua principal liderança, Creuza Maria Oliveira. Para atingir os objetivos propostos utilizou-se da pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, enquanto método de pesquisa qualitativa e como fontes escolhidas, foram os jornais populares da Bahia (encontrados no acervo do sindicato), Boletins Informativos de produção da própria instituição e das fichas de filiação desde o momento inicial de constituição em 1990 a 2013, ano da promulgação Emenda Constitucional Nº 72, de 2 de abril de 2013, conhecida como *PEC Das Domésticas*.

Diante das fontes, métodos e bibliografia analisadas, o conceito de *classe* foi indispensável para compreender os processos de luta da classe trabalhadora doméstica, em que, a partir disso as trabalhadoras domésticas constituem-se, como “sujeitas de sua própria história”. Podemos concluir, dessa forma, que a formação da classe trabalhadora no Brasil deve ser entendida

levando em consideração as condicionantes de raça e classe, na medida em que, a economia do trabalho no pós-abolição se organizou sobre um patamar pré-capitalista e colonial.

Desse modo, seria um equívoco ignorar que as determinações raciais se inseriram e afetaram as determinações de classes. Além disso, a divisão sexual do trabalho que, historicamente construiu em moldes capitalistas os papéis sociais de gênero que conferiu aos homens a atividade produtiva e às mulheres atividades reprodutivas e ligadas ao cuidado (*care*), hierarquizando essas relações, nas quais, o trabalho do cuidado foi associado ao trabalho tido como reprodutivo, sendo o cuidado naturalizado como inerente ao “feminino”, como atribuição das mulheres, exercido sem remuneração, sob uma relação compulsória no “lar”, um domínio regido pelo sentimento e, onde não haveria lugar para o interesse, ao passo que o trabalho lido como produtivo seria de atribuição masculina, exercida pelos homens.

Como nos ensinou Preta Rara (ANO) “as trabalhadoras domésticas nunca desejaram ser domésticas, mas, por falta de opção, honraram essa profissão e desempenharam um ótimo trabalho que, quase sempre, não é reconhecido”. Essas trabalhadoras desempenham o trabalho do cuidado na casa de outrem, muitas vezes, em detrimento de suas próprias, em uma sociedade capitalista de viés neoliberal que não reconhece o valor do trabalho doméstico, no qual, historicamente as mulheres foram empurradas para ocupações menos remuneradas e de baixo prestígio social.

Precisaram lidar, nesse sentido, com a ausência de políticas públicas por parte do Estado como falta de creches, falta de escolas em tempo integral, além do atraso na aprovação de leis trabalhistas que pudessem minimizar as vulnerabilidades estruturais de uma sociedade desigual e de memórias escravocratas. Um atraso de mais de 80 anos, desde a criação da primeira Associação profissional até a aprovação da primeira legislação trabalhista que alterou, mesmo que de forma fragmentada, as relações de exploração e abuso praticadas no serviço doméstico remunerado, com a aprovação da *PEC das Domésticas* em 2013.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL, Redação. Novos direitos das domésticas começam a valer nesta quarta. **A Tarde**. Seção Brasil. 03 de abril de 2013 às 07:54. Disponível na plataforma digital em: <<https://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1494426-novos-direitos-das-domestica-s-comecam-a-valer-nesta-quarta>> Acesso em: 01 Abr. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, 2019. P. 76-103.

ALCOFORADO, Fernando. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia**. Barcelona. 2003.

ALMEIDA, Lyzyê Inácio. **Eu empregada doméstica: narrativas, sentidos e significados na luta pela efetivação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Goiânia. 2019

ALVES, Paula Janay. Se a PEC das Domésticas existisse, não teria sofrido tanto. **Jornal A Tarde**. Seção Economia, 01 de junho de 2013 às 20:51. Matéria disponível na plataforma digital em: <<https://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1507901-se-a-pec-das-domesticas-existisse-nao-teria-sofrido-tanto>> Acesso em: 01 Abr. 2021.

ANGELIN, Paulo Eduardo; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **PATROAS E ADOLESCENTES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: Relações de trabalho, gênero e classes sociais**. 2015.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A Mulher Negra No Mercado De Trabalho**. 1995.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicato Das Trabalhadoras Domésticas No Brasil**. Tese de doutorado. Brasília. 2007.

BOITO JÚNIOR, A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOLETIM CFEMEA. **Trabalho Doméstico Tem Valor**. Como a crise financeira mundial pode afetar as trabalhadoras domésticas? Nº3, ano 2, abril de 2009.

BRASIL, **Constituição Federal** (1988), DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008.

BRASIL. (1990), **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DOU.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm), Acesso em: 3 Out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 dez. 1972. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 Jun. 2020.

CAMARGO, Marcos Antônio de. **Reflexões sobre o Cenário Econômico Brasileiro na Década de 90**. Curitiba – PR, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Estudos Avançados**, p.120, 2003.

CASTELLUCCI, Aldrian A. S. **Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República**. Salvador, 2008.

COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro**, p.11, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **A urgência da interseccionalidade**. TEDWomen 2016. Traduzido por Renan Pereira, revisados por Cláudia Sander. 2016. 18 min.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **As Domésticas Vão Acabar?** Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA Porto Alegre – RS. 2016.

DANTAS, Marcelo de Sousa. **Migrações no Nordeste metropolitano nas décadas de 1990 e 2000**. Belo Horizonte, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Editora Boitempo, São Paulo, 2013.

DOU - Diário Oficial da União. **Lauro de Freitas recebe 38 milhões do PAC para obras BRASIL**. Lauro de Freitas, BA, ano I, n 001.

DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES. **Sindicatos e Dirigentes sindicais na Bahia dos Anos 90**: Diagnóstico e Perspectivas. Caderno Crh, Salvador, n. 33. 2000.

EVARISTO, Conceição. Maria. **Olhos D'Água**. 2015. rio de Janeiro. Pallas, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na Sociedade de Classe**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 50.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016) 1a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA; DELGADO. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). RJ. Civilização Brasileira, 2018, p. 34-35.

FRANÇA, Teones. **Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997)**: rupturas e continuidades. Lutas & Resistências. Londrina, n.2, 2007.

GELEDÉS. **Por que os negros não comemoram o 13 de maio dia da abolição da escravatura**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/por-que-os-negrosnao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura/> Acesso em 29 Ago. 2021.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOMES, Adriana. **Anos 80**: década perdida? Revista do Legislativo, 2009. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/42/adriana\\_gomes.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/revistas/arquivos/pdfs/42/adriana_gomes.pdf). Acesso em: 25 Mar. 2021.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro. 1982.

\_\_\_\_\_. **Por um Feminismo Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios, Marcia Lima. ed 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM Sandra L. **Proteção e obediência**: cria& e seus padrões no Rio de Janeiro. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. 237 p.

GUIMARÃES, Cristina de Fátima. **Em busca de políticas públicas de proteção social**: a organização das trabalhadoras domésticas. Brasília-DF, 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Casa mercado, amor e trabalho, natureza e profissão**: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. Cadernos Pagu (46), janeiro-abril de 2016.

GUIMARÃES, Sílvia Adélia Henrique. **“Maria Maria”**: o percurso co(n)textual de uma recategorização pela via ressignificada da teoria. 2019.

HENRIQUES, Cibele da Silva. **Do trabalho doméstico à educação superior**: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 600. 2007.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Org. Alinne Bonetti e Maria Aparecida Abreu. 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Retrato das Desigualdades**. 2ª Ed. Brasília, setembro de 2006.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995 - 2015**. Brasília. 2017. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html> > Acesso: 22 Set. 2020.

JACQUET, Christine. **Urbanização e Emprego doméstico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol – 18, Nº. 52. p.163. 2003.

JORNAL A TARDE. Empregado. **Doméstico encontra crise no mercado de trabalho**. 07 de junho de 1999.

JORNAL A TARDE. **Lauro de Freitas: 58% das domésticas não têm carteira assinada**. Ter, 03/04/2007 às 15:24.

JORNAL A TARDE. **Doméstica em Conselho anti-racismo**: Baiana é empossada hoje em Brasília, março de 2004.

JORNAL A TARDE. **Se a Pec. das Domésticas existisse, não teria sofrido tanto**. Junho de 2013.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. **15,9% das mulheres da Região Metropolitana de Salvador são empregadas domésticas**. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/159-das-mulheres-da-regiao-me>

[tropolitana-de-salvador-sao-empregadas-domesticas/](#)> Acesso em: 07 de Set. 2021.

JORNAL FOLHA DO MARANHÃO. **Encontro das domésticas**. Seção Geral. São Luís/MA, 25 novembro de 2002, A-6.

JORNAL O CORREIO DA BAHIA. **Patrões descumprem obrigações trabalhistas para com as domésticas**. Seção Aqui Salvador. Salvador/Ba, março de 2000.

JORNAL O CORREIO DA BAHIA. **PEC das Domésticas altera rotina de mães**. Seção Brasil, 12 de maio de 2013. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pec-das-domesticas-altera-rotina-de-maes/>> Acesso em: 01 Abr. 2021.

JORNAL O LIBERAL. **Testemunhas desmascaram o réu**. seção Polícia. Belém-PA, 06 dez. 2006.

JORNAL TRIBUNA DA BAHIA. **Doméstica já tem sindicato próprio**. Maio de 1990. Arquivo do Sindoméstico/BA.

LEITE, Bianca Muniz. **“Audácia”**: a emenda constitucional 72/2013 a partir das narrativas sobre as condições de trabalho de mulheres do SINDOMÉSTICO Bahia. Dissertação de mestrado. Salvador. 2017

LIMA, Cristiano; SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria Heloísa Lima dos. **40 anos da Marcha da Consciência Negra Zumbi – Dandara dos Palmares (1980-2019)**. Cartilha realizada em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI e da Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN, p.25. 2019.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Políticas Culturais na Bahia: Gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jaques Wagner (2007-2009)**. Salvador. 2011.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas**: história dos, nos e por meio dos periódicos. Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (orgs.). 2.ed., a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: História e Intervenção. Issn: 1808 - 799X ano 12, nº 18 – 2014.

MÍDIA NINJA. **Marinalva é doméstica e precisa de ajuda para conquistar diploma de direito**. Salvador, 2 de fevereiro. 2018. Disponível em: [Marinalva é](#)

doméstica e precisa de ajuda para conquistar diploma de direito (midianinja.org). Acesso em: 18 Ago. 2021.

MOURA, Clovis. **História do negro brasileiro**. São Paulo, 1992.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso**. In: Fernanda Mussalim e Anna Christina Bente. (Org.). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras, São Paulo, Cortez Editora, 2000.

**O Doméstico**. Boletim informativo Salvador, nº 1, Ano 1, janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. Doméstica já tem sindicato próprio. Maio de 1990. Arquivo do Sindoméstico/Ba.

**O Quente**. Boletim informativo do SINDOMÉSTICO/Bahia. Salvador, 1991-2017.

**O Quente**. Boletim informativo do SINDOMÉSTICO/Bahia. Salvador, 1997, ano 05 Nº 42.

**O Quente**. Boletim informativo do SINDOMÉSTICO/Bahia. Salvador, 1990 – 2013 (números avulsos).

\_\_\_\_\_, Salvador, 2000 Nº72.

\_\_\_\_\_, Salvador, 2006, Nº 92.

\_\_\_\_\_, Salvador, Nº 111, 2013.

\_\_\_\_\_, Salvador, Nº 63, janeiro/fevereiro, 2000.

\_\_\_\_\_, Salvador, S/N, 1994.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Fortalecendo os sindicatos de trabalhadoras domésticas**. Primeira impressão 2019.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. **A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira**. São Paulo. 2018.

PINTO, Elisabete. **Etnicidade, Gênero e Educação**: a trajetória de vida de dona Laudelina de Campos Mello (1940-1991). São Paulo. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REVISTA VEJA. **A legislação que vai mudar a vida da família brasileira.** Seção Economia. 24 de março 09h22, 2013.

ROSA, Andressa Franco e Patrícia. Trabalho doméstico e luta por garantia de direitos: entrevista com Milca Martins, representante da categoria. **Revista Afirmativa.** Abril de 2021. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/4481-2/>> Acesso em: 09 Set. 2021.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico.** Salvador 1900/1950. 1998.

SANTOS, Pablo Henrique Lacerda dos. **A Expansão e Interiorização do Ensino Superior na Bahia: O caso da UFOB.** 2017.

SEI/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **SEI divulga dados sobre emprego doméstico.** 2017. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2710:o-emprego-domestico-na-regiao-metropolitana-de-salvador&catid=1540&Itemid=565](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710:o-emprego-domestico-na-regiao-metropolitana-de-salvador&catid=1540&Itemid=565)> Acesso em: 06 Set. 2021.

SINDILIMP-BA. **Nota de Pesar:** Paulo da Anunciação morreu na luta, mas a luta não morre! 1997. Disponível em <<https://sindilimpba.org.br/?p=3117>>. Acesso em: 09 Jun. 2021.

SOUZA, Cristiane Santos. **Trajetórias de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana.** UNICAMP/ Campinas 2013.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** Boitempo. São Paulo, 2010.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Ed 1. Prefácio, 1987.

